

BIS

REVISTA

ANO 12 | Nº55 | JUL/SET 2021

A sustentabilidade psicológica em tempos de pandemia: como acolher nossos estudantes e seus familiares?

Dos sentidos do amor *p. 30*

O novo e o bom nas escolas *p. 40*

 **SinepMG**
Sindicato das Escolas
Particulares de Minas Gerais

33

**ANOS DE
ATUAÇÃO
NA ÁREA
CONTÁBIL**



L CHRIS
CONTABILIDADE

Contabilidade especializada e dedicada ao setor educacional.

- Constituição, Regularização e Alteração de Escolas
 - Contábil e Fiscal
 - Trabalhista e Previdenciário
 - Instituições sem fins lucrativos
- Gestão e planejamento – econômico, financeiro
 - Compliance e Governança Corporativa

Contato: educacional@lchris.com.br

(31) 3222-0980

Siga-nos nas redes sociais:



lchrisorganizacao



04 CARTA AO LEITOR

Zuleica Reis Ávila

05**ENTREVISTA**

O BIS REVISTA conversou com Débora Marques e Leandro Malloy. Nesta entrevista, eles contam como as habilidades socioemocionais foram decisivas para as crianças se adaptarem às exigências dos novos formatos de ensino e novas maneiras de se relacionar com colegas e professores.

ARTIGOS

- 09** O educador do século XXI: Platão
Paulo Volker
- 12** Híbrido do bem, híbrido do mal
Ana Elisa Ribeiro
- 14** Engenharia disruptiva: novas respostas para novos (e antigos) problemas
Lúcio Fonseca
- 17** Educação inclusiva: mais afetividade e menos reclamação!
Emílio Figueira
- 19** O efeito da pandemia, o ensino remoto e a família: os dois lados da questão
Lizainny Queiróz
- 22** A liderança e as gerações
Winder Almeida de Souza
- 24** A influência da música na aprendizagem
Márcia Victório
- 25** Driblando a pandemia com o pensamento computacional
Paulo Alvim
- 28** O ensino precisa fazer sentido para a vida
Fernando Balbino
- 30** Dos sentidos do amor
Miguel Almir Lima de Araújo
- 32** A Literatura na sociedade: urgência e atualidade
Márcio J. F. De Souza
- 35** Na vida, sê inteiro
Tio Flávio
- 37** Educação Bilíngue: novas rotas na educação básica
Daniela Marques
- 39** Equipe Diretiva!
Thereza Bordoni
- 40** O novo e o bom nas escolas
Márcia Nogueira Amorim
- 43** O papel das culturas e das artes na educação inclusiva
Lidiane M. A. Souza
- 45** Qual a melhor forma do ensino remoto, aos alunos com Transtorno do Espectro Autista?
Valéria Sales
- 47** Desafios e oportunidades do trabalho remoto para professores e empregadores da área de educação
Antônio Carvalho Neto
- 49** Cuidar de quem trabalha na escola: o caminho para também cuidar de alunos e famílias
Sávio Paz
- 50** Cotidiano racial brasileiro
Gilberto B. dos Santos
- 52** PA.LA.VRA [Lat. parábola"]
Rachel Branquinho
- 55** Aos trancos e solavancos, mas realismo esperançoso
Eleonora Santa Rosa
- 57** A família brasileira e os laços afetivos
Jessica Lobato Ferreira
- 59** O modelo triádico de enriquecimento de Joseph Renzulli: como promover a autoconfiança e a criatividade de dos alunos, favorecendo a aprendizagem
Profa. Dra. Lucília Panisset Travassos
- 61** Interesse espontâneo ou forçado?
Humberto Bordoni Santana
- 63** Educação em sexualidade emancipatória: um caminho necessário
Anna Cláudia Eutrópio
- 66** Planejamento financeiro estratégico para escolas
Informe Publicitário

Zuleica Reis Ávila
Presidente

Fernando Caramuru Bastos Fraga
comunicacao.caramuru@sinep-mg.org.br
Editor

Lucas Reis Ávila (13.844 MG)
imprensa.lucas@sinep-mg.org.br - Jornalista responsável e reportagens

Agência Vetta
www.agenciavetta.com.br
Diagramação

Imagens: Fotos Lucas Ávila e bancos de imagens

Correspondência, publicidade e redação:
(31) 3291-5844
Rua Araguari, 644 - Barro Preto
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-114

Matérias assinadas não refletem necessariamente a opinião da revista.

CARTA AO LEITOR

Sonhos não envelhecem



Em poucos meses, iniciaremos os trâmites para novas eleições da diretoria do SinepMG. Nosso mandato, que se iniciou no ano de 2018, chega ao fim em dezembro desse ano. Um período intenso, com muitos desafios, mas também realizações muito importantes. A próxima BIS REVISTA, a última do ano, trará um balanço sobre os quatro anos que fiquei à frente do SinepMG, o que conquistamos, o que enfrentamos, a forma que conduzimos nossos recursos e a prestação de serviços. Nesta edição que você está recebendo, ainda falamos prioritariamente sobre os rumos da educação nesse tempo de pandemia. Contamos com artigos importantes sobre o tema, mas também sobre outras questões educacionais. A todos os articulistas que, desde o início do mandato, contribuíram (de forma voluntária) para trazer aos educadores mineiros informações de qualidade, o nosso muitíssimo obrigado. Obrigado por compartilhar conhecimento e acreditar que a formação e informação são os caminhos mais férteis para o aprimoramento pessoal e profissional.

Desde o início do mandato, procurei oferecer às escolas associadas aquilo que carrego nos mais de 40 anos à frente de uma das maiores escolas de Belo Horizonte: eficiência, transparência, ética, trabalho e inovação. São características que levo comigo em qualquer trabalho que assumo. Quando entramos na diretoria, assumimos um SinepMG que tinha muitos problemas, mas que se apresentava promissor em diversas áreas. Enxugamos a equipe, redistribuímos funções, demos autonomia e focamos na excelência da prestação de serviços. Hoje, somos reconhecidos em todo o país por nosso trabalho. Em nossa gestão, enfrentamos desafios enormes desde o início: a mudança nas leis trabalhistas e contribuições sindicais, que afetaram a saúde financeira de todos os sindicatos brasileiros; greve dos professores em 2018 e a

pandemia e suspensão das aulas presenciais a partir de 2020. Jamais em nossa história, como no ano de 2020, as escolas ficaram tanto tempo de portas fechadas. Com esperança e força de vontade, retirando de nosso dicionário a palavra “desistência” e seus sinônimos, seguimos em frente, buscando encontrar soluções para os problemas de tantas instituições.

Este ainda não é um texto de despedida, já que ainda temos um ano inteiro pela frente. Estamos animados e empenhados em tentar resolver todas as pendências e dificuldades que se colocam em nosso caminho para termos, novamente, todas as nossas crianças, adolescentes e adultos dentro das salas de aula. Minha esperança é que, em 2021, possamos terminar o ano com o retorno integral das aulas presenciais com segurança e saúde. É para isso que o SinepMG trabalha. Que possamos encher nosso coração de sonhos e de boas energias. Sigamos avante! Como diz a música de um dos símbolos de Minas, o Clube da Esquina: “Também se chamava estrada, viagem de ventania (...) Porque se chamavam homens, também se chamavam sonhos e sonhos não envelhecem”.

Zuleica Reis Ávila
Presidente do SinepMG

“É fundamental trabalhar a sustentabilidade psicológica e a criação de bons hábitos”



▶ Débora Marques de Miranda

▶ Leandro Malloy

É inegável que a pandemia do novo coronavírus deixará marcas incalculáveis em todas as pessoas que vivenciaram e sobreviveram a tantos momentos de tristeza, luto e apreensão. Na escola, após um longo período de suspensão das aulas presenciais, a rotina, aos poucos, vai se aproximando daquilo que estávamos acostumados. Com o retorno, é hora de os profissionais da educação redobram a atenção no desenvolvimento das habilidades socioemocionais, especialmente nas crianças, adolescentes e famílias mais fragilizadas. Para falar sobre os impactos da pandemia na saúde emocional de estudantes, familiares e comunidade escolar, a BIS REVISTA convidou dois professores que têm estudado o assunto, para responderem às perguntas da nossa entrevista coletivamente. Leandro Malloy é professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, psicólogo, neuropsicólogo e doutor em Farmacologia Bioquímica da UFMG. Débora Marques de Miranda é professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, médica pediatra e doutora em Farmacologia Bioquímica e Molecular da UFMG. Nesta entrevista, eles contam como as habilidades socioemocionais foram decisivas para as crianças se adaptarem às exigências dos novos formatos de ensino e novas maneiras de se relacionar com colegas e professores.

Desde que a pandemia do novo coronavírus chegou ao mundo, diversos relatórios apontaram a fragilidade emocional das crianças em idade escolar. As escolas buscam se reinventar, mas sabemos que a convivência humana é fundamental. Quais têm sido os principais problemas enfrentados pelos estudantes e seus familiares?

Os principais problemas, num primeiro momento, foram mudança de rotina e adaptação, exacerbação dos conflitos, quebra das estruturas de suporte e medo de algo desconhecido. As crianças e famílias precisaram se reorganizar, toda a estrutura da casa e a dinâmica das famílias e suas rotinas. Não foi fácil! Os espaços da casa ficaram pequenos para tantas atividades simultâneas: escola, escritório, espaço para amizade das crianças, espaço para amplificar conflitos, espaço para manter e reformar. Tudo foi muito amplificado pela pandemia. Nem sempre ao concentrar as atividades em casa, a convivência foi harmoniosa. Famílias que as relações estavam marcadas por conflitos tiveram muitos impactos com brigas e rupturas. Houve uma migração de apartamentos para subúrbios, em busca de espaços maiores. Enfim, vários movimentos em busca de mais espaço, mais conforto e segurança. Mas a tendência é que a maioria das pessoas se adapte e acomode-se às novas realidades. Enquanto para alguns fica a marca do estresse vivido, para outros há a oportunidade de mudanças, aprendizado e superação. Tudo isso foi muito variável em cada indivíduo e o impacto dessa pandemia cada um sabe o que carregará consigo.

O ano de 2020 mostrou que as famílias são fundamentais para o apoio na educação de crianças e jovens. Sabe-se que é importante que a família leve tranquilidade e acolhimento ao jovem, mas muitos adultos também foram tomados pela insegurança e pelo medo do vírus e da pandemia. Qual é a melhor saída, nas relações familiares, nesse período tão instável para todas as pessoas?

Desde o início da pandemia, sabíamos que um dos principais impactos seria na saúde mental da população. Os indivíduos tiveram que implementar mudanças de rotinas e comportamentos de uma maneira abrupta, dependendo disso, a sobrevivência de si mesmos e de seus familiares. Todo processo de mudança é dispendioso do ponto de vista psicológico, aumentando a exposição ao estresse. A forma como os indivíduos lidam com isso varia em função de fatores como, por exemplo, nível educacional e socioeconômico, percepção de uma rede de suporte social, facilidade estrutural para adequação de rotinas e a saúde/qualidade de vida anteriores à pandemia. Sabemos, por exemplo, que aqueles indivíduos com transtornos psiquiátricos anteriores à pandemia tiveram maiores chances de agravamento ou ressurgimento dos sintomas, em face a todo estresse provocado pelo período. Um impacto considerável aconteceu na estrutura e funcionamento familiar, já que a casa tornou-se um ambiente em que o trabalho e a escola passaram a conviver abruptamente sem qualquer tipo de preparo prévio. Compartilhar recursos, administrar o aumento da frequência de contato, compreender as novas e antigas necessidades de cada membro

tornou-se um desafio à parte. Uma das principais formas de lidar com isso é a organização do novo formato de funcionamento da casa com novos horários, novas configurações de espaço e divisão de recursos. Isso nem sempre é viável, pois, na falta de recursos e em ambientes de menor flexibilidade para modificações, os improvisos tornaram-se a regra. A ampliação da rede de apoio envolvendo a busca por informações, suportes especializados e nos contatos sociais pode ser de grande ajuda nesse momento.

“Tudo foi muito amplificado pela pandemia. Nem sempre ao concentrar as atividades em casa, a convivência foi harmoniosa. Famílias que as relações estavam marcadas por conflitos tiveram muitos impactos com brigas e rupturas.”

Quais são os riscos da associação do aprendizado escolar virtual (ou mesmo presencial, com as restrições) com o medo ou com outros sentimentos negativos, no contexto de isolamento como o que estamos enfrentando?

No caso das crianças e adolescentes, temos aqui uma condição mais frágil em vários aspectos. Primeiro pelo período de desenvolvimento em que a vulnerabilidade ao efeito de alguns estressores é mais evidente. Além disso, a perda de oportunidades de estimulação cognitiva, motora e social provavelmente terá um impacto diferenciado nessa faixa etária. O surgimento de

novos casos de transtornos mentais relacionados a sintomas de ansiedade e depressão já tem sido documentado e chamam-nos a atenção para a necessidade de nos preocuparmos com a retomada de atividades educacionais e de lazer para essa faixa etária. Como isso será feito garantindo a segurança de todos? Esse é o desafio, já que a alternativa de restringir a educação ao formato não presencial já se mostra negativamente impactante. O aprendizado virtual em si, um problema já demonstrado. No entanto, não nos preparamos para esse momento. Não temos recursos pedagógicos capazes de substituir o que se pratica na escola. Ademais, o contato social supervisionado e orientado por professores e coordenadores pedagógicos é um dos principais sustentáculos do desenvolvimento de habilidades socioemocionais e esse desenvolvimento não tem como ser substituído. Isso se tornou particularmente difícil nos tempos de pandemia e de restrição das atividades escolares.

O desenvolvimento das competências socioemocionais na escola, neste período de pandemia, mesmo que de forma virtual, tem ajudado a mitigar os impactos?

Ficou evidente que pessoas com maior capacidade de resiliência e melhores indicadores em saúde mental tiveram mais facilidade para se adequar aos novos desafios. As habilidades socioemocionais foram decisivas para as crianças se adaptarem às exigências dos novos formatos de ensino e novas maneiras de se relacionar com colegas e professores. Ganharam os colégios que, mesmo no cenário complexo,

conseguiram implementar estratégias acadêmicas que também contemplam o aprendizado com os pares e o exercício em grupos, mas essas possibilidades ficaram muito restritas nessa temporada. Isso mostra que o desenvolvimento socioemocional no contexto escolar deve ser um dos principais alvos pedagógicos nas escolas ao longo de toda a trajetória do aluno, em especial nos próximos anos.

“Hoje, com todos os estressores naturais da pandemia, um dos maiores desafios será separar o que é uma condição primária de transtorno do neurodesenvolvimento dos quadros decorrentes da falta de estimulação pedagógica adequada.”

Vocês acham que, do ponto de vista neurológico, haverá danos irreversíveis ao aprendizado de algumas crianças e jovens?

É muito cedo para falar sobre dano permanente. Ainda depende do quão eficaz têm sido as estratégias de mitigação implementadas. No entanto, sabemos que a escola é fundamental para ofertar estímulos necessários para o desenvolvimento de habilidades que serão cruciais para o desenvolvimento da criança. Além disso, muitos dos sintomas que ajudam na identificação de transtornos como o TDAH, Transtornos específicos da Aprendizagem, entre outros, são percebidos inicialmente na escola, o que ajuda na

identificação e tratamento precoce dessas condições. Hoje, com todos os estressores naturais da pandemia, um dos maiores desafios será separar o que é uma condição primária de transtorno do neurodesenvolvimento dos quadros decorrentes da falta de estimulação pedagógica adequada. Soma-se a isso os diversos transtornos relacionados à ansiedade, depressão e estresse que proliferaram nesse período. Esses transtornos, por si só, tendem a impactar o desenvolvimento acadêmico das crianças e adolescentes. O professor, nesses novos tempos, terá que se municiar de recursos para identificar e atuar em relação a esses fatores que se tornarão mais presentes na vida de crianças e adolescentes. Toda escola deve ter um planejamento de estratégias de avaliação e recuperação do aprendizado, além de grande sensibilidade para o acolhimento das condições presentes.

Muitos especialistas falaram sobre a necessidade da autogestão dos estudantes durante a pandemia. Existem algumas competências socioemocionais que são prioritárias no trabalho com os estudantes nesse momento? Existe alguma que prevê, necessariamente, o contato presencial para se estabelecer?

É fundamental trabalhar com os alunos a sustentabilidade psicológica e a criação de bons hábitos. A criança e o adolescente continuam precisando de uma rotina mesmo que diferente da habitual, mas uma rotina clara que deve ser cumprida. Aliás, mantém-se mais que nunca a necessidade de regras claras de convivência e de bons hábitos, incluindo os de tempo de tela,

prática de exercícios físicos, realização de deveres de casa, sono e apetite. Otimizar o uso de recursos, como os eletrônicos, pode ser um fator decisivo para prevenir a sobrecarga cognitiva e emocional. Existem dados demonstrando que parcela expressiva das crianças tem passado mais de oito horas em frente à tela, além disso há ainda poucos dados quanto à adequação do conteúdo visto por tanto tempo nela. É importante fazer bom uso das telas: limitar a quantidade de horas, mas ao mesmo tempo permitir certa socialização através dela e usá-la para ampliar conhecimentos. Trabalhar estratégias de coping, planejamento, solução de problemas acadêmicos e interpessoais, autorregulação das emoções deve estar no foco das atenções dos profissionais de educação. A transposição das técnicas para o mundo virtual é um desafio à parte, já que boa parte dos estudos sobre estas técnicas foi realizada presencialmente. Testar a efetividade de acesso e como funciona o suporte para as famílias pode resultar em uma disponibilização de algum suporte em tempos complexos mesmo que menos efetivo que presencial. Nosso grupo mesmo tem propiciado o treinamento parental para os pais do ambulatório de TDAH/NITIDA, para instrumentalizar pais com estratégias mais eficientes de manejo de comportamentos inadequados das crianças.

De que forma as escolas, com o retorno das aulas presenciais, podem auxiliar os estudantes e seus familiares a superarem os problemas emocionais causados pela pandemia?

Não se deve esperar que o retorno às aulas será fácil e que as atividades pedagógicas

tradicionais serão suficientes. A atenção à saúde mental de estudantes e professores deve ser priorizada. Teremos, desde a vontade de interagir, que represada ao longo de quase dois anos será transbordada de forma intensa, motivando comportamentos sociais inadequados durante as aulas, às dificuldades de socialização daqueles que ficaram privados de contatos durante muito tempo e já apresentavam dificuldades de interação que certamente foram amplificadas no período. O currículo deverá ser ampliado e incluir espaço para a promoção da saúde mental e bem-estar psicológico de todos. Os processos de cuidados devem ser sempre conversados e combinados entre famílias, educadores e crianças, gerando a sensação de segurança necessária para o retorno seguro.

Diante das novas perspectivas de ensino com a pandemia, tornou-se cada vez mais necessário que professores construam competências, habilidades e desenvolvam a sensibilidade para entender a aprendizagem cognitiva e emocional no trabalho com os estudantes. Vocês acham que essas mudanças também irão impactar a formação docente de alguma forma?

Sem sombra de dúvidas. Fica evidente que a educação precisa transcender seus modelos mais clássicos e encarar de frente o século XXI, com seus desafios e novas tecnologias. Nada será como antes e o professor deverá compreender a pedagogia tendo como alvo a sua eficiência. Teorias românticas, tratadas de forma dogmática nas últimas décadas, mostraram-se pouco eficientes para auxiliar em um momento tão complexo.

O educador foi desafiado a desapegar de seus dogmas mais sagrados para incluir em sua formação novos conhecimentos e tecnologias. Nessa temporada, aprendemos a valorizar a medicina baseada em evidências, descobrimos precisar dela para otimizar as estruturas de CTI, para melhorar as estratégias de escolha e distribuição de vacinas e para aumentar a segurança do paciente. Por que não dizer que no pós-pandemia teremos todas as condições para implementar uma nova pedagogia orientada por evidências? E assim gerar até um aprimoramento definitivo do nosso ensino.

Sabemos que vocês estão desenvolvendo uma pesquisa muito importante sobre este assunto. Poderiam dar mais detalhes?

Montamos uma pesquisa para entender os impactos na saúde mental das crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19. Apesar de ser sobre as crianças, quem responde é o pai ou a mãe. Afirmamos para eles: sei que seu tempo é precioso, pedimos 20-30 minutos para dizerem sobre quem só você pode dizer. Comunicamos que essa pesquisa foi feita para permitir-nos avaliar contextos e ajudar crianças e adolescentes a passarem por desafios da melhor forma possível. Informamos que um relatório para facilitar o seu manejo, se assim desejar. Essa pesquisa foi avaliada e aprovada por um comitê de ética, construída para que a contribuição seja anônima para a segurança de todos! Eis o link para participar: https://www.soscisurvey.de/Covid-19_kids3/





O educador do século XXI: Platão

Paulo Volker é consultor, palestrante, cientista político e filósofo. Já publicou vários artigos e livros sendo o último, em 2021: Educação Emocionante, Volume 1.

▶ Paulo Volker

Acho que Platão deveria ter alguma relevância na formação dos educadores. Algo como um conteúdo, uma menção, mesmo uma lembrança, não importa se discreta. Afinal, é um sujeito que permanece na história da humanidade por tanto tempo, sempre pertinente, sempre instigante. Nenhum educador perderia nada ao encontrar Platão, em algum momento. Pelo contrário, é sempre um encontro surpreendente. Platão é desses sujeitos que, como bem disse Lacan (Seminário 8, 1960-1961/1992), parece um Sileno, pequena caixa na forma de um velho grotesco, mas que guarda no seu interior algo divino, um tesouro.

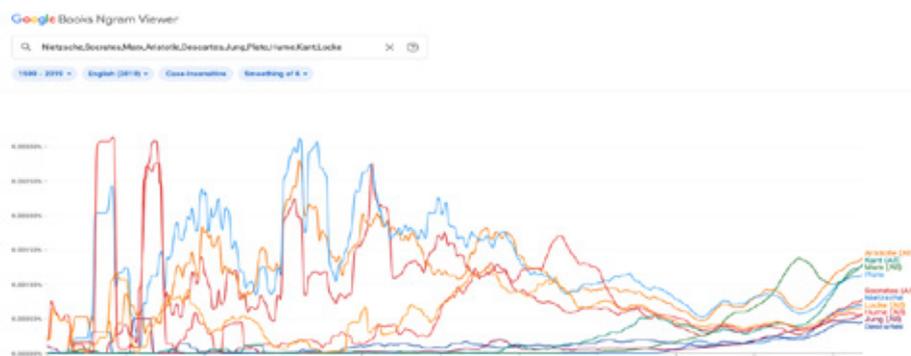
Acho que é isso que explica o resultado de uma interessante pesquisa que fiz no Google Ngram. A pesquisa foi estimulada pelas seguintes perguntas: Entre os 10 maiores filósofos ocidentais, quem é o mais citado? Para responder a essa pergunta, usei o site “The Top Ten” (www.thetoptens.com), um site que apresenta listas sobre vários assuntos. Nesse site, usei a lista “Top 10 Greatest Philosophers of All Time”, que apresenta Nietzsche, Sócrates, Marx, Aristóteles, Descartes, Jung, Platão, Hume, Kant e Locke

como os 10 maiores filósofos. Não discuto aqui os fundamentos e as referências usadas pelo site para fazer tal lista. A minha lista seria bem diferente desta, mas o que me interessava era uma lista pública, despreziosa (não objetiva ser a melhor lista e a mais bem fundamentada) e que servisse para uma primeira visada nesse tipo de questão.

“Para quem não sabe nada, o ponto de interrogação é o farol que o guiará pela escuridão. Nada mais seguro e lúcido do que a pergunta. Nada mais pedagógico e educador do que ensinar a perguntar.”

Usei o Google Books Ngram, porque é composto por um banco de dados com livros escaneados desde 1500 e totaliza 5.195.769 obras digitalizadas, com 361 bilhões de palavras (Cf. “Google Books Ngram Viewer in Socio-Cultural Research”. Zieba, Anna. 2021). Ou seja, se alguém objetiva saber como um termo, uma palavra ou um nome é referido nos livros publicados em língua inglesa, não há melhor caminho.

Muito bem! Inseri a lista “Top 10 Greatest Philosophers of All Time”, com os nomes de Nietzsche, Sócrates, Marx, Aristóteles, Descartes, Jung, Platão, Hume, Kant e Locke no Google Ngram e tive o seguinte resultado:

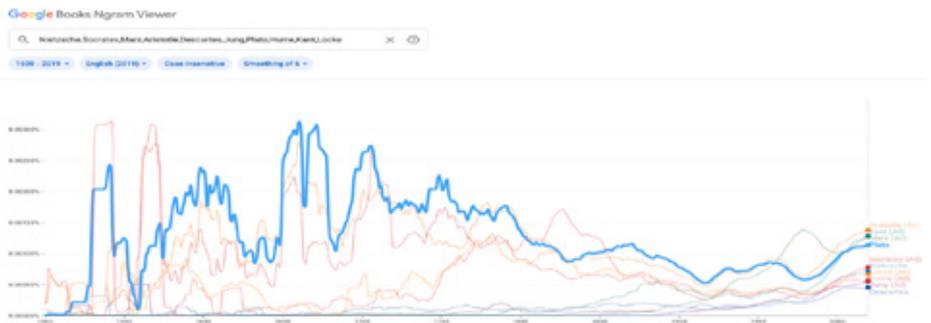


Para melhorar a visão do leitor, destaco na *figura 1*, em linha azul, o que eu chamaria de “preponderância platônica”:

Somando as linhas (em cada ponto dessas linhas, é possível saber exatamente quantos livros e quantas vezes os nomes apareceram), fica claro que Platão é o filósofo mais citado no ocidente. Neste artigo, não é possível apresentar os detalhes estatísticos das frequências, como também não é possível explicar facilmente a causa dessa preponderância (nosso livro sobre Platão, que publicaremos no segundo semestre, tratará detalhadamente de todas essas questões), mas alguns fatos, objetivamente, colocam Platão como um caso único na história do pensamento humano.

Para entendermos o fenômeno Platão, em primeiro lugar, é preciso dizer que os primeiros diálogos de Platão (Euthyphro, Charmides, Laches e Lysis) foram escritos faz 2420 anos! E, vejam bem, não há nenhum pedaço físico (papiro, couro, pano ou pergaminho) original de nenhum dos textos de Platão. Isso, que chamamos de obra de Platão, são cópias de cópias de cópias. E, claro, algumas dessas cópias são questionadas na sua autenticidade. Efetivamente, nomes como Filipo de Opus, Espeusipo (sobrinho de Platão), Menedemus de Eretria, Aristófanes de Bizâncio, Trasilio de Mendes, Marsilio Ficino, entre outros, encarregaram-se de organizar e garantir a sobrevivência da obra platônica. Temos que destacar o trabalho de Henri Estienne (Henricus Stephanus, em latim), que, em 1578, publica, em três volumes, a obra completa de Platão e estabelece uma espécie de

Figura 1



base para todas as outras que a sucederam (Cf. C. S. de Souza, Hudson. Índice platônico). Todos esses trabalhos possibilitaram chegar até Luc Brisson, considerado o maior especialista em Platão atualmente, que fez as traduções mais referenciadas, os comentários mais fundamentados e a versão contemporânea da obra completa.

“...e mostrar que a presunção de ignorância e a desconfiança são princípios básicos de qualquer tentativa de conhecimento – senão o mais importante de todos os saberes (Apologia de Sócrates).”

Afinal, depois desses 2420 anos, o que chegou até nós, que é denominado “A Obra de Platão”? Basicamente, de

acordo com o trabalho que fiz de processamento de linguagem natural e mineração de texto (natural language processing and text mining), usando a edição inglesa “Plato: Complete Works”, editada por John M. Cooper, o legado de Platão diz respeito a, aproximadamente, 900.000 palavras, divididas em 49 obras (36 diálogos e 13 cartas). A média de palavras por diálogo é, aproximadamente, de 21.000 palavras (Dom Casmurro, de Machado de Assis, tem, aproximadamente, 52.000 palavras). O maior diálogo é “Leis”, com 141.068 palavras e o menor, Clitofon, com 2.300. No gráfico da *figura 2*, é possível destacar os diálogos, por data de elaboração (aproximada), no eixo x, e a quantidade de palavras, no eixo y.

A região do gráfico em azul são as obras de juventude, em verde, as obras de transição, a de vermelho, as obras da maturidade e a de amarelo, as obras da velhice.

Figura 2



Figura 3



No conjunto dos 36 diálogos, desfilam 81 personagens: políticos, artistas, filósofos, militares e pessoas simples, que são os sujeitos das conversas e debates. Dentre todos, sobressai, como personagem fundamental e eixo essencial da obra platônica, Sócrates.

No gráfico da *figura 3*, apresentamos a frequência com que os 10 personagens, que mais participam dos diálogos, aparecem na obra de Platão. Sócrates só não aparece em um diálogo, “Leis”. Rigorosamente, podemos dizer que a obra de Platão trata do personagem Sócrates. Mais ainda, o pensamento, a filosofia, a pedagogia, a ética de Sócrates. O platonismo é a expressão socrática da filosofia. Platão é o educador que preferiu não dizer nada diretamente para seus educandos - só um conjunto de 13 cartas de autenticidade duvidosa estão na primeira pessoa. Preferiu colocar um sábio, que diz não saber nada, Sócrates, conversando com vários outros sábios e, assim, ensinar filosofia. Qual filosofia? Afinal, qual filosofia, Platão, através de todas essas conversas de Sócrates, apresenta? Rigorosamente, a filosofia de que o conhecimento só pode ser adquirido de forma ativa - nunca

de forma passiva -, através do trabalho contínuo de debate, de discussão, da apresentação de pontos de vistas opostos e da análise rigorosa de todos os argumentos.

“...desafiou Platão a apresentar um paradigma filosófico focado naquele momento em que os educandos começam a aprender. Aquele momento em que surge a curiosidade sobre o mundo e a vida. O momento em que começam a perguntar.”

Os 36 diálogos são a forma mais coerente de mostrar como se faz filosofia. Afinal, diálogo é a “...conversação entre duas ou mais pessoas.” Muitos acreditam erroneamente que “di” significaria “dois”, e, portanto, a palavra se limitaria à conversa entre duas pessoas. No entanto, a palavra, que vem do grego, é formada pelo prefixo dia, que significa “por intermédio de”, e por logos, que significa “palavra” (Wikipédia).

Para Platão, Sócrates é o sujeito que estabeleceu a coerência perfeita ente ser filósofo e viver a filosofia. Sócrates é o amigo do saber. Sua impertinência

e a sua metodologia de produzir e conhecer, implicava “desqualificar a sabedoria e o comportamento dos que apregoavam certo domínio intelectual, e mostrar que a presunção de ignorância e a desconfiança são princípios básicos de qualquer tentativa de conhecimento – senão o mais importante de todos os saberes (Apologia de Sócrates).

Todos os educadores bem que poderiam conversar com Sócrates - através de Platão é a melhor forma. Entenderiam que o sujeito mais sábio da antiguidade optou por não ter nada, não escrever nada e influenciou seu melhor aluno - Platão -, a não escrever nenhum tratado filosófico, como costumam fazer os filósofos. Pelo contrário, desafiou Platão a apresentar um paradigma filosófico focado naquele momento em que os educandos começam a aprender. Aquele momento em que surge a curiosidade sobre o mundo e a vida. O momento em que começam a perguntar.

Toda a obra de Platão é uma metodologia das perguntas. Um método de fazer o “ponto de interrogação” ser a principal estrutura formadora de uma frase, sobrepujando a exclamação, as vírgulas e os pontos. Platão estabelece o ponto de interrogação como o sinalizador do caminho para o conhecimento, válido tanto para o educador - principalmente -, como para o educando.

Para quem não sabe nada, o ponto de interrogação é o farol que o guiará pela escuridão. Nada mais seguro e lúcido do que a pergunta. Nada mais pedagógico e educador do que ensinar a perguntar.





Híbrido do bem, híbrido do mal

Ana Elisa Ribeiro é doutora em Linguística Aplicada pela UFMG, pesquisadora de linguagem e tecnologia. É autora, entre outros, dos livros Escrever, Hoje e Multimodalidade, textos e tecnologias, ambos pela Parábola Editorial. É professora e pesquisadora do CEFET-MG, onde atua nos três níveis de ensino. Viveu o ensino remoto emergencial intensamente.

▶ Ana Elisa Ribeiro

Como sempre, fui muito atenta às palavras. Lembro-me quando foi que ouvi o termo “híbrido” pela primeira vez. Era década de 1990 e tínhamos aulas de genética no ensino médio, apaixonantes exposições de biologia sobre cruzamentos entre ervilhas num experimento de Mendel (a quem dediquei um poema, algum tempo depois). Deu tudo certo naquele cruzamento experimental entre ervilhas de tipos diferentes, que terminaram por gerar uma terceira ervilha, à qual chamávamos “híbrida”. Aí, era algo bem-sucedido e que oferecia à ciência um avanço importante. No caso de flores, por exemplo, esses cruzamentos podem gerar belezas raras e fascinantes.

Pouco tempo depois, fomos apresentados e apresentadas aos animais híbridos que resultavam do cruzamento interespecíes, mas que gerava seres inférteis e às vezes inviáveis. Aprendemos que nem todo híbrido é bem-sucedido e que há diferença entre mestiçagem e hibrididade. Na mestiçagem, os filhotes são férteis, embora sejam resultantes de cruzamentos entre pais muito diferentes.

Essa retomada meio nostálgica do momento em que aprendi

sobre híbridos tem me servido para uma nova reflexão: que metáfora é essa, sobre a qual temos apoiado um redesenho ainda vago e estranho da educação escolar para depois da pandemia? Temos pensado em hibrididade ou em mestiçagem, no sentido daquela fauna que aprendemos nos livros de biologia?

“Como sempre soubemos, a educação “presencial” não é perfeita e não produz resultados excelentes, muito menos para todos e todas. O ensino remoto é uma experiência recente e improvisada, também passível de muitas críticas.”

Metáforas que enganam

Para a maior parte das reflexões, é fundamental pensar na linguagem e em como ela funciona para dizer e para não dizer, para esclarecer e para obscurecer. Sem dúvida, “híbrido” é uma palavra bonita,

legitimada, selecionada entre outras por seu cariz científico, sua herança técnica. Vamos preferi-la a outras mais simples e populares, tais como “mescla”, “mistura”, “alternância” e mesmo “mestiçagem”. No entanto, diante dessa metáfora agora tão difundida em sua aplicação à educação, do que estamos tratando? De uma experiência mendeliana ou de um resultado infértil?

Tenho tentado colecionar relatos de experiências de “ensino híbrido” para produzir uma reflexão sobre elas. A ideia, no entanto, não para por aí. Diante da experimentação e de relatos honestos, é preciso ter condições de repensar, redesenhar, propor uma reengenharia da educação escolar pós-pandêmica que sirva para melhorar a vida das pessoas, em especial a de estudantes, professores e gestores, e não para piorar o que nunca foi ideal. Há instituições, por exemplo, que vêm chamando modernamente de “híbrido” o ensino que se configura numa situação que entendo como absolutamente infértil: a transmissão ao vivo da aula que acontece num espaço físico. Obviamente, essa é a “solução” mais fácil, não necessariamente a mais interessante ou inteligente.



“Há instituições, por exemplo, que vêm chamando modernamente de “híbrido” o ensino que se configura numa situação que entendo como absolutamente infértil: a transmissão ao vivo da aula que acontece num espaço físico.”

Uma câmera fica ligada na sala, transmitindo a “aula” para estudantes que estão em casa, enquanto o (a) professor (a) leciona para alguns (mas) estudantes que estão fisicamente na escola. O (a) professor (a) expõe sua matéria, cuida de ensinar aos que estão “presentes”, enquanto a câmera se mantém ligada, tal como se fosse uma simples “câmera de segurança”, certamente dividindo uma “interação” que não atende a ninguém de forma completa. A isso talvez seja inapropriado chamar de “híbrido”. Trata-se, a meu ver, de uma “aula monstrenha”.

Que nome cabe a uma situação assim posta? Tratou-se de uma “mescla” entre tecnologias diferentes (analógica e digital)? As mediações envolvidas estão conjugadas de maneira a propiciar um ensino e uma aprendizagem melhores? Ou, honestamente, que tipo de solução algo assim oferece

e a quem serve, de fato? Se as pessoas envolvidas não questionam esse desenho anômalo, podemos dizer que estão preocupadas de fato com o ensinar e aprender?

Redesenhos futuros

Passado mais de um ano do início da pandemia no Brasil, com a experiência, mesmo que compulsória, de uso de tecnologias digitais que tivemos (os que pudemos ter), é premente pensar e planejar, com a participação contundente de quem entende do riscado, isto é, os (as) professores (as), em que sentidos a educação escolar poderia ir, tirando proveito sério e honesto do que empregamos de bom durante a crise.

Como sempre soubemos, a educação “presencial” não é perfeita e não produz resultados excelentes, muito menos para todos e todas. O ensino remoto é uma experiência recente e

improvisada, também passível de muitas críticas. No entanto, cabe a nós produzirmos um cruzamento bem-sucedido do que há de positivo e interessante nos dois mundos, evitando um terceiro elemento infértil ou monstruoso. Ainda dá tempo de recolher informações, reunir relatos e ideias para uma reengenharia que transforme a educação escolar numa direção positiva e inteligente. Mas é preciso admitir: isso só terá chance de acontecer onde as pessoas participam, experimentam e relatam com honestidade o que têm vivido. Professores (as) ameaçados (as) e com medo não terão condições de resistir, muito menos de participar da construção de algo melhor. Se não for agora, quando teremos outra chance? Esperaremos a suspensão compulsória e aflita de uma próxima pandemia?





Engenharia disruptiva: novas respostas para novos (e antigos) problemas

Lúcio Fonseca é Consultor Educacional e Empresarial, CEO da FF Digital Tecnologia, Treinamento e Desenvolvimento. www.ffdigital.com.br / contato@luciofonseca.com.br

▶ Lúcio Fonseca

Não sou engenheiro, mas sempre estive ligado à Engenharia. Desde criança, à tradicional pergunta: “o que você vai ser quando crescer?”, respondia de pronto: Engenheiro Químico! Só ao final do primeiro semestre do 3º ano do EM deu o “estalo”: minha vocação era para as Humanas e, assim, formei-me em Letras e Pedagogia.

Com esta bagagem é que fui “bater com os costados” no Iraque, dirigindo escolas do Grupo Pitágoras para os filhos de funcionários de uma grande empresa de... Engenharia - a Mendes Júnior, que ali construía obras de grande porte (com o Pitágoras, viria a ter muitas outras ricas experiências em canteiros de obras). Movido pelo meu fascínio “ancestral” pela área, absorvia tudo o que se passava nas obras, uma pujante via expressa e uma moderna ferrovia. Terraplanagem, sub-base, imprimação, capa... conceitos que me foram ficando íntimos.

Em Tucuruí-PA, acompanhei, encantado, a construção de uma imensa usina hidrelétrica pelos engenheiros da Camargo Correa. No interior da Bahia, admirava-me de como a engenharia da Vale fazia chegar

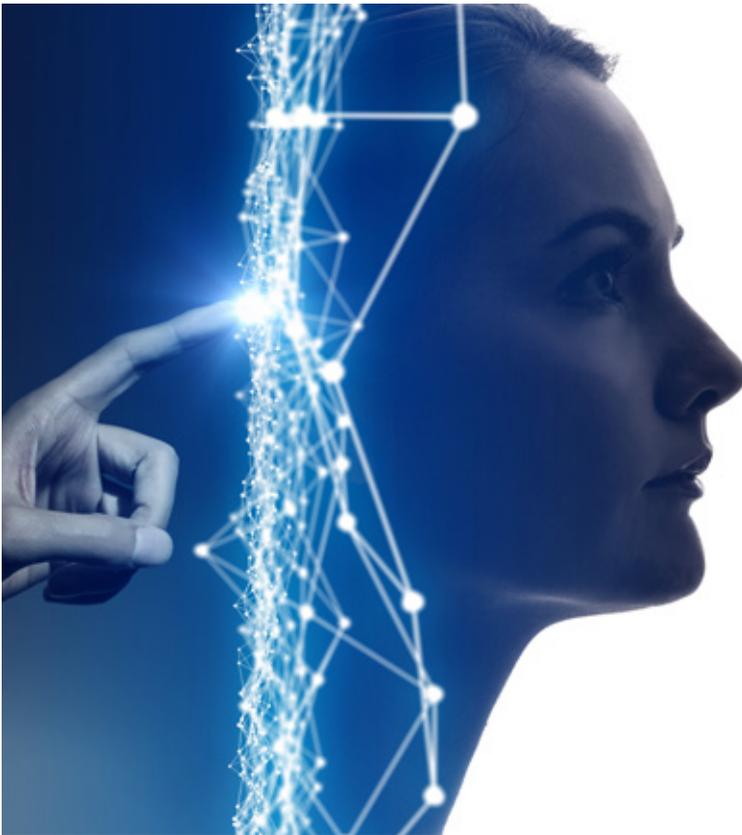
imensos caminhões ao ventre da terra para extrair toneladas de material e, dele, o precioso ouro. No Espírito Santo, vi a Engenharia Genética da Aracruz Celulose clonar as melhores mudas de eucalipto para fazer florestas de árvores idênticas que a Engenharia Química transformava em inacreditáveis 3 milhões de toneladas por ano de celulose branqueada.

Para completar, há quase 20 anos, tenho forte ligação com a Ordem dos Engenheiros de Angola, em cujos seminários e congressos tenho tido anualmente o privilégio de palestrar. Por esta convivência intensa com o mundo da Engenharia, associada a um fundo estudo sobre os Impactos da 4ª Revolução Industrial no Mercado de Trabalho e na Sociedade, é que ousou apresentar, como outsider, considerações sobre esta área profissional tão estratégica para qualquer país.

A 4ª Revolução Industrial nos traz novos conceitos, tecnologias e inovações disruptivas – aquelas que rompem com paradigmas vigentes, como fizeram o Uber, Airbnb, Spotify e Nubank, por exemplo. Irrrompem em velocidade estonteante e impactam

profundamente o mercado e a sociedade: impressão 3D (até de casas e edifícios), Internet das Coisas, Bioengenharia, cidades inteligentes, veículos autônomos, economia circular, Inteligência Artificial, Big Data, Computação Cognitiva, hibridizando tecnologias dos mundos físico, biológico e digital. Trabalhos mecânicos, repetitivos ou que requerem cálculos complexos são cada vez mais executados por computadores ou robôs. Um novo zeitgeist, também no mundo da Engenharia.

O que, por exemplo, um engenheiro poderia fazer, utilizando o Watson, misto de computador “que aprende” e sistemas de Big Data e Analytics, da IBM? Poderia perguntar ao Watson por que a leitura de um medidor de pressão está diferente da faixa padrão de valores; o computador buscaria em seu banco de dados as melhores respostas; com o tempo, Watson melhoraria estas respostas, a partir da avaliação e sugestões dos engenheiros-usuários sobre as soluções por ele apresentadas. O conhecimento e experiência de engenheiros de todo o mundo e de todos os tempos a serviço do profissional de hoje! Útil, não? Mas também



“Todos estes avanços gerarão, segundo o Fórum Econômico Mundial, a extinção de milhões de empregos nos próximos anos. E também a criação de novos outros, mas que exigirão competências bem mais sofisticadas.”

ameaçador: o engenheiro convencional, não preparado para tais tecnologias, pode ser simplesmente... substituído por elas.

Todos estes avanços gerarão, segundo o Fórum Econômico Mundial, a extinção de milhões de empregos nos próximos anos. E também a criação de novos outros, mas que exigirão competências bem mais sofisticadas. Quantas especialidades da Engenharia estarão entre as extintas? Que novas surgirão? Faria sentido, ainda, uma formação baseada em acúmulo de informações? “O ensino superior não foi projetado para fornecer as habilidades necessárias para a ruptura que se avizinha”, diz Michael E. Hansen, em artigo para o Fórum Econômico Mundial.

É visível a necessidade de que as instituições de ensino de Engenharia (e não só) se

repensem, reinventem-se, reestruturem-se, dando menos ênfase à quantidade de conteúdo, à transmissão de informações pelo professor e à proficiência em fórmulas e cálculos (computadores e Internet estão aí para isto). Urge adotarem currículos e metodologias disruptivos, que desafiem os alunos, desde o primeiro ano do curso, a desenvolverem projetos voltados para a solução de problemas REAIS da comunidade - descobrindo e (re)usando novos materiais, novas ferramentas e métodos produtivos, aprendendo, just in time, todo o aparato conceitual efetivamente necessário a cada momento e desenvolvendo, no processo, as “competências para o futuro”. Boas práticas e bons especialistas sugerem a direção desta “jornada curricular disruptiva”: Dominar, gerar e empregar tecnologias para produção de bens e serviços que atendam às novas – e às

tradicionais – necessidades da sociedade, com qualidade e custos apropriados; Desenvolver visão de conjunto das questões que desafiam o seu tempo; Aprender a avaliar os problemas e a construir, com muitas outras disciplinas, as soluções adequadas; Tratar com desenvoltura todas as facetas da inovação; Qualificar-se para a prática da engenharia com responsabilidade social (Fonte: Observatório da Inovação e Competitividade da USP).

A MIT School of Engineering também afirma que a Engenharia deverá cada vez mais trabalhar em estreita parceria com outras áreas do conhecimento e estar envolvida com temas que não eram, até agora, muito ligados ao seu escopo: Ambiente, Energia, Saúde, Informação, Redução da pobreza... Indica a inclusão das novas tecnologias, a solução de problemas do mundo real, o desenvolvimento de



lideranças técnicas inovadoras e o empreendedorismo, redefinindo engenheiros como “solucionadores CRIATIVOS de problemas”. No aspecto “empreendedorismo”, dá o exemplo: dentro de seu campus já surgiram mais de 25.000 empresas (startups), gerando 3 milhões de empregos e receita bruta de incríveis 3 trilhões de dólares – muitas delas sociedades entre alunos e professores.

A 7th WSEAS International Conference of Engineering Education, já em 2010, sugeria a adição à formação técnica específica de cada ramo da Engenharia de temáticas e componentes curriculares tais como Arte, Espiritualidade e Ciências, Linguística, Agricultura Ecológica, Mecanismos criativos da inovação, Redação Técnica, Gestão da Qualidade, Competências Digitais, Empregabilidade, Comunicação, Alfabetização Emocional, Metas e Motivação e outros tão ou mais distantes do currículo tradicional.

Afirma o Eng. Walter Bazzo – Pesquisador em Educação, Tecnologia e Sociedade, que é defensor das Tecnologias Sociais –

“produto, método, processo ou técnica para solucionar algum tipo de problema social com simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e replicabilidade) e impacto social comprovado”: “Não há como dissociar as questões tecnológicas das sociais, há que se fazer uma combinação de ambas. Hoje, esse é o grande desafio das escolas de Engenharia, principalmente pela relutância e pela própria cultura dos engenheiros, sempre focados no aspecto da produção, em detrimento do social”. (Pergunto: não seriam os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – bons norteadores para um currículo de Engenharia mais inovador e socialmente engajado?)

O perfil do novo profissional de Engenharia deixa, portanto, de ser puramente técnico e passa a abranger um conjunto bem mais amplo de competências: técnica, gerencial, empreendedora, pessoal/emocional, criativa/ inovadora e social. O “engenheiro disruptivo” será o que adicionar ao seu tradicional alto QI outros altos quocientes: social (QS), emocional (QE), de aprendizagem (QA) e de criticidade (QC). E quanto mais disruptivos o engenheiro e a

Engenharia, mais rica se tornará a cidade, o país e a própria humanidade.

“Não há como dissociar as questões tecnológicas das sociais, há que se fazer uma combinação de ambas. Hoje, esse é o grande desafio das escolas de Engenharia...”

Se, como toque final, inocularmos no ambiente acadêmico a “mentalidade startup” – inovação disruptiva, foco na “dor” do cliente, aprendizagem acelerada, execução ágil, parcerias com o ecossistema, adoção de novas tecnologias – tudo sob a liderança inspiradora de cada professor, poderemos transformar cada sala de aula de Engenharia em uma startup, uma “empresa de solução de problemas e mitigação de dores dos clientes” – Uma completa disrupção. “Sonho?... mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum.” (Monteiro Lobato)





Educação inclusiva: mais afetividade e menos reclamação!

Emílio Figueira é Psicólogo, psicanalista e educador. Autor do livro "Psicologia e Inclusão: atuações psicológicas em pessoas com deficiência" (Wak Editora).

▶ Emílio Figueira

Durante as minhas palestras, por algumas vezes, o pessoal toca na questão de que muito pouco tem sido feito por parte do Governo. E isso me incomoda cada vez mais. Vejo que ainda temos muito da cultura paternalista de esperar que tudo venha de cima, já pronto, tanto no sentido de leis como de investimentos e recursos. Como se tudo pudesse acontecer de maneira mágica por meio de decreto-lei ou simplesmente tendo recursos financeiros, por exemplo. Mas, gente, o Governo representa 10% da população. Nós somos os outros 90%. Se quisermos, nós mudamos o mundo!

E com a Educação Inclusiva não é diferente. Defendo que ela só terá sucesso se for realizada de baixo para cima, das bases e com o envolvimento de todos. Creio que um dos caminhos mais certos para a Educação Inclusiva seja a afetividade, o coração. O professor que se despir de seus conceitos e preconceitos, abrir os braços e receber alunos a serem incluídos, trará um novo universo para dentro do seu universo. E um universo precisa de tempo para ser conhecido, ser explorado sem medos e ansiedades. E as descobertas, se não recalçadas, trarão muito mais coisas positivas. Medos,

inseguranças e temores são coisas para fracos, não para pessoas de coragem que já demonstram isso ao escolherem a carreira de professor no Brasil!

“O professor que se despir de seus conceitos e preconceitos, abrir os braços e receber alunos a serem incluídos, trará um novo universo para dentro do seu universo. E um universo precisa de tempo para ser conhecido, ser explorado sem medos e ansiedades.”

Posso endossar o que estou dizendo com um relato que tive em um encontro. Uma aluna de psicologia, que trabalhava como professora na Rede Municipal de Mogi das Cruzes, relatou-nos que em sua escola havia três alunos, entre síndrome de Down e deficiência intelectual, sendo incluídos. E com o tempo, ela passou a notar um potencial muito grande em certas áreas do desenvolvimento deles. Vejam que sensibilidade linda, que não está em nenhum manual de regras pedagógicas, teve

essa professora. Ela não trouxe para discussão as dificuldades ou impedimentos que poderia ter encontrado ao lidar com a inclusão escolar desses alunos. Ela foi sensível a ponto de preferir destacar o lado positivo.

E eu lhe disse que, se no processo pedagógico essas potencialidades forem focadas e trabalhadas corretamente, eles terão um desenvolvimento muito além das nossas expectativas que serão motivos de orgulho para essa e outras professoras que educam esses três alunos. Pode até ser que não tenham o mesmo nível de aprendizagem dos demais alunos, desenvolver-se-ão em outras áreas de aptidões e cognições. Mas também por que todos precisam se desenvolver e aprender só as mesmas coisas, não é mesmo? A Educação Inclusiva é um processo pedagógico, mas se puder contar com a afetividade de todos os envolvidos, ajudará muito. Fundamental para o seu sucesso não será apenas jogar essa responsabilidade nas costas dos professores. Todos, os diretores, os inspetores, os atendentes, o pessoal da cantina, da limpeza, da manutenção, os demais alunos, as famílias e comunidade em geral estejam



“Enfim, o que quero dizer com tudo isso, é que o professor, dentro de uma Sala de Aula Inclusiva, é o personagem direto da Inclusão Escolar, mas por trás dele, deverá estar todo um arsenal de apoio material e humano.”

envolvidos no mesmo objetivo. E se tiver afetividade, melhor!

Professores com alunos em processo de inclusão, se necessário, poderão receber apoio e auxiliares na sala de aula. Esses educadores precisarão de treinamentos constantes. A escola receber de tempos em tempos, a visita dos professores itinerantes e/ou outros especialistas no assunto para avaliar como anda o processo, passar instruções, tirar dúvidas, dar treinamentos. Enfim, o que quero dizer com tudo isso é que o professor, dentro de uma Sala de Aula Inclusiva, é o personagem direto da Inclusão Escolar, mas por trás dele, deverá estar todo um arsenal de apoio material e humano. O trabalho em equipe entre os profissionais de uma escola pode contribuir, e muito, para uma convivência harmoniosa, construída coletivamente, que certamente irá refletir na relação educador/educando e no processo de ensino e de aprendizagem.

Qualquer escola precisa estar preparada para receber alunos inclusivos. Mas há uma grande

necessidade, principalmente por parte dos pais. A importância de se atentar às necessidades específicas de cada criança, terapias e acompanhamentos especializados, o desenvolvimento global de alunos incluídos como os aspectos psicológicos que precisam ser observados, valorização dos pontos positivos de uma deficiência, possibilidades de uma criança se desenvolver em outras áreas que não sejam impostas pelos padrões culturais. Entrando no campo pedagógico, há a importância de uma parceria em tripé: Escola, Família e Sociedade!

Mas então devemos deixar o Governo de lado? Claro que não. Devemos exigir maiores investimentos, verbas, adaptações físicas e de recursos para as escolas. Treinamentos e constantes reciclagens para o pessoal da Educação. Digo exigir, porque temos outra velha visão cultural que o Governo é um “ser superior” que não podemos alcançá-lo. Esquecemos que quem os coloca lá somos nós com o nosso voto. Que o dinheiro que é negado para a melhoria

da Educação e outros setores é nosso, provém dos impostos pagos. Precisamos unir a nossa parte de 90%, deixarmos de ser cordeirinhos e nos unirmos numa sociedade politicamente articulada, impondo-nos e deixando claro o que queremos para melhorar a Educação. Enfim, o que quero dizer com tudo isso, é que o professor dentro de uma Sala de Aula Inclusiva é o personagem direto da Inclusão Escolar, mas por trás dele, deverá estar todo um arsenal de apoio material e humano. E qualquer outro setor que nos é de fato e de direito.

Deixarmos de reclamar, culpar o Governo por tudo, justificando, mesmo que de forma inconsciente, a nossa inércia, ou ficar passando o chapéu atrás de migalhas. Mas sim temos que criar uma nova cultura: A de quem manda é quem paga a conta. Pois os governos executivos e legislativos nada mais são do que funcionários do povo. E pagamos muito caro por isto. Aliás, temos uma das maiores cargas tributárias do mundo. E disso eu não tenho o mínimo orgulho!





O efeito da pandemia, o ensino remoto e a família: os dois lados da questão

Lizainny Queiróz é Professora, Pedagoga e Psicóloga. Mestre e Doutoranda em Estudos de Linguagens do Posling-CEFETMG.

▶ Lizainny Queiróz

Constituído por desigualdades étnicas, de classe, de gênero, de saúde física e mental, o Brasil é hoje um país polarizado. Por razões políticas, ideológicas e religiosas, os brasileiros estão divididos entre aqueles que acreditam nos perigos do contágio do coronavírus e os totalmente céticos à situação. Em função da pandemia, as instituições escolares e os processos educativos transformaram-se, acrescentando assim novos desafios aos outrora já existentes. Repentinamente, os alunos se viram confinados em seus lares, submersos em um ambiente social de reclusão e com a impossibilidade de se encontrarem presencialmente com seus professores e colegas, a educação então, passou a ser mediada por tecnologias que se tornou a grande protagonista em tempos de isolamento social.

É indispensável ressaltar a complexidade do ato de aprender e a educação é uma atividade coletiva, sendo constituída pelo compartilhamento de saberes por meio das interações entre os estudantes e os docentes. Tal aspecto, assume um papel decisivo no desenvolvimento afetivo-social de cada um. A

mudança das salas de aulas físicas para o ambiente virtual, em que o silêncio prevalece, demandou, dos docentes, instantânea adaptação a esse novo contexto, além do emprego de novos recursos e estratégias para estimular o aprendizado e promover a realização de atividades.

O ensino remoto emergencial foi uma estratégia educacional implementada cuja finalidade foi prover soluções rápidas para a continuidade do ensino, por meio de técnicas de ensino e aprendizagem via tecnologias. O modo conhecido como “síncrono” é caracterizado pela interação simultânea de alunos e professor no mesmo ambiente virtual. Já o assíncrono, acontece em ambientes virtuais, como salas de bate-papo, lives, web conferências e gravações prévias de aulas pelos professores, não requerendo a presença e a participação simultânea dos estudantes e docentes. Neste caso, os conteúdos ficam disponíveis à turma durante a vigência da matéria. Essas estratégias estão sendo oferecidas enquanto não existe retorno da forma presencial. Como consequência, tornou-se necessário não se perder de vista que os conteúdos curriculares,

assim, as aulas remotas, tornaram-se instrumentos mediadores da inclusão ativa dos discentes nessa nova ordem. Para tanto, foi preciso ficar atento para evitar-se o risco de se adotarem políticas que corrompam o sentido de currículo, convertendo-o em mera lista de conteúdos e temas que serão submetidos a uma condição de checklist.

Não resta a menor dúvida que a educação a distância jamais suprirá a educação presencial, no sentido da formação da pessoa humana, principalmente, para as crianças e adolescentes, época em que os contatos com grupo de pares são essenciais para a constituição identitária. O desafio de se encontrar estratégias educacionais, em um contexto inédito, tornou-se uma empreitada muito desgastante para docentes e discentes. O processo de ensino-aprendizagem demandou de maior compreensão sobre a questão da qualidade das mediações ancoradas na relação do indivíduo com o conhecimento. É fato que a educação escolar atua intermediando os conceitos do senso comum com os científicos. Por meio desta interposição, é que ocorre a apropriação da



“Essas duas dimensões, família/escola, muito embora tenham estreita relação complementar de preparar os sujeitos para vida sociocultural e econômica, possuem finalidades bem diferentes em relação ao ato de ensinar.”

cultura, que, por sua vez, irá alicerçar o desenvolvimento cognitivo, o emotivo e o afetivo no processo de desenvolvimento humano.

A mútua responsabilidade da família e da escola para a promoção de uma educação que atue dando apoio aos aspectos fundamentais do desenvolvimento humano: sejam estes, cognitivos, motores, afetivos ou socioemocionais, revelou-se um desafio dos mais desgastantes durante o ensino remoto. Diante disso, percebe-se a importância de refletir sobre a relação família-escola na mediação via tecnologia do conhecimento escolar.

Historicamente, na relação família-escola, cabe à família assumir a educação informal de prover os valores morais e éticos compatíveis com a comunidade na qual está inserida. Cabe à escola, evocar para si, a função formal de cultivar a aprendizagem do conhecimento socialmente produzido e organizado em um dado momento histórico. Ao

mesmo tempo, é na escola que ocorre o processo pedagógico, lugar em que este se estabelece e é consolidado, tendo o professor como facilitador do desenvolvimento do estudante. É neste local privilegiado de interações que o aluno se apropria de signos, símbolos e regras necessárias à convivência humana.

Muito embora esteja reconhecido o empenho que os professores, estudantes e suas famílias realizam para manter as práticas de ensino e aprendizagem durante a pandemia, com a manutenção das aulas online, faz-se imprescindível compreender toda essa realidade, para além da aparência.

Essas duas dimensões, família/escola, muito embora tenham estreita relação complementar de preparar os sujeitos para vida sociocultural e econômica, possuem finalidades bem diferentes em relação ao ato de ensinar. O vínculo família-aluno é muito distinto daquele entre professor-aluno no que

se refere à intermediação do conhecimento escolarizado.

Sem preparo para essa tarefa, anteriormente executada quase que integralmente na escola, as famílias viram, de súbito, a dificuldade em diferenciar o espaço domiciliar de um espaço escolar, mesmo que temporariamente. Como os alunos deixaram de frequentar fisicamente a escola, recaiu sobre os pais e responsáveis uma necessidade de maior acompanhamento da nova rotina de ensino, além de estabelecer uma nova conexão entre a família e a escola. Essas alterações repentinas impactaram diretamente na vida e na forma de aprendizagem destes estudantes. Os pais e mães tiveram que adaptar abruptamente suas casas e seu dia a dia para criar um ambiente apropriado de estudo. Muitas famílias não possuíam ambientes e dispositivos digitais em quantidade e qualidade necessária para garantir a adequação da prole à nova modalidade de ensino, sobretudo, quando necessitava

atender simultaneamente dois ou mais filhos que estudavam em um mesmo turno.

“A situação tornou-se mais grave porque muitos pais/responsáveis também passaram a trabalhar em home office, o que fez com que estes se sentissem mais cobrados e atarefados.”

A situação tornou-se mais grave porque muitos pais/responsáveis também passaram a trabalhar em home office, o que fez com que estes se sentissem mais cobrados e atarefados. Assim, tornou-se recorrente estes pais relatarem sentirem-se sobrecarregados com o acompanhamento escolar diário dos filhos. Eles reclamam das aulas, avaliam que, muitas vezes, a explicação do conteúdo ou do comando do exercício ficou ambígua, que existe excesso de exercícios e pouco tempo para executá-los, entre outras querelas. Ainda surgem os conflitos entre um adulto cansado e o aluno que não faz as tarefas escolares sozinho e muitos pais não sabem como auxiliá-lo. Acrescente a isto, as condições de acesso à internet e às ferramentas digitais utilizadas por todos da casa, às vezes simultaneamente.

Neste contexto, o professor que continua responsável pela intermediação de saberes não pode também perder de vista a proposta pedagógica, os objetivos e a necessidade de alcançar as metas previstas em cada etapa de ensino. Assim, com

estas questões preexistentes e inerentes ao ato de ensinar, ele, enquanto profissional, viu-se obrigado a aprender a explorar toda uma parafernália tecnológica, criando estratégias para tornar as aulas mais atrativas e eficazes. De uma hora para outra, estes docentes passaram a exercer o papel de produtores de conteúdo digitais, preparando as aulas, buscando materiais interessantes que prendessem a atenção dos alunos, manejando a tecnologia e criando formas de interação nas plataformas digitais. Ademais, precisaram aprender a produzir, gravar e editar os vídeos, preocupar-se com a iluminação, os ruídos ao seu redor que pudessem dificultar a audição e distrair os alunos durante a gravação.

Além do acúmulo de tarefas e dos problemas que surgiram devido ao uso dos equipamentos eletrônicos, os professores depararam-se com um novo desafio: os pais. Muitas atividades enviadas aos alunos passaram a ser alvos da reclamação de pais insatisfeitos em relação à qualidade e à quantidade. Ao se colocarem à disposição, muitos professores descrevem a falta de privacidade, pois há pais que não respeitam os horários de descanso, importunando-os, por meio dos grupos de WhatsApp. Boa parte das vezes, a intenção é fazer críticas e solicitações.

Assim, para analisar as dificuldades escolares derivadas do ensino remoto emergencial, não se pode ser reducionista e prender-se ao subjetivismo dos fatores práticos ou aos problemas psicológicos surgidos neste processo de adaptação. Como também não se pode limitar as críticas às interações sociais. É importante considerar as complexas relações

subjacentes às bases materiais e concretas da sociedade.

A reflexão sobre a integração da família e da escola é ampla e essa relação tende ainda a se deparar com novas possibilidades por efeito do cenário pós pandemia que esperamos chegará em breve. Certamente, haverá novas formas de interatividade e vivência nas dependências físicas das instituições educacionais, com novos hábitos, protocolos e mudanças de comportamentos em função da segurança em geral.

“A reflexão sobre a integração da família e da escola é ampla e essa relação tende ainda a se deparar com novas possibilidades por efeito do cenário pós pandemia que esperamos chegará em breve.”

Enfim, fica a expectativa de que o rescaldo deste processo traga maior valorização para o papel do professor e do ambiente escolar na vida do aluno e que as famílias incluam, no seu dia a dia, o papel de incentivadoras da educação de modo a sustentar uma rede de apoio favorável ao desenvolvimento do trabalho pedagógico realizado pelo ambiente escolar.





A liderança e as gerações

Winder Almeida de Souza é formado em Matemática, diretor do SinepMG e sócio proprietário do Colégio Sócrates, em Contagem.

▶ Winder Almeida de Souza

Você já foi liderado por pessoas bem mais jovens que você? Ou já liderou profissionais, da mesma forma, com muito menos anos de vida que você? Ou, por outro lado, teve líderes com idade bastante avançada em relação a você? Ou, no outro extremo, liderou pessoas muito mais maduras do que você? Gerações vão e vêm. Os contextos e os entornos transformam-se. A realidade nas organizações e nas empresas trouxe a tecnologia para o centro dos processos. Pessoas muito jovens, que em eras anteriores não assumiriam responsabilidades de gestão e de liderança, coordenam grandes equipes de profissionais de todas as idades. A interação e o diálogo entre gente de valores, crenças e visões distintas requerem muita sabedoria. Especialmente, dos líderes. Mesmo que a gestão de pessoas sempre escolha profissionais de perfis aproximados e com disponibilidade elevada de adaptação, há sempre o imponderável e o inusitado em quaisquer ambientes de trabalho. E a busca do melhor e mais destacado desempenho das pessoas demanda, sobretudo, muito conhecimento de causa. Seja na busca e no acolhimento das pessoas de muitas gerações diferentes, seja na liderança de

quem subsidiará e respaldará as ações do negócio em todas as suas extensões.

O que ocorre é que, justamente o fator tempo, este mesmo que separa as gerações e as suas sensibilidades e percepções, não permite o aprofundamento necessário para que esse processo flua da maneira projetada e desejada. Assim, os líderes, por conta própria e com enorme senso de direção e resiliência, demandam tomar decisões baseadas muito mais em suas intuições sobre os perfis, os potenciais e as limitações de seu pessoal. E há uma tendência natural dos mais jovens se alinharem com colegas de sua idade por causa da visão afinada de mundo. Esses também, pela inexperiência, não costumam propor muitos confrontos. Eu, particularmente, sempre procurei me aproximar de pessoas mais maduras, quando liderava gerações variadas. No que tange, especialmente, à percepção de quem são as pessoas de minha equipe, recebi, dos profissionais mais “velhos”, conselhos, alertas e diretrizes que se mostraram adequados e pontuais adiante. Mesmo assim, em algumas oportunidades, não considerei determinadas orientações por avaliá-las

como descontextualizadas e incipientes. Quase sempre, posteriormente, o tempo deu razão àqueles que já viveram e já experimentaram mais do que eu. Eles também, com equilíbrio e vivência, em geral, sabem confrontar pontos de vista de quem os lidera e de quem, eventualmente, eles mesmos lideram.

“No que tange, especialmente, à percepção de quem são as pessoas de minha equipe, recebi, dos profissionais mais “velhos”, conselhos, alertas e diretrizes que se mostraram adequados e pontuais adiante.”

Do outro lado, dirigindo meninos e meninas muito jovens, eu também me submeti a suas percepções e vislumbres. Considerei-os mais que arrojados e desatinados em relação a minhas necessidades de então. Contudo, do mesmo jeito, eu me surpreendia demais com os resultados e os impactos favoráveis de suas proposições. Quer dizer, há muita gente



“Não se devem fechar as portas da mente e do coração por causa de nosso juízo de valor em relação ao que pensamos das pessoas por causa de suas idades.”

“velha” que assimila a passagem do tempo com preciosa capacidade de convergências para as suas maduras percepções vividas e aplicadas. E há muita gente “nova” que se dispõe a antecipar contratempos ao estudar e ouvir o que quem já experimentou muito desta vida tem a ensinar. Não se devem fechar as portas da mente e do coração por causa de nosso juízo de valor em relação ao que pensamos das pessoas por causa de suas idades.

Constantemente, imagino que os negócios sempre movimentarão as gerações em responsabilidades que envolverão: pessoas mais “velhas” que veem e enxergam o que ninguém mais percebe por falta de base e fundamento histórico que não viveu; pessoas mais jovens que conseguem traduzir demandas e necessidades em linguagens dinâmicas e propositivas para os negócios.

Portanto, mais e mais, precisamos aprender a nos relacionar com pessoas de todas as eras para a construção de nossos projetos profissionais. Para quê? Para não desaprendermos e nem desperdiçarmos oportunidades de absurdos crescimentos de nossa consciência. E, aqui, não trato somente dos vivos. Incluo personagens de passados distantes. Estes deixaram legados muito importantes para que nossa civilização e nosso caminho de trabalho e de negócios prosperassem no âmbito em que nos encontramos. O desprezo e a soberba produzirão quedas e desaparecimentos. Isto acontecerá na mesma proporção que a humildade e a virtude da aceitação de nossos limites e de nossos potenciais provocarão desenvolvimentos extraordinários.

O incrível e matuto dramaturgo Nelson Rodrigues disse em sua última entrevista: “Jovens,

envelheçam depressa”. O que Nelson quis dizer foi no sentido do quanto a imaturidade e a juventude mascaram sentidos agudos dessa nossa existência maravilhosa. O prêmio Nobel de Literatura José de Saramago traz ainda mais luz sobre essa sensação quando diz: “Nem a juventude sabe o que pode; nem a velhice pode o que sabe”. A travessia das eras e dos tempos requer sensibilidades, coragem, esperanças e acuidades que demandam, tanto a inocência marcante da fase exagerada da juventude quanto a ponderação diligente do momento reflexivo da maturidade.





A influência da música na aprendizagem

Márcia Victório é graduada em Música e Psicologia, Mestre em Educação Musical e Doutora em Ciências da Educação. Autora dos livros 'Impressões Sonoras – música em arteterapia' e 'O Bê-a-bá do Dó-ré-mi – Reflexões e Práticas sobre a educação musical em escolas de ensino básico', publicados pela Wak editora.

▶ Márcia Victório

Consideramos que a música pode constituir um meio integrador, motivador e facilitador do processo ensino/aprendizagem, por relacionar-se a aspectos emocionais, cognitivos e sociais. Em relação aos aspectos emocionais, observamos que a vivência dos elementos sonoros proporcionada pelos atos musicais constitui-se numa oportunidade de aprender e inventar para si e para o mundo tramas sonoras cada vez mais harmônicas. Ao perceber sonoridades diversas em seu corpo, ao explorar sons ao seu redor, ao manipular sonoridades de acordo com seu gosto e sua curiosidade, o aluno-aprendiz descobre, em si próprio, potencialidades adormecidas, aumentando sua estima.

O tocar e o ouvir um instrumento, bem como a voz que fala, canta, imita, inventa e movimentase no corpo e no ambiente são elementos de aprendizagem, de criação e ação que motivam e ativam a expressão, favorecendo as relações de aprendizagem, sobretudo no que tange à autonomia de aprender. Através das performances musicais, o aluno atua como ouvinte e executor, aproximando realidades e reinventando sentidos que, por sua vez, farão ressonância com o seu modo de viver e de estar no mundo.

Com relação aos aspectos cognitivos, estudos no campo das neurociências relatam as áreas cerebrais ativadas por meio das músicas. Hoje, já se tem conhecimento, por exemplo, de que as atividades musicais relacionadas à produção, execução e audição, concentram-se tanto no hemisfério direito do cérebro (percepção musical) quanto no hemisfério esquerdo (consciência do processo sonoro). Os dois hemisférios, assim integrados, aumentam as áreas do conhecimento por ativarem tanto a sensibilidade perceptiva, como o uso da racionalidade.

Além disso, por meio da análise de ressonâncias magnéticas, ficamos sabendo que a música afeta a Área de Wernicke, importante para o vocabulário da fala, a Área de Broca que está relacionada à compreensão gramatical das frases, o tronco cerebral, que ajuda a localizar o som no espaço e o cerebelo, área fundamental para a coordenação motora que trabalha na interpretação do ritmo de uma canção. Por todas essas relações, podemos dizer que o aprendizado musical proporciona importante desenvolvimento na plasticidade neurológica que pode potencializar a capacidade de aprender e relacionar

conhecimentos novos.

Quanto aos aspectos sociais, teóricos da área da educação afirmam que todos nós precisamos do outro para nos reconhecermos como nós mesmos, de forma diferenciada e autônoma. Por isso, a dimensão social é fundamental no acolhimento do aluno aprendiz, pois trabalha com questões como identidade e pertencimento, essenciais no processo de aprendizagem de uma forma geral. Especificamente no ensino da música, sabemos que os significados sociais são construídos a partir do uso da música em determinados contextos, práticas ou fatores associados à experiência musical e, por isso, os diversos contextos sociais devem ser valorizados como elementos de aprendizagem. Fazer música tem a ver com identidade, com desenvolvimento de potencialidades, com criação e invenção, com o encontro com o outro, com sabores de vida e de amores. O ensino de música, por ensejar as dimensões emocional, cognitiva e social, envolve muito mais do que conhecer a teoria da música, com todos os seus princípios e regras. A sua influência na aprendizagem, pelo que se sabe até hoje, é sobremaneira ímpar.





Driblando a pandemia com o pensamento computacional

Paulo Alvim é bacharel em Ciência da Computação pela UFMG, com mais de 30 anos de experiência como empresário do setor, autor e diretor responsável pela disciplina de Pensamento Computacional da Mind Makers, editora educacional do grupo Somos Educação.

▶ Paulo Alvim

Acha desafiante ministrar aulas expositivas a distância? O que dizer então de aulas ativas?!

Em 2020, virei colega de meu casal de filhos de 14 e 17 anos, trabalhando no cômodo ao lado da “escola” que se instalou em nossa sala de estar. Como adepto de métodos ativos de aprendizagem, foi frustrante vê-los no mesmo esforço de aprender de 40 anos atrás: assistindo a horas seguidas de exposições, arriscando alguma pergunta eventual, resolvendo laudas de questões em busca do objetivo maior, “passar na prova”. Nessa abordagem conteudista tradicional, pouco ou nada se cria de concreto e os problemas são apresentados como jamais aparecem na vida prática – como questões abstratas enumeradas, isoladas por disciplina e limitadas ao que um aluno é capaz de resolver em alguns minutos, tendo o lápis como única ferramenta... Mas a despeito disso, afora problemas de infraestrutura e de cultura, as tradicionais aulas expositivas foram facilmente adaptadas para o formato “a distância” imposto pela pandemia. Algumas poucas semanas após o início da quarentena, em março de 2020, e ali estavam meus

filhos, assistindo às exposições de conteúdo intermediadas pelo computador, com a passividade intrínseca da abordagem.

Nesse primeiro momento, como autor e diretor responsável por um curso intracurricular de Pensamento Computacional (PC), necessariamente concebido com uma abordagem de ensino-aprendizagem ativa e construcionista¹, julguei inviável cogitar um movimento análogo.

Para dar uma melhor noção do desafio (para quem ainda não conhece), uma disciplina de PC desenvolve habilidades de resolução de problemas interdisciplinares e a criatividade por meio de projetos “mão na massa”, utilizando técnicas e ferramentas computacionais como parte das soluções². Uma solução criada pelos alunos em um projeto, portanto, resulta tipicamente em algum dispositivo eletrônico montado e programado para controlar um robô via bluetooth e/ou enviar dados de sensores para outro programa tratar e exibir, por exemplo... nesses problemas interdisciplinares, que são simulacros mais próximos dos problemas reais de nossa era, cada aluno resolve apenas uma “parte” do problema

sistêmico apresentado à sua equipe. Enquanto uma dupla de alunos está descobrindo como programar uma equação de 1º grau para definir uma trajetória, ou uma condição lógica, outro pode estar montando um mecanismo que precisa detectar movimentos físicos, e um terceiro executando testes e anotando resultados para os componentes criados.

Pandemia em 2020: o primeiro choque.

Mas, após este breve período inicial, veio o primeiro choque de realidade: “talvez a quarentena não dure 40 dias, mas alguns meses talvez todo o primeiro semestre!”. Neste ponto, fizemos um primeiro esforço para portar algumas atividades de nossa disciplina para o formato EAD, limitando-nos às práticas individuais em fundamentos (em ciência da computação) e que não requerem kits de robótica, wearables e componentes eletrônico-digitais. Restaram atividades individuais off-line e aquelas que resultam em criações “virtuais” como softwares de animação, videogames, arte digital e modelos 3D/VR... no cômputo final, conseguimos adaptar cerca de 20% de nossos planos de aula,

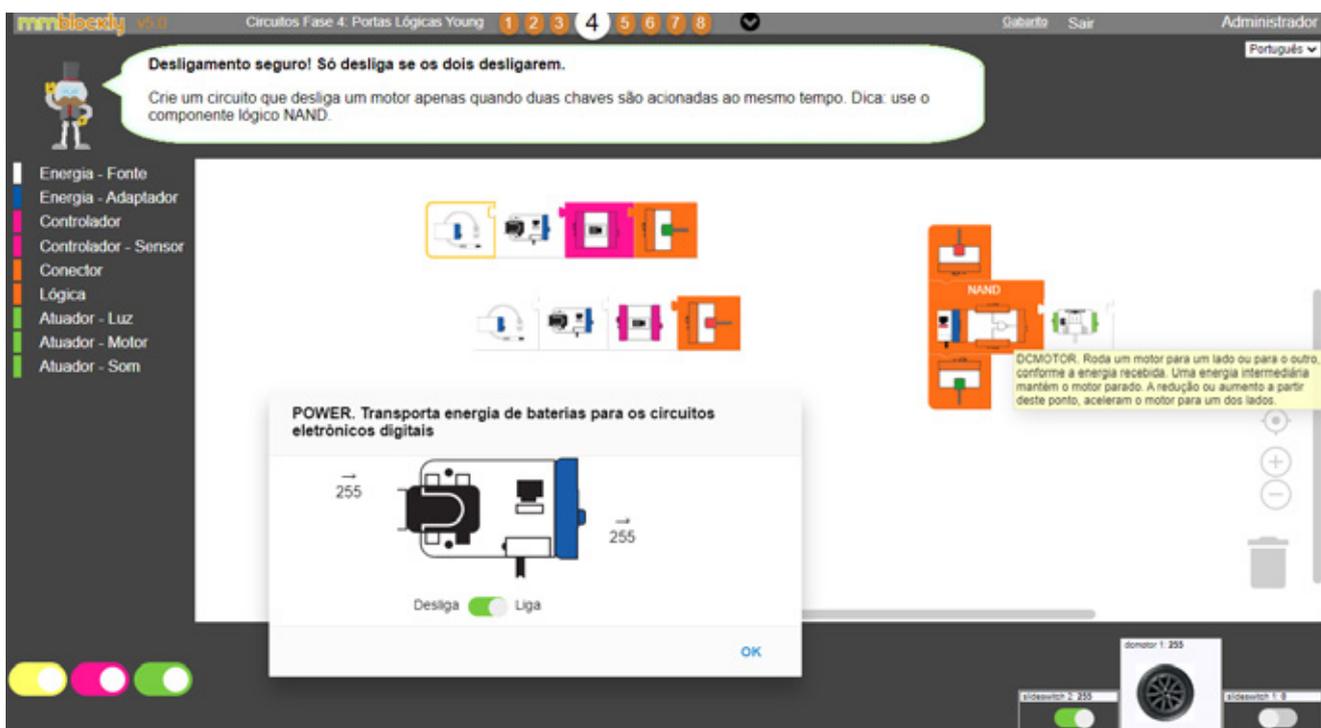


Figura 1: Simulador de circuitos eletrônicos digitais

um percentual pequeno e que não faz jus ao currículo (o ponto alto da disciplina são os projetos interdisciplinares resolvidos em equipes e com apoio de ferramental tecnológico) – mas suficiente para nossas 120 escolas parceiras à época, dada as circunstâncias, “vencerem” o primeiro semestre.

Pandemia em 2020: o segundo choque.

Mas em meados de julho de 2020, veio o segundo choque: “a quarentena vai virar o ano!”. Neste ponto, não havia mais espaço para soluções de contorno: ou imergíamos (1) em reconceber os restantes 80% dos nossos planos de aula para EAD; ou (2) em conceber e implementar simuladores arrojados, com qualidade para viabilizar a execução, em ambiente virtual, dos mesmos projetos em equipe e planos de aula planejados para nossa sala-laboratório física.

Logo ficou claro que alterações nos conteúdos e planos de aula de 22 módulos semestrais (cada qual com 16 aulas, percorrendo 11 anos da educação básica), ainda que conseguíssemos, esbarraria na total impossibilidade de recapitar centenas de facilitadores de PC ainda em 2020. As propostas de projetos e planos de aula não poderiam ser modificadas substancialmente.

Restou-nos a segunda alternativa, que um pouco mais em detalhe seria: conceber e implementar simuladores virtuais para os variados robôs e circuitos eletrônicos que adotamos, acompanhados por utilitários de colaboração on-line e culminando em algum tipo de “simulador final” integrado, que batizamos não por acaso de “Ultimate Lab”. Este último precisaria funcionar como um “gêmeo digital” de nossa sala-laboratório de PC, um ambiente físico controlado onde os alunos configuram cenários para cada desafio (escolhem determinado tapete pedagógico

de robótica, modelos específicos círculos de acurácia, obstáculos, ...) e executam suas soluções, tipicamente programações integradas de robôs, circuitos e programas de computador. Tudo isso precisaria funcionar virtualmente e de modo análogo ao espaço físico, como pauta mínima para viabilizar um número razoável de projetos e planos de aula em EAD. O prazo? 2 meses!

Driblando a pandemia com o pensamento computacional.

O que parecia um desafio impossível à primeira vista, só não foi descartado porque logo ficou evidente, para nós, que “esse era o tipo de problema para o qual preparamos nossos alunos”: sistêmico e com um prazo desafiador que exigiria a aplicação das diferentes técnicas, tecnologias e habilidades criativas que desenvolvemos em nossa disciplina. Então decidimos enfrentá-lo, com todas as armas do pensamento computacional! Logo no

1. POSICIONE OS ARTEFATOS: SEGRE-OS COM O MOUSE E USE AS SETAS PARA MOVER O TAPETE!
2. APERTE 'C' PARA ENTRAR E SAIR DO MODO DE CALIBRAGEM.

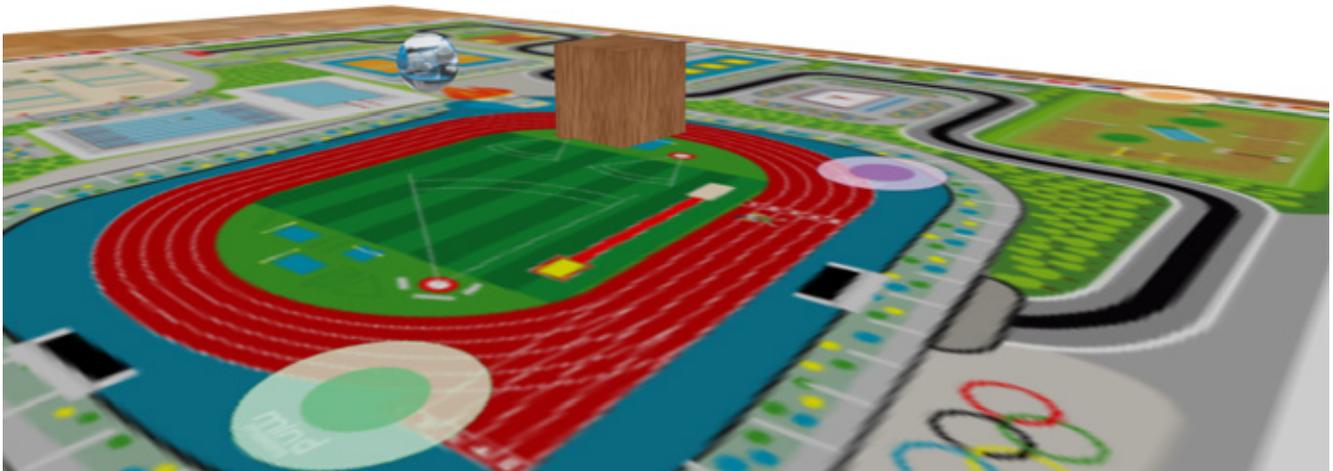


Figura 2: Simulador de robótica - configuração de tapetes, obstáculos e elementos

início da imersão, surgiram as primeiras ideias criativas: aplicar linguagens de blocos (Google Blockly) para simulação de circuitos eletrônicos e implementar uma versão real da proposta de projeto “Gêmeos Digitais”, que submetemos aos alunos quando introduzimos realidade virtual (VR). Embora ao custo de uma imersão que, particularmente no meu caso, englobou turnos diários de 14h em todos os finais de semana e feriados, essas adaptações inusitadas viabilizaram a implementação de todos os simuladores que planejamos, e inclusive do Ultimate Lab, de um modo que superou nossas expectativas. Mas não se tratava de um problema meramente tecnológico – toda minha equipe precisou imergir paralelamente em suplementações de nossa plataforma e dos planos de aula, adicionando um grande volume de documentações, muitas nascendo antes das ferramentas virtuais estarem finalizadas. No final de agosto de 2020, conseguimos liberar um primeiro release integrado de todos esses novos aparatos virtuais para escolas parceiras, obtendo calorosos feedbacks!



Figura 3: Ultimate Lab: sala-laboratório virtual integrando simuladores de robótica e de circuitos eletrônicos

finalizamos todo o esforço e, em meados de setembro, havíamos “salvado” o ano!

Não há espaço neste artigo para um maior detalhamento, mas algumas imagens ajudam a dar insights sobre a sofisticação dos novos simuladores (Figuras 1, 2 e 3)

Mesmo com essa experiência bem-sucedida, cabe ressaltar: simuladores virtuais, por melhor que sejam, não entregam os mesmos resultados que uma abordagem ativa presencial, com equipes de alunos resolvendo problemas com ferramentas

mediado... e é exatamente essa a maior justificativa para a sobrevivência da escola física, não mais o conteudismo tradicional³.

Referências bibliográficas

- [1] Seymour Papert, Idit Harel. Construcionism. Boston, MA: Ablex Publishing Corporation, 1991.
- [2] Zapata-Ros, Miguel. “Pensamiento computacional: Una nueva alfabetización digital; Computational Thinking: A New Digital Literacy.” 2015.
- [3] Partovi, Hadi. “Why schools should teach the curriculum of the future, not the past.” World Economic Forum. 09 17, 2018. <https://www.weforum.org/agenda/2018/09/why-schools-should-teach-the-curriculum-of-the-future-not-the-past/>.



O ensino precisa fazer sentido para a vida*

Fernando Balbino é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Filosofia da Educação, Especialista em Gestão de Equipe, graduado em Educação Física e Coordenador do Ensino Médio na Escola Divina Providência de Jundiá, em SP.

▶ **Fernando Balbino**

Famílias preocupadas com o futuro investem em educação. Conscientes de que não podemos viver apenas o momento presente, pais cuidadosos com a escolarização de seus filhos esperam que os conteúdos trabalhados na escola tenham mais significado para a vida. Quais serão as competências necessárias para o enfrentamento dos desafios da vida em sociedade daqui a quatro ou cinco anos? Embora existam incertezas, tais preocupações da sociedade são análogas com as mudanças pelas quais as escolas estão passando em todo o Brasil, neste exato momento. Pais ciosos de seus papéis avaliam cuidadosamente a escolha da instituição educacional, buscando projetos pedagógicos que vão além dos conteúdos clássicos. Boas estruturas e bons professores devem fazer parte de um plano pedagógico consistente sendo um fator determinante para aqueles que acreditam que a educação é um legado intangível num mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo. As mudanças previstas para que a escola atue de forma adequada na missão educacional que se espera condizente com o momento em que vivemos fazem parte das diretrizes

educacionais estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Atingindo todo o nosso território, são formulações curriculares contempladas em âmbito federal, e todas as escolas do país deverão estar adequadas até o ano de 2022. Entre outros, um dos objetivos da BNCC é estruturar o segmento para que os alunos do Ensino Médio escolham parte das disciplinas, o que permitirá que a escola faça mais sentido na construção de trajetórias pessoais e acadêmicas desses jovens. Além disso, as propostas deverão estar alinhadas com uma nova organização de saberes que apoiem a compreensão do significado da própria vida e da aquisição de competências que devem ser estimuladas dentro das escolas. Ou seja, além dos conteúdos que, na Escola Divina Providência, continuam merecendo todo o nosso cuidado, executamos uma proposta curricular que permitirá aos alunos experimentar materiais, métodos e vivências a partir da mobilização de complexas demandas da vida cotidiana e do mundo do trabalho. Essas novas frentes de atuação, aqui são denominadas de unidades eletivas e compõem os Componentes Flexíveis do Novo Ensino Médio para que,

com autonomia, alunos reflitam sobre interesses e vocações. Mantendo nosso compromisso com as famílias e o respeito à nossa missão de ser um centro de formação plena, há trinta anos a Divina investe em projetos como teatro, iniciação científica, capoeira, musicalização, futebol, tênis e artes. Em 2021, ampliamos a oferta destes significativos componentes curriculares. Implantamos o Projeto de Vida e Mentoria para todos os alunos dos 1ºs e 2ºs anos, incluindo, nesta disciplina, testes vocacionais que ajudarão na escolha dos cursos do Ensino Superior. O autoconhecimento que esse componente curricular possibilita é mais uma estratégia de formação e apoio ao nosso aluno. Vários levantamentos, realizados com os estudantes por meio de pesquisas e rodas de conversa foram realizados. Assim investigamos seus interesses e desejos. Como em toda escola e em toda a diversidade das juventudes, encontramos aqueles que, mais preocupados com a performance nos vestibulares, cursarão aulas de aprofundamentos em uma área de seu interesse. Outros, interessados na compreensão do cotidiano cursarão eletivas e percursos múltiplos, que permitem aos discentes e



“Essas novas frentes de atuação, aqui são denominadas de unidades eletivas e compõem os Componentes Flexíveis do Novo Ensino Médio para que, com autonomia, alunos reflitam sobre interesses e vocações.”

docentes atuem de forma inter, multi e transdisciplinar, com liberdade, criatividade, cooperação, protagonismo, aliando conhecimento, ação, visão analítica e solução de problemas. Orgulhosamente, conseguimos engajar nossos estudantes em cursos como Educação Financeira, Oratória, Programação e Processos Criativos, entre outros, que poderão ser determinantes para uma vida plena e de sucesso.

Assim, nossa Matriz Curricular traz, aos nossos jovens, eletivas e aprofundamentos em: comunicação, cultura e preparação para proficiência na Língua Espanhola; saúde, corpo e mente; mediação e Intervenção Socioambiental I: Desafios da Contemporaneidade; mediação e Intervenção Socioambiental II: Desafios da Contemporaneidade;

processos criativos I; processos criativos II; aprofundamento em Repertório Linguístico: Comunicação e produção midiática; aprofundamento em Física: Como a Física que você não vê está mudando a sua vida; linguagem tecnológica e programação; investigação científica I; aprofundamento em Química: Desenvolver o pensamento crítico e científico na resolução de problemas contemporâneos; aprofundamento em Biologia: Biologia na Prática – Atividades de Ecologia na área da Mata Atlântica da Escola Divina Providência; práticas de Oratória e Debate: A expressão oral em diversos contextos; Educação Financeira; aprofundamento em Matemática I e aprofundamento em Matemática II.

Com essas 16 possibilidades de escolhas, acreditamos que estamos ajudando nossas juventudes, que carregam consigo sonhos de futuro, a se tornarem atores protagonistas de suas vidas, pois como já dizia Paulo Freire: “O mundo não é. O mundo está sendo.” E juntos escola, famílias e jovens podem olhar, e cada um com seu olhar melhora o olhar do outro e melhora o mundo.

*Uma experiência exitosa no Colégio Divina Providência de Jundiá-SP. Itinerários e Eletivas do Ensino Médio são conquistas na formação dos alunos da Escola Divina Providência: investigação, inovação, protagonismo e colaboração: premissas para a formação integral e o desenvolvimento de competências.





Dos sentidos do amor

Miguel Almir Lima de Araújo possui graduação em Filosofia pela UFBA (1989), mestrado em Educação pela UFBA (1996) e doutorado em Educação pela UFBA (2006). Atualmente, é professor pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.

► Miguel Almir Lima de Araújo

O Amor se traduz numa temática bastante polissêmica – portanto, conota vários sentidos –, complexa e vasta mediante suas características tanto incontornáveis como indizíveis, tanto transversais como indeterminadas. As palavras apenas se aproximam dos seus imponderáveis, intensidades e incomensurabilidade. Nessa vertente aproximativa, podemos considerar o Amor como fonte primordial, como força motriz e nutriz que matiza, dá robustez e sentido ao existir e ao coexistir humanos; como fulcro irradiante que nos constela humanamente; como expressão pregnante (textura orgânica/corporal – imanente) e anímica (alma/espírito – transcendente) que nos move e vivifica nas travessias existenciais; como tradução de carinho e ternura, sinergia e elo que une e fraterniza; como flor de aurora que nos faz alvorecer; como raio de sol que nos torna radiantes; como mansidão de lua cheia que nos entenece; como estado de bem-aventurança.

Em sua complexidade, o Amor não se revela apenas como manifestação de sentimentos impulsionados pelo âmago do coração. Este se compõe, sobretudo, pela presença intensiva de sentires

penetrantes, mas também se constitui de pensamento e de intuição. O indizível Amor se descortina mediante a relação de interligação entre essas diversas dimensões que nos perfazem. Atravessa as intensidades da inteireza de nosso ser em suas potências de pensar e de sentir, de silêncio e de som, de frestas e de curvas, de sombra e de luz. Penetra em nossas ambiguidades e nos anima nas proezas das encruzilhadas.

Em nossas sagas cotidianas, nos modos de estarmos sendo com os outros no mundo, o Amor se revela nos desafios do cuidado espiritualoso com a busca da consciência e da vivência dos valores humanos primordiais: liberdade, equidade, honestidade, solidariedade, humildade, generosidade, compaixão, paz, respeito, gratidão. Com sua espiritualidade, o Amor se materializa através das ações em que envidamos posturas justas, livres, compassivas, generosas, honestas, solidárias, pacíficas; em que exercitamos, efetiva e afetivamente, a magnitude do altruísmo.

Experimentar o Amor em nosso existir e coexistir cotidiano implica também desafios

intensos. Odiar é muito fácil. Amar é muito difícil; um desafio que supõe aprendizado constante. Por isso, tão nobre e altaneiro. Amar supõe coragem e irreverência, despojamento e altivez. Covardia e subserviência, rigidez e apatia não combinam com a substância do Amor.

O espírito do Amor rompe com as posturas monológicas e instiga ações dialógicas, abertas para as escutas; fomenta compartilhamentos in-tensos e profícuos entre os diferentes que se complementam e se expandem. É não indiferente. Não silencia nem se omite diante das injustiças, da opressão. Indigna-se e combate diante dos abusos que espezinham o humano.

“Odiar é muito fácil. Amar é muito difícil; um desafio que supõe aprendizado constante. Por isso, tão nobre e altaneiro. Amar supõe coragem e irreverência, despojamento e altivez.”

Numa sociedade tão compelida pelos imperativos das coisas utilitárias – do ter –, pelas lógicas do consumismo e da competição, da intolerância e da exclusão das diferenças, o Amor, em grandes proporções, passa a ser denegado e exilado do cerne da vida, das relações sociais. Nesses contextos, nos últimos anos, os bombardeios do ódio corrosivo têm sido avassaladores trazendo fraturas virulentas para a/s vida/s, esgarçando as relações humanas, maculando a humanidade, o ecossistema. Nessa sociedade que reduz quase tudo aos parâmetros mercantis, até o Amor tende a ser convertido em recurso mercadológico, em objeto de consumo, sendo, assim, cancerizado e degradado. Confunde-se muito Amor com apego às pessoas e às coisas. Em sua expressão vasta e funda, o Amor implica liberdade, emancipação, interdependência e não dependência. Assim, não sufoca nem aprisiona. De modo geral, isso ocorre na medida em que tendemos a nos confinar demasiadamente na esfera dos instintos e não cuidamos das dimensões simbólicas, da consciência compreensiva, da imaginação criante, do senso espiritual como dimensões que infundem transformações psíquicas/emocionais e espirituais.

O Amor é compreendido pelas diversas tradições espirituais da humanidade como fonte primordial, inesgotável e sagrada de sabedoria que lastreia e viceja o sentido mais profundo de espiritualidade. É sopro originário que vivifica e alumbram, que nos entrelaça e fraterniza uns com os outros e que impulsiona os ciclos moventes e mutantes da roda viva do existir e do coexistir humanos. Com seu espectro poético, os

enigmas do Amor proporcionam a fruição do estado criante, do espanto e da admiração que nos compelem aos compassos do extraordinário; insuflam as paixões que co-movem nas intensidades das aventuras que arrepiam e alumbram; instigam as travessias em nossa condição de andarilhos itinerantes; fazem constelar o solunar, o agridoce, o lusco-fusco como vivências oceânicas das ambiguidades de nosso ser. O Amor se instala na grandeza de sua simplicidade, na gratuidade de sua inutilidade, na graça de seu esplendor.

A experiência orgânica e estruturante do Amor, como incursão na expressão ontológica da inteireza do humano, também implica fluxos tensoriais, nas torsões da conflitividade do viver, na tragicidade dos tremores, das fraturas e dores que nos afetam, mas que potencializam partejamentos alvissareiros. O Amor supõe movimento e impermanência, mutação e transformação no suceder sinuoso dos ciclos vitais de nossas iniciações constantes.

Desde essas compreensões, e vislumbrando horizontes mais vastos, propugno a imagem, a ideia força, a experiência visceral do Ecoamor. Este revela a compreensão de que precisamos amar a todos os seres vivos – não apenas os humanos – que compõem a casa – eco – planeta em que habitamos. Seres com os quais somos todos complementares e interdependentes. O Ecoamor supõe atitudes de cuidado zeloso para com todos esses vivos com quem compartilhamos nossa estada/passagem neste planeta Terra, considerando que carecemos uns dos outros para existirmos. Ou seja, carece de que cuidemos de nossa coexistência amorosa com

aqueles com quem convivemos nessa casa comum na dinâmica da teia viva do copertencimento. Envidar o Ecoamor traduz-se nessa relação esmerada de respeito, afeto, sinergia, preservação, reconhecimento da relevância de cada espécie, empatia para com todos os vivos que perfazem e matizam essa rede ecossistêmica mediante os tantos laços, visíveis e invisíveis, que nos entrecruzam, que nos complementam e enriquecem-nos coexistencialmente.

Enfim, o cuidado com o Ecoamor se configura na busca da sabedoria que faz lapidar nosso pensar/sentir amoroso, nosso espírito de fineza nesse trato primordial com a inteireza da teia da biodiversidade, na medida em que somos estruturalmente interligados e interdependentes com todos esses vivos; no desafio intensivo e extraordinário que nos torna seres graciosos e altaneiros ao afirmar os princípios da dignidade e da boniteza do humano, do ecohumano, da utopia da ecofraternização.

“O Amor é compreendido pelas diversas tradições espirituais da humanidade como fonte primordial, inesgotável e sagrada de sabedoria que lastreia e viceja o sentido mais profundo de espiritualidade.”

(Este texto se traduz numa pequena síntese do meu livro “Dos Sentidos do Amor” que está disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32608>)





A Literatura na sociedade: urgência e atualidade

Márcio J. F. De Souza é Doutor em Letras pela USP, com pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela PUC-SP, professor da Universidade Estadual de Montes Claros-MG.

▶ Márcio J. F. de Souza

Não há dúvidas de que a leitura do texto literário promova o exercício da fruição, do desenvolvimento da criatividade e o bem-estar do leitor, por outro lado, urge, nos dias atuais, que se reflita sobre a utilidade prática da Literatura para a manutenção e para reflexão da sociedade contemporânea.

Em uma sociedade em que os valores sociais estão todos pautados na produção e no desenvolvimento econômico, não há de se estranhar que o discurso dominante e de autoridade seja responsável por propagar que as áreas de conhecimento a serem chanceladas sejam aquelas que produzem efeitos rápidos, imediatos e mensuráveis em curto espaço de tempo. Nesse sentido, há uma falsa sensação de que o estudo das Literaturas e das outras áreas das Ciências Humanas não possuem finalidade prática, tampouco econômica.

Ocorre que os efeitos dos estudos e da leitura dos textos literários, da sociologia, filosofia e das outras áreas de conhecimento das ciências humanas produzem resultados para a formação social e formação humana que caminham juntos com

os discursos de produção de capital financeiro, mas que, ao mesmo tempo, não dependem, necessariamente, dele.

Dando especial atenção à Literatura, motivo deste artigo, trago à discussão as reflexões sobre esses pontos elencados para o estudo da Literatura na sociedade, de modo a discutir questões inerentes à necessidade da Literatura para o progresso humano e social. Se a Literatura não levar os leitores à reflexão acerca da sociedade em que estão inseridos, não há sentido em ler e/ou estudar Literatura hoje. Mais que conhecer outras épocas, culturas, costumes e modos de pensar, a sociedade em épocas passadas, o que já seria bastante, a Literatura é, também, capaz de transportar o leitor a grandes viagens imaginárias. Por meio do texto, conduz o leitor à reflexão sobre a sociedade atual, inserindo-o em um exercício de alteridade e de empatia.

Dissertando a respeito da condição humana, Edgar Morin afirma que “Em nenhum lugar é ensinado o que é a condição humana, ou seja, nossa identidade de ser humano. Pode haver coisas parciais sobre aspectos fragmentários do

humano, mas tudo se encontra desintegrado” (MORIN, 2009, p. 88). Morin faz esta afirmação depois de identificar que as ciências discutem o ser humano a partir de aspectos que se compartimentam em cada área do saber, mas que dificilmente se encontram, respeitando seus limites de estudos. Porém, como endossa, “O conhecimento da condição humana não se resume às ciências, contrariamente ao que se diz” (MORIN, 2009, p. 90), e é nesse ponto em que a Literatura desempenha um papel singular para o conhecimento e para a compreensão do ser humano que é, fundamentalmente, social, como já afirmaram vários outros pensadores, como Carl Rogers, Marilena Chauí, entre tantos outros pensadores.

“Dissertando a respeito da condição humana, Edgar Morin afirma que em nenhum lugar é ensinado o que é a condição humana, ou seja, nossa identidade de ser humano.”

Nesse sentido, Morin traz à reflexão que os romances são

capazes de dar vida às pessoas na medida em que as personagens são construídas a partir de um mundo preciso, composto de contextos, hábitos culturais, classes e sentimentos, tais como ciúmes, amor, ódio, mágoas, revoltas e esperança, de modo que o ser humano vai sendo apresentado como um todo: ser social, racional e sentimental, cujas escolhas são realizadas via contexto social e cultural ao qual está inserido.

Deste modo, o romance trata da condição humana, dando voz, inclusive, aos sujeitos esquecidos e ou marginalizados na sociedade, de uma maneira que “as ciências sociais nunca conseguem enxergar” (MORIN, 2009, p. 91), pois a pessoa é tratada em sua totalidade: “A literatura desempenha um papel fundamental e é necessário não se satisfazer apenas com as ciências” (MORIN, 2009, p. 91).

Conceição Evaristo, por exemplo, em seu livro, *Olhos d'água*, publicado em 2014, obra que reúne 15 contos, que são todos interligados por um fio condutor, perpassando a realidade da mulher negra brasileira, afrodescendente, marcada pelo sofrimento que emerge da pobreza e da marginalidade feminina, cujos parâmetros sociais, ainda que camuflados, são estabelecidos por meio de esquemas patriarcais. Por outro lado, em todos os contos, mesmo com esse ambiente hostil, apresentam uma mulher forte, batalhadora e que, lutando por seus ideais e pela sobrevivência, traz em si a feminilidade, a grandeza da mulher, a riqueza da cultura de massa, a religiosidade dos ancestrais africanos e a voz daqueles que estão e sempre estiveram à margem da sociedade letrada.

Outros grandes exemplos que emergem desta literatura marginal e que leva o leitor ao exercício da empatia podem ser encontrados nos mais diversos números dos Cadernos Negros, cujo objetivo, desde os primeiros lançamentos, é dar voz à comunidade negra produtora de literatura de protesto e de emancipação.

Há ainda a literatura produzida pelas comunidades tradicionais, como a indígena, onde se nota a resistência pela manutenção dos costumes e tradições e, ao mesmo tempo, a divulgação de seus ritos como registro de suas memórias e aqui apresento apenas três autores, mediante a tantos outros que podem ser encontrados: Olívio Jekupe e Maria Kerexu, ambos de etnia guarani e nascidos no Paraná, mas que vivem na aldeia Krukutu, em São Paulo. Autores do livro, *A mulher que virou urutau* (Kunha Urutau re ojepota), demonstram em sua escrita a luta pela cultura indígena e os esforços para que esta seja difundida. O mesmo objetivo pode ser encontrado no livro, *A pescaria do curumim* e outros poemas indígenas, de Tiago Hakiy, poeta indígena descendente do povo sateré mawé, que vive na floresta amazônica.

“É, portanto, por descrever o ser humano em sua completude, e inserido em seu contexto real de sobrevivência e de múltiplas experiências de vida, que o leitor se identifica com as personagens.”

Assim como as lutas e a tentativa de encontrar lugar em uma

sociedade elitista, está a voz da comunidade surda, cuja literatura vem emergindo após, particularmente, a aprovação da lei que garante a oficialidade da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, promulgada no ano de 2002, pela lei 10.436. Dentre essas vozes de resistência está a da brasileira surda Shirley Vilhalva que, mediante aos diversos desafios enfrentados, publicou o livro, *Despertar do Silêncio*, que reflete não apenas as suas batalhas para sobrevivência, mas as vivenciadas por toda uma comunidade que precisa aprender a se comunicar com os ouvintes que, em sua maioria, sequer sabe utilizar a LIBRAS no dia a dia.

É, portanto, por descrever o ser humano em sua completude, e inserido em seu contexto real de sobrevivência e de múltiplas experiências de vida, que o leitor se identifica com as personagens. O leitor sente-se representado ou mesmo coloca-se no lugar da personagem, e por isso, toma partido durante a leitura, emociona-se, compadece-se. Como afirma Arnold Hauser, em *Teoria da Arte* “[...], a arte é não só uma expressão de culpa, mas também um meio de aliviar a culpa e a ansiedade; assume a função catártica de uma confissão, de expressão como o preço de absolvição, de nomeação como um meio de magia” (HAUSER, 1978, p. 130). Dessa maneira, o leitor é levado a um exercício de imaginação, mas também é transportado aos seus próprios dilemas, por meio do exercício da alteridade. Assim, não só o que escreve é capaz de promover um processo de autoconhecimento, tal como afirma Benjamin Abdala Junior, mesmo em autores muito experientes “a atualização do texto escapa aos seus controles: eles dizem muito mais e – o que

é importante – diferente do que pretendem dizer” (ABDALA Jr., 2007, p. 65), mas também os leitores passam por esse processo. A cada leitura, novas interpretações, novas visões de mundo vão se construindo, ainda que seja a partir do mesmo texto.

“A literatura permite que conheçamos os homens e, com isso, aprendemos com eles, com sua história, visto que a formação humana exige sempre um longo e profundo cuidado.”

Durante a leitura centrada, o leitor projeta-se no enredo, vive, ama, trama, sofre, compreende o outro e, ao fazer isso, compreende a si mesmo. Nesse processo, ao conhecer melhor a si, compreende melhor o outro, logo, assim como o exercício de autoconhecimento que se realiza, em sua maior parte, de modo solitário, não há como prosseguir sem que haja a experiência com o outro para que os resultados sejam eficientes. Sendo assim, a Literatura proporciona, por meio do imaginário, a reflexão individual que se expressa na sociedade. Ou seja, a empatia, o convívio social e as reflexões sobre a sociedade atual encontram grande suporte na Literatura de todos os tempos. É também por isso que a Literatura constitui um arcabouço fundamental à formação da pessoa como um todo, independente de faixa etária, condições sociais, gênero e religião.

A literatura permite que conheçamos os homens e, com isso, aprendemos com eles, com sua história, visto que a formação humana exige sempre um longo e profundo cuidado. Desse modo, pode-se dizer que na Literatura há lugar para todos os sujeitos e para todos os espaços, assim não apenas os clássicos dão voz às classes sociais, mas também, e de modo bastante peculiar, exercem as literaturas das margens, cujas obras estão fora do rol canônico pré-estabelecido nos manuais de literatura, como nos exemplos citados anteriormente.

Como se pode notar, é na literatura marginal, assim como seus objetivos fundadores dos movimentos literários da década de 1970, que se manifestavam contra os meios de produção e circulação da literatura, arbitrariamente, determinadas pelas grandes editoras (Cf. HOLLANDA, 2004, p. 108), que novas provocações sociais vêm à tona. Com essas vozes dissonantes o alerta acerca de discriminação, classes e lutas assumem sua própria voz e apresentam-se de si para o outro diretamente, e não mais a partir do outro, pela voz representativa. Nos tempos atuais, essa produção das margens tem conquistado cada vez mais notoriedade e então é possível identificar vozes de comunidades que sempre precisaram de outras vozes para serem representadas, para serem notadas, isso quando conseguiam, assim como no caso dos negros no Brasil, a voz feminina, a homoafetiva, indígena e também outras que aos poucos vão despertando, como a da comunidade surda.

Mediante a todas essas questões e a todos esses cenários apresentados é que

podemos buscar uma conclusão acerca da utilidade prática da Literatura na sociedade. Antônio Cândido afirma que “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CÂNDIDO, 1995, p. 249). Nesse sentido, e dialogando com Cândido, a Literatura proporciona ao seu leitor o desenvolvimento da sensibilidade, da empatia, da busca consciente para o bem comum, pois possibilita ao seu destinatário compreender melhor as ações das pessoas com as quais convivemos e dividimos nosso espaço social. Logo, parafraseando Antônio Cândido, a Literatura é um direito social que deve ser garantido a todas as pessoas de modo que, garantindo esse direito, todos possam ver, conhecer e experienciar o mundo a partir de um olhar fictício, mas real.

Referências:

- MORIN, Edgar. Educação e Complexidade: Os sete saberes e outros ensaios. 5ª ed. SP: Cortez, 2009.
- HAUSER, Arnold. Teoria da Arte. Trad. F.E. Quintanilha. Lisboa: Presença, 1978.
- ABDALA Jr., Benjamin. Literatura, História e Política: Literaturas de Língua Portuguesa no século XX. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- HOLLANDA, Heloísa. Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde. RJ: Aeroplano, 2004.
- CÂNDIDO, Antônio. Vários Escritos. SP: Duas Cidades, 1995.
- SOUSA, Márcio Jean Fialho de. A Atualidade dos Gêneros Autobiográficos: ensaios críticos. São Paulo: Editora Biblioteca 24horas, 2019.





Na vida, sê inteiro

Tio Flávio é professor, palestrante, escritor, colunista do Jornal Hoje em Dia e da Rádio CDL FM e criador do movimento voluntário Tio Flávio Cultural. Instagram: @tioflavio

▶ Tio Flávio

O filósofo Sêneca dizia que “sofremos mais na imaginação do que na realidade”. É certo que ele não estava negando as dores reais. Séculos depois o fantástico Mark Twain disse: “Já sofri muitas coisas em minha vida, a maioria delas nunca existiu”. Essa preocupação das angústias que alimentamos, mesmo sem intenção, tem sido vivenciada cada vez mais cedo, em crianças, inclusive. O que será que nos falta para uma vida mais plena e carregada de sentido?

Há dois anos, fiz uma palestra no TEDx sobre uma pesquisa informal que realizei com diversas pessoas que viviam situações aparentemente distintas: adolescentes em casas de acolhimento, homens privados de liberdade, ex-moradores de rua que viviam em repúblicas da prefeitura e idosos em instituições de longa permanência (ILPIs). Minhas dúvidas eram o que, diante das adversidades, mantinha-os vivos? O que dava sentido às suas vidas?

Para um adolescente em abrigo era a esperança de constituir uma família e provar para todos que ele era melhor do que o que fizeram com ele; para um homem privado de liberdade, era a

esperança de um dia conseguir diminuir a dor de outras pessoas, conhecidas ou não, para amenizar um pouco a sua própria; para os ex-moradores de rua era a esperança de ter o perdão da família e de poder voltar a viver em harmonia com filhos e netos e, já para os idosos, era esperar o amanhecer, em que os funcionários da ILPI chegavam para trabalhar e eles podiam ter companhia, mas havia também a esperança de que, no mês de maio, ao menos, os filhos fossem visitá-los e ficassem mais tempo com eles no domingo das mães. Para todos eles a esperança, manifestada na espera ou na busca. Em muitos deles, mesmo rodeados de pessoas, seja num abrigo, num presídio, na rua ou numa casa de repouso, uma grande solidão. Já dizia o sociólogo Zygmunt Bauman: “estamos todos numa solidão e numa multidão ao mesmo tempo”.

Solidão que se diferencia da solitude, sendo esta descrita como uma escolha de alguém, geralmente momentânea, de se isolar por algumas horas ou dias para reflexões, estudos, descanso ou buscas próprias. Já a solidão, eu geralmente analiso sob dois aspectos: aquela em que os outros o abandonam ou

aquela em que você próprio se abandona. Uma pesquisa feita por uma seguradora norte-americana mostrou que quase 50% das crianças e adolescentes nascidos entre 1990 e 2010 passam por momentos nada desejados de solidão. No Reino Unido, a primeira-ministra, Theresa May, chegou a criar um Ministério da Solidão, tamanho é o problema.

“Solidão que se diferencia da solitude, sendo esta descrita como uma escolha de alguém, geralmente momentânea, de se isolar por algumas horas ou dias para reflexões, estudos, descanso ou buscas próprias.”

Em 2003, quando lecionei uma disciplina de “Comunicação Comunitária” numa faculdade de Belo Horizonte, sentia um interesse muito grande dos alunos ao visitarmos instituições



sociais, o que despertava seu lado solidário, mas também um ânimo em desenvolver aquele trabalho acadêmico, o que já me sinalizou para o ganho de vigor das pessoas ao realizarem algo que tem um sentido maior que as suas próprias questões pessoais.

Em 2010, criei um movimento voluntário, sem fins partidários, financeiros e religiosos, justamente entendendo que ao nos dedicarmos a uma causa, que vai além de cuidar de nós mesmos, temos um ganho de vitalidade e satisfação, por mais duras que sejam as realidades descortinadas.

Hoje, a medicina explica como nosso cérebro reage quimicamente ao que chamamos de voluntariado,

fazendo-nos sentir os efeitos benéficos de hormônios como serotonina, endorfina, dopamina e oxitocina. Millôr Fernandes traduziu tudo isso numa frase: “O maior altruísta é também o maior egoísta, pois ele só é feliz se todos ao seu lado estiverem felizes”.

“Hoje, a medicina explica como nosso cérebro reage quimicamente ao que chamamos de voluntariado, fazendo-nos sentir os efeitos benéficos de hormônios como serotonina, endorfina, dopamina e oxitocina.”

Assim, buscar nos relacionamentos saudáveis a fonte de saúde mental, emocional e social tem sido a grande descoberta dos cientistas de uma das mais longas pesquisas realizadas em Harvard. Eles concluíram, depois de 83 anos de estudos, que uma boa vida se constrói com boas relações. Ricardo Reis, um dos heterônimos do Fernando Pessoa, alerta-nos para uma reflexão sobre aquilo que fazemos, seja em família, no trabalho, em comunidade: “para ser grande, sê inteiro”.





Educação Bilíngue: novas rotas na educação básica

Daniela Marques é mestra em Linguística Aplicada pela UFMG, doutora em Estudos Linguísticos pela UFES e estágio sanduíche na University of Manitoba, Canadá. Atualmente, coordena a produção bilíngue para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio do Bernoulli Educação. Contato: danidf@yahoo.com

▶ Daniela Marques

Para as escolas bilíngues de Minas Gerais, a Resolução nº 477 do Conselho Estadual de Educação, a qual dispõe sobre as normas para a oferta local da Educação Plurilíngue, preconiza que a formação linguística do estudante perpassasse as aprendizagens culturais e linguísticas que fomentam o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a fluência linguística e acadêmica na língua materna e na língua alvo. Dentre transformações que as escolas que optarem pela modalidade bilíngue irão promover, a primeira será de cunho pedagógico: a integração do desenvolvimento linguístico aos conteúdos curriculares. Na prática, esse movimento compreende o ensino de geografia, matemática, ciências e todos os demais componentes curriculares e campos de experiências para Educação Infantil, integrados à aprendizagem de inglês.

Sabemos, assim, o que deve ser feito em educação bilíngue e precisamos pensar na importância de desenhar o ciclo que liga o quê com o como. Primeiramente, será necessária uma grande reformulação e

reestruturação das práticas pedagógicas e experiências de aprendizagem que atravessam e fomentam o desenvolvimento da língua inglesa na educação básica. Ao analisar a evolução do ensino de línguas estrangeiras na educação básica do país, observamos uma sucessão de abordagens e metodologias como, por exemplo, Gramática e Tradução, Método Direto, Abordagem Comunicativa e, mais recentemente, Content and Language Integrated Learning (CLIL). Na minha prática docente, aprendi a circunvagar a dicotomia do “melhor método” e “pior método” ou “melhor estratégia” e “pior estratégia”. Sobre isso, penso que não há uma determinada metodologia ou abordagem que atenda a todos os objetivos e contextos, isto é, não há uma solução “tamanho único”. Podemos sistematizar as experiências passadas e, a partir do conhecimento já construído sobre ensino e aprendizagem de inglês, dar um salto de inovação. Há novas rotas que podemos seguir para construir uma educação bilíngue que faça, de fato, uma diferença positiva para o estudante.

Em avanços recentes, os documentos que regulamentam

o ensino de língua inglesa adotam o conceito de língua franca, o qual reconhece o inglês como uma língua de contato mundial. Afinal de contas, são quase 2 bilhões de pessoas no mundo que utilizam esse idioma como ferramenta de comunicação (Crystal, 2016). Tal movimento é de grande importância para a desconstrução de mitos como, “inglês correto é o do falante nativo”, “a melhor pronúncia é a americana ou britânica” e o que me parece mais importante para as escolas, de que só se aprende o idioma em experiências no exterior. Essas rupturas são essenciais para os professores brasileiros de inglês se reconhecerem como também “donos” da língua, tão qualificados quanto qualquer professor nativo.

“Tal movimento é de grande importância para a desconstrução de mitos como, “inglês correto é o do falante nativo”, “a melhor pronúncia é a americana ou britânica” e o que me parece mais importante para as escolas, de que só se aprende o idioma em experiências no exterior.”



“Sabemos que a sala de aula ainda é vista como um espaço desconectado do mundo exterior e, por isso, cada vez mais, precisamos construir conhecimentos que sejam significativos para o estudante também fora da sala de aula.”

Ainda sobre o conceito de língua franca, destacar esse caráter global é trazer para a sala de aula toda a diversidade de falantes e multiplicidade de funções que o inglês assume na contemporaneidade. Além disso, conscientizar os jovens de como o desenvolvimento das competências linguísticas pode ampliar suas perspectivas tanto pessoais quanto profissionais. Afinal, as práticas de linguagem do mundo onde os processos globalizantes são interruptos são mediadas pelo inglês. Sabemos que a sala de aula ainda é vista como um espaço desconectado do mundo exterior e, por isso, cada vez mais, precisamos construir conhecimentos que sejam significativos para o estudante também fora da sala de aula.

Em se tratando da língua inglesa, entendemos que essa geração, imersa na cultura digital,

encontra várias oportunidades para desenvolver o idioma na “vida real”, seja com games, séries, apps, vídeos no Youtube, entre outros. Tal atratividade é resultado da penetração do idioma na mídia de massa e nas redes sociais e, por isso, os estudantes tornam-se motivados a aprender a língua pelo fato desse conhecimento permitir-lhes que compreendam as músicas, otimizar o uso da Internet e conversar com pessoas de outros países. As tecnologias digitais promoveram uma democratização na aprendizagem do inglês, que acontece de forma natural e orgânica, gerando engajamento, interatividade e autonomia, mas ainda fora da sala de aula. No entanto, podemos também transformar a natureza da aprendizagem formal, aquela que acontece nos espaços da escola. Nas palavras de Rojo e Moura (2012), os novos tempos

pedem novas pedagogias. A educação bilíngue hoje tem o compromisso social de ressignificar os saberes e os fazeres docentes para acomodar e potencializar as novas funções do “aprender inglês”, que vão muito além da memorização, tradução, repetição e ensino explícito de gramática. Trata-se de uma prática docente situada, que contemporiza o saber plural (curricular, experiencial e social) por meio de arquiteturas pedagógicas que promovam uma educação bilíngue para capacitar o estudante como cidadão global.

Referências:

CRYSTAL, D. The world's favourite language. In: SpeakUp Speciale 7, October 2016, 24-5.

ROJO, R.; MOURA, E. (Org.) Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.





Equipe Diretiva!

Thereza Bordoni é mantenedora e diretora da Academia de Projetos e Ideias e do Colégio ABRE. Acumula 39 anos de vivência educacional e experiência em gestão, com atuação em instituições nacionais e multinacionais. bordonithereza@gmail.com direcao@colegioabre.com.br

▶ Thereza Bordoni

A pandemia proporcionou vários desafios, dois universos, porém, estão sendo drasticamente desafiados a mudar: as relações humanas com toda sua complexidade e a organização escolar, incluindo espaço, fundamentação, metodologia, prática e todos os aspectos do processo de ensino e aprendizagem.

Ainda não se sabe o que está por vir. O mundo está questionando a amplitude do que significa ser humano. Vários analistas de perspectivas futuras confirmam que são habilidades essencialmente humanas que farão diferença e criarão valor, neste novo presente. Em meio a isto, nunca fomos tão tecnológicos, tão digitais. E o ambiente escolar está imerso nestas mudanças desafiadoras. Quando converso com diretores, coordenadores e mantenedores de instituições escolares sobre as habilidades, competências e decisões que precisam responder aos desafios atuais, percebo que a maioria vivencia este desafio, mas não tem tempo de refletir sobre ou teme que tudo seja muito maior do que possa acompanhar.

Imaginem para os professores, que estão “na ponta da lança”! Que a mudança foi obrigatória, rápida e continua urgente... Falar sobre mudanças, sem assumir a necessidade de mudar é complicado. Direção

e coordenação, a equipe “diretiva”, “gestora”, precisa dar esse passo concreto. É preciso mudar a relação e a forma de gerir a instituição escolar e os processos de ensino e aprendizagem. Afinal, a boa liderança não é aquela que sabe todas as respostas, e sim a que faz as melhores perguntas e pede ajuda. Cabe a esta equipe levar mais perguntas do que respostas. Tirar professores e alunos deste lugar único. Mas, para isto a equipe diretiva também deve se “reinventar”, perceber o que separa sua mesa das ações necessárias e sim, buscar ajuda, se necessário. John Hagel, especialista em antecipação de futuros do Vale do Silício, afirma que as lideranças precisam identificar problemas não óbvios, pois é isso que vai diferenciar e gerar valor. Trazendo para nosso universo escolar, este é o viés para a equipe diretiva conduzir a nova realidade das instituições escolares.

É hora de oferecer o norte e ser o porto seguro para os professores. Eles precisam ser motivados pelas suas paixões e conectados a mudança de forma positiva. Entre o remoto, o híbrido e o presencial é do professor a possibilidade de motivação e engajamento dos estudantes. Por quê?

Direi que o que mais marcou do “ensino remoto” foi a “Colaboração”, a capacidade de entender que a gente não sabe

tudo. O professor correu atrás, lançou mão de Youtube, filtros, jogos, painéis, pets... usaram e abusaram da “criatividade” (criatividade + ação).

O papel da equipe diretiva é manter e reativar essa aprendizagem apaixonante! Pensar como estes meios ajudará a garantir as novas aprendizagens. É viabilizar o processo de ensinar e aprender com o uso de diversas metodologias de vários outros segmentos, que foram incorporadas no contexto escolar, para que a ideia da colaboração seja transformada, de fato, em prática pedagógica desde a elaboração e escolha de conteúdos a serem trabalhados, com a interação síncrona: diversos tipos de questões e de atividades junto com mapas mentais e conceituais. Organizar saberes nos âmbitos cognitivo, comportamental e social a fim de criar perícias para as habilidades essencialmente humanas que farão diferença e criarão valor, neste novo presente.

Vamos dar a direção! Fazer a Diretiva (instrução ou conjunto de instruções para a execução de um plano, uma ação, um empreendimento). Se esta equipe não mudar, na prática, o avanço ficará perdido. A escola do novo mundo precisa de uma nova Direção.

Diretores, unam-se! A colaboração precisa começar com o exemplo.



O novo e o bom nas escolas

Márcia Nogueira Amorim é bióloga educadora. Mestre em Epidemiologia e Doutora em Administração. Gestora escolar e universitária. Conselheira Estadual de Educação em Minas Gerais.

▶ Márcia Nogueira Amorim

No início da manhã de uma sexta-feira ensolarada, recebi uma mensagem com um pequeno vídeo da Professora Lúcia Helena Galvão. Dentre as coisas interessantes que ela falou, gravei a seguinte frase: “A grande obra que viemos construir no mundo é a nós mesmos”. Concordei com ela, pelo menos naquilo que minha mente pôde refletir naquele momento e comecei a buscar o significado de várias atividades das nossas escolas com base nessa premissa. Pus-me a pensar em algumas perguntas que nos ajudam a refletir e a avançar.

O filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu (O poder simbólico, 1999) aponta-nos vários ensinamentos sobre a construção do potencial humano com base no capital (poder) acumulado pelas pessoas e pelos grupos. Para além da abordagem econômica dada à palavra capital, Bourdieu sistematizou e apresentou-nos sua abordagem sobre o capital cultural e sobre o capital social como fatores que integram a formação e a mobilidade das pessoas dentro da sociedade. Acumular capital econômico ou financeiro nos parece fácil de compreender. Para Bourdieu,

entretanto, o capital econômico, ou seja, quantos bens a pessoa acumulou na vida, não é a única riqueza desejável e suficiente para a sua formação e crescimento social.

O sociólogo acrescenta o capital cultural, representado pelos conhecimentos que se recebem como herança (obras de artes e livros, por exemplo), ou que se incorpora pela convivência/socialização com determinada cultura ou ainda através do capital institucionalizado, ou seja, aquele que é mediado pelas qualificações acadêmicas conquistadas por cada um. Portanto, nossas escolas situam-se aqui como mediadoras do capital cultural institucionalizado. Inclui também o capital social representado pelos benefícios de pertencer a um grupo em que as inter-relações garantem ganhos materiais ou simbólicos. Maior capital social amplia a longevidade no poder e, conseqüentemente, aumenta a mobilidade social. Em outras palavras, quanto mais rico for o grupo social a que a pessoa pertence, mais chances ela tem de ter contato com diferentes bens (viagens, intercâmbios culturais) e maiores as chances

de permanecer no grupo com todos os benefícios. Bourdieu criticou também o papel da escola como reprodutora desse status quo. Para ele, as escolas contribuem pouco para mudar a história de vida das pessoas porque mantêm os ritos e ritmos, criando espaços de permanência. Como se os grupos andassem de mãos dadas: quem está na frente, continua unida às mesmas pessoas até o fim, e ainda se vale desses contatos para continuar avançando. O mesmo acontece com quem está atrás. É aquela velha história de que o rio sempre corre em direção ao mar.

“Inclui também o capital social representado pelos benefícios de pertencer a um grupo em que as inter-relações garantem ganhos materiais ou simbólicos. Maior capital social amplia a longevidade no poder...”

E qual escola nós queremos perpetuar? Considerando que 20% da educação de nosso país é feita nas escolas da rede particular, temos um papel preponderante para ajustar os rumos permitindo aos alunos conquistar seu projeto de vida. Devemos reafirmar nossa corresponsabilidade constitucional de que educação é direito de todos.

Vamos fazer um paralelo com o que acontece na educação infantil na Colômbia, para exemplificar. Lá, cerca de 70% da educação infantil (crianças de zero a cinco anos) é feita dentro dos Hogares Comunitarios de Bienestar Familiar (HCBF). É um programa do governo instituído na década de 1980 que tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo para as crianças, além de alimentação e proteção, enquanto suas mães saem para trabalhar. Isto representa um cuidado com as crianças e com as mulheres colombianas que vivem em vulnerabilidade social. O trabalho é executado pelas Madres Comunitárias - MC (nome dado às professoras deste programa) dentro de suas próprias casas. As crianças são cadastradas e passam a frequentar as casas das MC que são transformadas em "casas-escola", podendo chegar a 14 crianças. Muitas dessas casas perdem a identidade com a própria família. Não há retratos nem mobília da família espalhados na sala, somente material da escola. No HCBF as crianças recebem da MC a alimentação, cuidados psicológicos, proteção e educação lúdica das 07h30 às 15h30, de segunda a sexta-feira. Como dito anteriormente, cerca de 70% da educação infantil do país é feita nesse modelo, pouco

mais de 20% feita em escolas infantis públicas como aqui no Brasil e apenas 7% feita na rede particular de ensino. Entretanto, os baixos índices de inserção na escola regular após os 06 anos e a alta evasão escolar foram demonstrados no relatório apresentado para a OCDE, em 2016. Por isto, o programa foi reformulado, impondo novos critérios de avaliação da capacitação das MC, além do fortalecimento da educação infantil nos Jardins Educativos, que são escolas específicas e multiprofissionais. Mas os HCBF ainda atendem a maior parte da população.

Comparemos com o Brasil. Há tempos, abandonamos a prática de creches escolas sem supervisão do estado. Avançamos para modelos direcionados para a formação comum. A Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, iniciou o processo de harmonização dessa formação chegando até a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que está em franca implantação no país. Buscamos diminuir as discrepâncias educativas entre crianças e adolescentes brasileiros. Mas ainda precisamos incluir outros poderes/saberes para alcançar melhores índices. O capital social, o cultural e o econômico são decisivos para medir o grau de exposição dos nossos alunos ao conhecimento e, raramente, são considerados nos critérios de avaliação brasileiros. Não podemos retroceder a ponto de pensar em educação feita em casa, desconectada dos múltiplos saberes e sem orientação para um nivelamento de nossa população. O mesmo cuidado devemos ter com a gestão das escolas. Administrar uma escola não é como

administrar outra empresa qualquer. As especificidades da escola exigem dos gestores habilidades pedagógicas para lidar com um público diverso, além daquelas habilidades administrativas e financeiras que complementam os produtos da escola.

"O capital social, o cultural e o econômico são decisivos para medir o grau de exposição dos nossos alunos ao conhecimento e, raramente, são considerados nos critérios de avaliação brasileiros."

Sabedoria e habilidade para escolher os melhores processos para o seu público é fundamental. Defendo que escolher bem a equipe docente representa mais de 70% do esforço para colher bons frutos, se aliada à boa capacitação e acolhimento de ideias.

Vamos lidar com diversos paradoxos nas escolas no período pós-pandemia. Quais as metodologias pedagógicas adequadas para recuperar o gap da mudança do modo presencial para o virtual? Qual o ponto de equilíbrio para o ensino híbrido na educação básica? Como acolher estudantes, docentes e funcionários que terão perdido pessoas queridas e estarão em luto e sofrimento? Estamos preparados, como dirigentes, a acolher também esse sofrimento? O distanciamento e a dor deixarão marcas.



Habilidades socioemocionais serão essenciais para quem quer fazer uma gestão eficiente.

Para avançar, vamos relembrar alguns conceitos importantes na gestão específica das escolas. Está disponível em <https://blog.saseducacao.com.br/gestao-administrativa-escolar/>:

1. Gestão pedagógica: relaciona-se com os aspectos do ensino e aprendizagem. Deve estar atualizada em relação às demandas educacionais do seu público e com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. O ensino híbrido entrou na pauta e temos que promover as devidas mudanças nos documentos e na rotina. Devemos cuidar da sincronia entre o tempo e o tipo de produto a ser ofertado pela escola.

2. Gestão administrativa: Há muito trabalho a fazer aqui, visto que a gestão administrativa

escolar engloba as três tarefas mais burocráticas: financeira, material e física. Deve manter em condições adequadas desde estoques de materiais até as instalações físicas, sem perder compasso com os ritos acadêmicos e pedagógicos.

“Gestão da comunidade: cuida do relacionamento/ comunicação com a comunidade escolar. A comunicação precisa atingir o público de maneira efetiva e afetuosa através de canais acessíveis. Deverá cuidar especialmente da restauração da comunicação no período pós-pandemia.”

3. Gestão da comunidade: cuida do relacionamento/ comunicação com a comunidade

escolar. A comunicação precisa atingir o público de maneira efetiva e afetuosa através de canais acessíveis. Deverá cuidar especialmente da restauração da comunicação no período pós-pandemia.

São muitos os desafios do tempo presente. Temos à nossa frente a readaptação do espaço escolar para os novos objetivos educacionais. Precisamos reconquistar aqueles que se desacostumaram da rotina escolar de estudos, lembrando que a falta de convivência tem sido crucial para eles. A solidariedade será o novo jeito de fazer escola. O século XXI está nos oferecendo a oportunidade de mudanças reais, mesmo que motivadas pela dor e estranheza impostas por um vírus. Restamos decidir onde vamos nos situar! Estamos diante de um novo tempo e que pode ser muito bom!





O papel das culturas e das artes na educação inclusiva

Lidiane M. A. Souza é Bióloga, Especialista em Educação Ambiental – Gestão e Projetos e Mestre em Educação pela UEMG. É Coordenadora de Projetos, Governança e Sustentabilidade no Instituto Mano Down, que promove a autonomia e inclusão de pessoas com Síndrome de Down e outras deficiências intelectuais.

▶ Lidiane M. A. Souza

Desde pequena, sempre me interessei muito pela questão ambiental: fauna, flora, solo, rochas, ar etc. e, sobretudo, pela relação que as pessoas estabelecem com estes elementos. Ao longo da minha vida, procurei aprofundar nessa temática e vários caminhos conduziram-me aos saberes relacionados às questões ambientais. Por meio de uma experiência profissional de 11 anos em museu de arte contemporânea e jardim botânico descobri minha paixão pelas culturas, artes e pela educação inclusiva. Assim, essas temáticas e minha vivência como educadora e como pesquisadora dos processos formativos com professores mobilizaram-me até aqui.

A cultura é o meio pelo qual nós, seres humanos, constituímos a nossa existência, instituindo um emaranhado conjunto de símbolos, que incluem o conhecimento, as crenças, as artes, as leis, os costumes e hábitos adquiridos na vida em sociedade – é o que nos faz humanos. As artes exploram a expansão, os formatos e as tramas das culturas. Permitem voltar ao passado, fazer considerações e projeções

sobre o futuro e, ainda, esmiúça temas com os quais lidamos no presente. Dessa forma, as artes provocam-nos, permitem-nos criar e reinventar-nos.

As instituições culturais, como agentes de desenvolvimento social, têm um grande papel na democratização do acesso às culturas, às artes e na construção conjunta do conhecimento com as escolas, com os professores e com os alunos em busca de uma educação inclusiva. O que mais me tocava nos processos de formação dos quais eu estava como mediadora era a possibilidade de, através da escuta e do diálogo entre educadores, instaurar um ambiente colaborativo entre práticas de educação formal e não formal, pensando em possibilidades de desdobramentos no espaço escolar que busquem contribuir no processo pedagógico inclusivo.

O acesso às culturas e às artes estimula que as pessoas com deficiência desenvolvam sua subjetividade, ampliem seu universo cultural, criem sua própria liberdade, fantasia, imaginação e, sobretudo, tenham o poder de escolha. A mediação

dos professores neste momento de visita presencial ou virtual a uma instituição cultural é muito importante. É neste diálogo e nesta experimentação que os alunos criam proximidade com o espaço, alcançam a confiança e autonomia em estar diante dos acervos que suscitam diversas provocações e discussões contemporâneas.

“As artes exploram a expansão, os formatos e as tramas das culturas. Permitem voltar ao passado, fazer considerações e projeções sobre o futuro e, ainda, esmiúçam temas com os quais lidamos no presente.”

O momento do contato com as artes e as culturas instaura um espaço de múltiplas possibilidades, no qual os alunos podem, por eles mesmos, experimentar cada um, do seu modo. Os deslocamentos pelas artes exploram as relações sensoriais e cognitivas com maior potência, abrindo



espaço para outros canais de comunicação, pautados pela experiência do corpo e da mente, na perspectiva da educação inclusiva. Uma experiência que também está presente na relação que estabelecem entre si no cotidiano da escola.

Neste tempo de distanciamento social e aulas on-line, o processo de descoberta de ferramentas para lidar com este novo momento é constante. Uma visita virtual a uma instituição cultural, por exemplo, pode criar conexões com a dimensão museal da nossa casa, como local de acolhimento, carregadas de memórias e objetos que contam a nossa história.

Na educação, o deslocamento e a mudança são pilares fundamentais para a existência de uma sociedade inclusiva, na qual haja espaço para a coexistência das diferenças e para a manifestação e

expressão de todos os sujeitos, independentemente de sua condição social, étnica ou mesmo física. Abrem espaço para experiências e vivências inclusivas do cotidiano por permitir que o corpo, seja qual for, ocupe o espaço, intervindo no mesmo.

Assim, as culturas e as artes levam à sensibilização dos sujeitos que pode contribuir para a transformação e construção de uma educação e uma sociedade mais justa, humana e inclusiva. A existência de instituições culturais nas cidades estimula que os participantes sejam ativos para uma comunidade mais acessível a todos.

“Uma visita virtual a uma instituição cultural, por exemplo, pode criar conexões com a dimensão museal da nossa casa, como local de acolhimento, carregadas de memórias e objetos que contam a nossa história”





Qual a melhor forma do ensino remoto, aos alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Valéria Sales é Coordenadora da Educação Especial, Especialista em Autismo, Educação Especial Inclusiva, Gestão Escolar e Atendimento Educacional, Mestre em Diversidade e Inclusão. Autora do livro “Transtorno do Espectro Autista – Oficinas multissensoriais”; publicado pela Wak Editora.

▶ Valéria Sales

Antes de mais nada, devemos saber que TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos e que, apesar dessas características, cada indivíduo tem sua especificidade e singularidade, é único.

Ao partir desse pressuposto, faz-se necessário conhecer o aluno, a sua história, fazer um estudo do caso, conversar com os responsáveis e, se possível, ter informações da equipe multidisciplinar que o acompanha, seguir um trabalho colaborativo, escola x família x equipe multidisciplinar, para então traçar as possibilidades de atendimento remoto. Estudo feito, conhecendo o aluno e as suas potencialidades, pode-se traçar um plano para ele, sempre reavaliando os objetivos propostos e as abordagens utilizadas.

Algumas dicas para o trabalho remoto destinado a esse público: sempre organizar a rotina e estipular horários fixos, buscando não mudar a rotina anterior; organizar o ambiente em seu lar; ter sempre as atividades realizadas no

mesmo ambiente, com poucos estímulos visuais para que não desregulem a criança com TEA; flexibilizar as atividades, adequando-as ao nível das habilidades que a criança possui; começar com o tempo mínimo que a criança tem de atenção, aumentando aos poucos; utilizar exemplos visuais, como, por exemplo, criar um quadro de rotina, com imagens. Sempre que possível, utilizar imagens reais; manter as atividades consistentes, estruturadas e previsíveis o quanto possível, trará conforto e tranquilidade no ambiente remoto; contemplar, nas atividades, a área de interesse pessoal do aluno; usar sempre estratégias de ensino baseadas no concreto; não focar na quantidade e, sim, na qualidade; comunicar a estrutura da atividade com instruções curtas; trabalhar com comunicação alternativa; ter um kit sensorial para possibilitar ao aluno autorregular-se e fazer a mediação por videoaula.

Para ensinar, deve-se respeitar a história, as características particulares do indivíduo com TEA.

Como os alunos com TEA devem ser acolhidos no retorno das aulas presenciais?

A Pandemia desestabilizou o Mundo e afetou, psicologicamente, a sociedade, na qual estão inseridos os alunos com TEA que, mais do que os neurotípicos, foram afetados em suas rotinas tão importantes para o seu desenvolvimento. De repente, tudo parou. A escola, antes um espaço de convivência social, fechou, as terapias foram suspensas e o convívio com o Mundo paralisou.

“A escola, antes um espaço de convivência social, fechou, as terapias foram suspensas e o convívio com o mundo paralisou.”

O mais preocupante, neste momento, é que muitos alunos perderam entes queridos e pode



“No retorno (do aluno às aulas), é necessário respeitar as singularidades e a sua história de vida. Faz-se necessário o estudo de cada aluno, respeitando as suas especificidades e enfatizando as potencialidades individuais.”

ter sido a primeira experiência com o cenário da morte. Deve-se ter sensibilidade nesse retorno, o qual não deve ser abrupto e nem se exigir além do que cada indivíduo pode oferecer. Cada um tem uma história de vida. Não é por acaso que somos chamados de indivíduos – somos individuais, singulares, únicos em nossa essência e os alunos com TEA muito mais que os neurotípicos.

No retorno, é necessário respeitar as singularidades e a sua história de vida. Faz-se necessário o estudo de cada aluno, respeitando as suas especificidades e enfatizando as potencialidades individuais. É preciso ouvir a família e, muito mais do que antes, ter uma escuta sensível e junto a ela traçar os objetivos para o retorno às aulas presenciais desse aluno. Pode ser que, para alguns, seja necessária uma readaptação ao ambiente e, para outros, nem seja preciso, pois a saudade daquele espaço acolhedor findou, propiciando o retorno das atividades com os pares.

É preciso, sim, respeitar os tempos de cada um, ter um

ambiente acolhedor, divertido e agradável, não se esquecendo das recomendações sanitárias e de segurança. Os alunos com TEA, em sua maioria, não consegue utilizar a máscara, tem dificuldades para se adaptar às novas exigências do ambiente que, por vezes, pode ocasionar frustração, ansiedade, irritabilidade e agressividade. Faz-se necessária a flexibilização do uso da máscara nos alunos com TEA, entretanto, família e escola não podem se esquecer do cuidado de manter as crianças higienizadas e seguras, o máximo possível, contra o vírus da Covid-19.

No retorno às aulas presenciais, deverá haver atividades específicas para os alunos TEA?

O aluno com TEA tem especificidades singulares, apresenta características próprias, as quais a escola precisa respeitar e acolher, considerando as suas necessidades individuais. Os alunos com TEA, independentemente da pandemia, necessitam de flexibilizações, ou, até mesmo, de um Plano de Ensino Individualizado, que levem em

conta as suas especificidades, dentre elas, as comportamentais, clínicas, sociais, adaptativas e de linguagem. Sendo assim, é necessário elencar as potencialidades e as necessidades reais do aluno com TEA para que possamos estipular as estratégias de trabalho. A escola deve articular com a sua equipe, o professor do Atendimento Educacional Especializado, família e equipe multidisciplinar que acompanha o aluno, assegurando que as experiências do dia a dia proporcionem somar às aprendizagens já adquiridas e que o aluno com TEA possa agregar essas novas aprendizagens não só à escola, mas a outros ambientes.

A vivência e a experimentação no ambiente escolar são de suma importância, pois é a partir da relação com o outro que o indivíduo construirá as suas aprendizagens. A escola deve propiciar e permitir momentos e condições para o desenvolvimento e novas aprendizagens.





Desafios e oportunidades do trabalho remoto para professores e empregadores da área de educação

Antônio Carvalho Neto é Doutor em Administração, Professor e Pesquisador da PUC Minas, autor de 13 livros e 86 artigos científicos nacionais e internacionais.

▶ Antônio Carvalho Neto

A chamada Indústria 4.0, ou Quarta Revolução Industrial, vem revolucionando a produção não só de bens, mas também de serviços, como os voltados para a educação. Aplicativos (que facilitam enormemente a realização de aulas, palestras, workshops e aplicação de avaliações) e conteúdos educacionais vêm sendo cada vez mais comercializados em escala global, em número, diversidade e qualidade surpreendentes. Há conteúdos disponíveis para todas as correntes de pensamento. Está cada vez mais fácil e mais barato adquirir esses conteúdos, através de plataformas digitais que oferecem milhares de opções ou através de sites específicos de prestigiadas instituições de ensino de todo o mundo. Esta oferta explodiu depois do início da pandemia do coronavírus. Uma instituição de ensino pode, por exemplo, ofertar cursos em parte ou integralmente de forma remota, em aulas síncronas (horário marcado) ou assíncronas (o ensino a distância), mesclando palestras, aulas isoladas, TED Talks, MOOCs (Curso Online Aberto e Massivo), com aulas

presenciais, semipresenciais ou de forma totalmente remota.

“A pandemia fez com que o trabalho remoto passasse a ser adotado imediatamente por grande parte das empresas e por todas as instituições de ensino.”

O trabalho remoto já era praticado pelas grandes empresas no Brasil antes da pandemia. Pesquisas já indicavam que cerca de 20% das empresas adotavam um ou dois dias da semana em trabalho remoto para todos os trabalhadores. As empresas ainda tinham falta de compromisso e entrega menor de resultados por parte dos empregados no trabalho

remoto. No setor de educação, além das aulas assíncronas (o EaD – Ensino a Distância), praticamente não havia trabalho remoto antes da pandemia. Já havia um movimento então incipiente de algumas instituições de ensino na direção das chamadas aulas invertidas, em que conteúdos eram disponibilizados remotamente em metade da carga horária e os alunos se encontravam com os professores num segundo momento da disciplina.

A pandemia fez com que o trabalho remoto passasse a ser adotado imediatamente por grande parte das empresas e por todas as instituições de ensino. Os empregadores se surpreenderam positivamente: os trabalhadores e professores entregaram até mais resultados do que os esperados, e a economia foi significativa em manutenção de instalações, transporte, alimentação, alugueis, viagens, diárias, limpeza e até mesmo em mão de obra. A experiência foi tão positiva que 70% das grandes empresas no Brasil vão adotar de 50 a 100% de trabalho

remoto após a pandemia. Várias grandes empresas inclusive já até venderam ou reduziram significativamente seus imóveis. Especialmente no setor de educação, houve aumento exponencial das possibilidades do trabalho remoto, através de aplicativos, por exemplo, plataformas de comunicação como Google Meet, Zoom e Microsoft Teams e AVAs – Ambientes Virtuais de Aprendizagem -, como Canvas e Blackboard ou até mesmo a junção de vários, o que facilitou sobremaneira o trabalho dos professores na correção de provas, na gravação de aulas e nas possibilidades maiores de uso de variadas formas de apresentação de conteúdo. Por outro lado, os professores passaram por um período de adaptação bem duro, pois toda essa transformação teve que ser levada a cabo em tempo recorde e sem planejamento prévio, dadas as óbvias urgências da tragédia por nós todos experimentada. Os professores tiveram que aprender a elaborar avaliações em formatos diferentes dos tradicionais; tiveram que aprender a lidar com gerações de alunos bem mais familiarizados com essas novas tecnologias do que eles próprios; tiveram que começar a fazer a transição do conteudismo para um papel novo, mais de debatedor, de orientador, de triangulador de conteúdos diversos.

Os professores, como todos os outros trabalhadores que passaram ao regime remoto, sofreram também com as novas necessidades de equilibrar, dentro de casa, os espaços do trabalho e os espaços da vida privada. Aqueles com filhos pequenos e/ou com espaço residencial dividido entre vários membros da família

sofreram muito mais. Por outro lado, nas cidades grandes, ganharam de volta o tempo perdido no trânsito, inútil, estressante. Houve instituições de ensino, como muitas grandes empresas, que montaram um bom sistema de apoio remoto, não só técnico, mas também didático e até psicológico, além de fornecerem equipamentos e manutenção nos computadores dos professores, o que minorou esses problemas.

“Os professores, como todos os outros trabalhadores que passaram ao regime remoto, sofreram também com as novas necessidades de equilibrar, dentro de casa, os espaços do trabalho e os espaços da vida privada.”

O trabalho remoto veio para ficar, e vai permanecer em parte ou no todo depois que a pandemia passar. Ele faz parte deste novo mundo da Indústria 4.0 que já entrou em nossa vida. Está intimamente relacionado com a inteligência artificial, com as plataformas digitais, com a convergência tecnológica entre o celular, o computador, a TV, os canais de streaming de filmes, músicas e conteúdos tão diversos quanto o mundo. Já venho encontrando a cada semestre um número maior de alunos de graduação que já trabalham em regime remoto para empresas de outros países ou baseadas em outros estados do Brasil. O nomadismo digital já está batendo cada vez mais à porta desta geração que atualmente tem mais de 20 anos.

Aos empregadores da área de educação cabe apostar e se preparar melhor para uma gestão mais voltada para resultados do que para o controle presencial; não importa onde o professor esteja, importa o resultado que ele entrega. As instituições de ensino têm a oportunidade de ampliar enormemente seu número de alunos, que não ficariam restritos às regiões geográficas onde atuam. Podem ter alunos de todo o país, de todo o mundo. Devem se antecipar o máximo possível, porque já há concorrentes seguindo este caminho.

“Já venho encontrando a cada semestre um número maior de alunos de graduação que já trabalham em regime remoto para empresas de outros países ou baseadas em outros estados do Brasil.”

Aos professores, cabe aproveitar as oportunidades abertas por este novo cenário, de poder trabalhar para uma ou mais instituições de ensino no planeta todo, o tempo todo ou parcialmente, dentro de sua casa ou morando em qualquer parte deste vasto mundo. Tudo que é novo gera resistência natural, assusta, desafia, tira da zona de conforto. Trata-se aqui de constatar uma realidade que já está dentro de nossas casas e de nossa vida e de tirar o melhor proveito dela para todos.





Cuidar de quem trabalha na escola: o caminho para também cuidar de alunos e famílias

Sávio Paz é Diretor do Colégio Darwin – Fortaleza CE. Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Ceará, pós-graduando em Gestão Escola pela USP/Esalq.

▶ Sávio Paz

Pesquisa realizada pela Pearson, utilizando metodologia de coleta de dados aplicada pela americana The Harris Poll, com 7 mil estudantes em oito países, mais de mil deles no Brasil, mostra um consenso dos entrevistados: o mundo da educação mudou de maneira irreversível e profunda. O olhar dos alunos sobre a educação que vivemos atualmente mostra como algumas tendências foram aceleradas pela pandemia, como globalização e tecnologia. Divulgados em agosto do ano passado, no documento intitulado “A Pesquisa Global com Alunos”, os dados são esperançosos, porque nos dizem outra coisa importante: mesmo com as dificuldades, a confiança nas instituições de ensino, no geral, é alta. Quando li o documento, fiquei pensando em tudo o que ele representava na conexão com outros dados e informações que venho acompanhando sobre o ambiente da educação e o trabalho que realizamos localmente. Meu objetivo foi identificar, depois de meses de aprendizagem, como conseguimos de modo bem-sucedido manter a confiança dos alunos e suas famílias. E um dos pontos que gostaria de destacar é o trabalho que colégios, como

o que eu tenho a oportunidade de gerir, têm feito com foco na gestão de pessoas.

Mais do que os investimentos em tecnologia da informação e da comunicação, fundamentais e incontestáveis neste momento, não há como deixar de considerar que é no vínculo entre as pessoas que fortalecemos a confiança no desenvolvimento e implantação das ações. E na educação isso não é diferente. Pelo contrário, até porque atuamos sobre o desenvolvimento humano (pessoal e profissional). No Colégio Darwin, o trabalho de acolhimento, assistência e acompanhamento das equipes multidisciplinares às famílias, de modo a enxergar cada realidade de maneira individualizada, fez e tem feito toda a diferença, na minha avaliação. Ganhamos na manutenção do vínculo, na abertura para feedbacks, na construção e revisão coletiva de metodologias e, acima de tudo, no respeito a cada ente envolvido nesse processo de adaptação e ajustamento contínuo. Fácil não foi nem tem sido, mas os resultados são mesmo animadores, gerencial e pedagogicamente falando. Para isso tudo acontecer, tivemos que cuidar primeiramente de

quem trabalha conosco. Os profissionais têm estado, desde o ano passado, preocupados com seus empregos. Os educadores somam a isso os desafios para que conheçam e continuem a adaptar seus conteúdos às plataformas tecnológicas usadas nas aulas remotas. E há também inúmeras outras questões, para que cumpramos os protocolos e mantenhamos todos bem e com segurança. Ou seja, é muita coisa para se lidar. A escola, como ambiente que emprega esses profissionais, precisa ser, mais do que nunca, suporte.

Fizemos treinamentos, realizamos reuniões remotas (inúmeras, por sinal), compramos equipamentos, enviamos materiais para a casa dos professores, deixamos a infraestrutura da escola à disposição. O mais importante, no entanto, foi a necessária abertura para ouvir e, com isso, repensar, refazer, recomeçar. Ano passado, inclusive, implantamos o Café com Psicólogo, um projeto que deixa o setor de psicologia à disposição de quem trabalha conosco. É suporte para lidarmos com essa dinâmica intensa, que nos pede resiliência, muita comunicação interpessoal e por intermédio das plataformas e, acima de tudo, empatia.





Cotidiano racial brasileiro

Gilberto B. dos Santos é cientista social, editor do site www.criticapontual.com.br, autor do livro "O sentido da República em Esaú e Jacó, de Machado de Assis"; professor no ensino médio no Colégio Futuro/COC em Penápolis. E-mail: gilcriticapontual@gmail.com

 Gilberto B. dos Santos

O escritor carioca Joaquim Machado de Assis (1839-1908) afirmou, por intermédio de um de seus oblíquos narradores, no conto Teoria do medalhão (São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 13) que, antes de os homens mudarem as leis, faz-se necessário que estes alterem os hábitos. Significativa observação feita pelo literato, na segunda metade do Brasil Oitocentista no Rio de Janeiro, sede da Corte Imperial e cidade em que a maior parte dos habitantes era de escravos africanos. Considero o trecho importante para se pensar as questões étnico-raciais nestas primeiras duas décadas do século XXI. Entendo que a temática nunca deixou de ser a tônica desta Nação edificada a partir de três matrizes étnicas, todavia, as demandas são expressivas no presente, pois, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mais de 54% dos brasileiros afirmam que têm alguma ligação sanguínea com o passado escravagista no país em que o sistema durou mais de três séculos, sendo abolida por decisão dos gabinetes imperiais aterrorizados por vários fantasmas, inclusive as revoltas haitianas.

Posto isto, compreendo que, para se analisar o presente, é preciso olhar com a devida acuidade para o passado, principalmente quando o escopo é entender o racismo que se pratica nos mais de oito milhões de quilômetros quadrados que delimitam o espaço geográfico da Nação. Nação que tenta encontrar um espaço entre os países mais desenvolvidos do orbe, porém, por se negar a dialogar francamente com o seu ontem, continua lá, por intermédio de hábitos que a proclamação da República, ocorrida na madrugada de 15 de novembro de 1889 – um sábado – não foi capaz de sepultar, permanecendo de forma subjetiva na Constituição de 1988, chamada por Ulisses Guimarães (1916-1992) de “Constituição Cidadã”. Creio que para entender a Carta Magna a partir da acepção dada pelo político, deve-se percorrer o caminho que leva o brasileiro a ser considerado cidadão de fato e de direito e nesse sentido, os descendentes de africanos escravizados por mais de 300 anos em terras coloniais. De acordo com Thomas Humphrey Marshall (1893-1981), para uma pessoa ser considerada cidadã, precisa

não só ter conhecimento, mas também usufruir de três direitos: o civil, o social e o político. No presente brasileiro, é possível encontrar essas diretrizes como normatizadoras das relações sociais entre os indivíduos, contudo, se lembrarmos de uma lei de 1831 – todos os cativos no país estavam livres, tornando crime a importação do elemento africano – que ficou conhecida como “lei para inglês ver”, o leitor saberá que existe uma legislação vigente, mas a aplicação não condiz com a realidade dos fatos. Nesse sentido é que a enunciação machadiana do início desta reflexão ganha evidência, forçando o sujeito social a buscar as origens de algo que não consta na lei, mas na prática entre seus pares.

Dessa forma, como o meu escopo aqui é tratar do racismo no cotidiano do país, é plausível retrocedermos no tempo para entendermos o presente a partir do passado das condutas humanas. Neste sentido, evidencia-se que a Lei Áurea, promulgada e publicada no sábado, 13 de maio de 1888, permitiu aos africanos escravizados e seus descendentes, a liberdade, conforme consta no direito civil

elencado no livro de Marshall [Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967], mas não se seguiu à concessão de ir e vir, outros direitos como acesso à educação, à participação e distribuição na produção de riquezas e renda econômica, bem como salário justo. Na época, a participação nas discussões políticas estava atrelada ao universo econômico, portanto, sem receita, não havia como o africano, egresso do sistema escravista, decidir sobre os rumos de sua existência na sociedade brasileira. Portanto, ao ex-escravo foi negada a sua cidadania a partir das condições de tornar-se um ser pleno e emancipado. As consequências são observadas no presente por intermédio da desclassificação do outro no âmbito do seu pertencimento étnico-racial. Sobre isso, a escritora estadunidense, Toni Morrison (1831-2019), analisando a questão do afro-americano, faz uma distinção entre o corpo escravizado e o corpo negro. [O corpo escravizado e o corpo negro. In. A fonte da autoestima: ensaios, discursos e reflexões. Trad. Odorico Leal. SP: Cia das Letras, 2020, p. 104-109]. Parece-me que tal análise pode ser utilizada para entender o que acontece no Brasil, país com forte herança escravagista. Segundo ela, com o fim do trabalho escravo, o corpo que foi mantido cativo, deixou de existir, todavia, a tonalidade da pele permaneceu, marcando profundamente as relações vindouras. Nos EUA, a distinção é bem delineada, mas no caso brasileiro, não, fazendo com que o racismo ocorra mais no campo do hábito, portanto, da herança, do que propriamente no universo de uma justificativa plausível. Sendo assim, ninguém

nasce racista, mas se torna a partir da convivência com seus demais pares durante o processo de socialização primária, período em que valores éticos e morais são perpetrados pelos responsáveis pela educação da criança que se torna adulta com a ideia de que sua conduta deva ser universalizada, conforme nos aponta o pensador alemão Immanuel Kant (1724-1804) a partir dos imperativos categóricos.

“Segundo ela (Morrison), com o fim do trabalho escravo, o corpo que foi mantido cativo, deixou de existir, todavia, a tonalidade da pele permaneceu, marcando profundamente as relações vindouras.”

Nesse sentido, destaco que a educação, não aquela ofertada pelo Estado a partir da socialização secundária, isto é, por intermédio da escola pública, ou mesmo as instituições privadas, seguindo os preceitos previstos no ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], tem papel preponderante na alteração de hábitos herdados de um pretérito escravagista. Contudo, como isso será possível, se nos diálogos intrafamiliares, o conteúdo diz respeito sempre ao contrário, pois enfoca não o ser em si, mas sim o seu pertencimento a partir da esfera econômica? Desta forma, as relações são pautadas por uma ética, objetivando sempre o benefício individual, jamais coletivo. Se durante a convivência no interior de uma instituição compreendida como

coercitiva, conforme aponta o sociólogo Emile Durkheim (1858-1917), o futuro sujeito social é bombardeado com a informação, segundo a qual, toda pessoa com a tonalidade de pele escura lhe é inferior, como este seguiria o que consta na legislação vigente, segundo a qual, todos são iguais? Ele pode até usar uma muleta social, estereotipada na acepção: “eu até tenho um amigo preto”, contudo, em seu cotidiano, praticará um racismo negado na verbalização, contudo, real na conduta diária. Desmontar essas ações percebidas apenas por quem sofre, principalmente os pretos e também aqueles que convivem com eles, conforme o escritor Jeferson Tenório apresenta em seu romance “O avesso da pele” (São Paulo: Companhia das Letras, 2020), é um grande desafio educacional. Enfim, diante do constatado, creio que é enorme o trabalho para desmantelar essa engrenagem e precisa ser feito levando em conta que oficialmente o fim do escravismo brasileiro ocorreu há 133 anos, portanto, há pouco mais de cinco gerações, sendo que, de acordo com Kátia Mattoso (1931-2011) em seu livro “Ser escravo no Brasil” (São Paulo: Brasiliense, 2003), a mudança de geração ocorre a cada 25 anos. As questões que envolvem o problema étnico-racial não dizem respeito somente ao homem preto dentro da heteronormatividade, mas também às mulheres e outros coletivos e minorias que buscam seus espaços no interior de uma sociedade como a brasileira, racista até a sua medula, contudo, nega tal existência no âmbito da aparência e das convenções sociais.





PA.LA.VRA [Lat. paraböla”]

sf: 1- fonema com uma significação; 2- sentido que damos ao fonema.

Rachel Branquinho é treinadora em saúde mental. Educadora para o entendimento dos mecanismos do próprio pensar de cada pessoa a buscar o autodesenvolvimento. Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Campinas. Desenvolvimento Humano (Namastê, Mindfulness, o Pensamento Integral etc.) @rachelbranquinho

▶ Rachel Branquinho

Material pronto! Que delícia, meu primeiro dia de ir para a escola! Na década de 80, no chamado jardim de infância, íamos para a escola para aprender a ler e escrever, de fato, e não para brincar como ocorre atualmente na primeira etapa da educação básica brasileira. A intenção de alfabetizar em uma escola tradicional trazia mudanças assustadoras para uma criança de tenra idade. Novas regras a seguir, novas pessoas a conviver e, o maior desafio, as letras e os tapetes em que deveríamos combinar, adequadamente, as cartas para que as palavras fossem memorizadas e aprendidas. Foi nesse momento que comecei a sentir a separação que as palavras infringiriam em mim, vida afora. Talvez a primeira palavra que tenha conseguido formar tenha sido “incapaz”, não nas junções das letras, mas no sentimento que essa nova atividade fez brotar dentro de mim. Certamente, naquela época, não sabia o seu significado, mas sentia o que aquela palavra promovia dentro de mim, um vazio que me separava das colegas, da professora e do mundo. Dali em diante, o que deveria ser uma

curtição, ir à escola, aprender, conviver com as colegas, passou a ser uma tortura. As palavras, ao invés de construírem pontes entre mim e o mundo, começaram a construir muros que nos separavam.

“Surpreendi-me ao saber que a etimologia da palavra PA.LA. VRA é COMPARAÇÃO, do latim “paraböla”. Daí, esta etimologia ressoou em mim com um significado marcante, “incapaz por comparação””

Gosto de recorrer à etimologia das palavras, porque nelas são guardadas a essência do seu significado, o que, de certa forma, diminui o vazio do seu símbolo. Surpreendi-me ao saber que a etimologia da palavra PA.LA. VRA é COMPARAÇÃO, do latim “paraböla”. Daí, esta etimologia ressoou em mim com um significado marcante, “incapaz por comparação”. “Conhecer uma palavra desde sua origem

é como conhecer uma pessoa desde pequena.” (Ricardo E. Schütz)

A base do sistema educacional é o aprendizado por comparação, não por comparar o desenho, o formato da letra A com a E, mas de comparar que a Ana já conhece todas as letras e a Elaine não. E assim, dessa comparação, os primeiros tijolos dos nossos muros são colocados e, apressadamente, crescem com outra PA.LA.VRA, a COMPETIÇÃO. Tá certo! Entendo que as palavras são necessárias, fundamentais para todo o nosso desenvolvimento, mas devemos olhar para elas como um símbolo e não como verdade absoluta, como um meio e não um fim. Nesse processo da comparação e competição, aparecem as pessoas “ovelhas negras” da sala de aula e da família, que novamente serão classificadas com um rótulo, uma PA.LA.VRA, no caso, uma expressão idiomática, que ultrapassa seu sentido literal e, com o rótulo recebido, são “apartados” do grupo. Para uma criança que está conhecendo as palavras, o significado atribuído à expressão representada pelas

duas palavras, ovelha negra, é de um animal de cor negra. Pronto! Morreu aí a informação, as palavras foram empregadas no seu sentido absoluto. Porém, para um jovem que já conhece o valor intrínseco da palavra comparação e o sentido da expressão idiomática, saberá que está sendo “classificado” como inferior. Daí, podemos ver e sentir o quanto as palavras criam muros que nos separam uns dos outros.

“A PA.LA.VRA não é a coisa a que ela se refere, como, por exemplo, a palavra árvore não é o fato. O fato passa a existir quando a pessoa toca a árvore, não por meio da palavra, mas em contato direto com a planta.”

O que é uma cruz? Para os cristãos, um símbolo religioso e sagrado, que representa a crucificação de Jesus. Por outro lado, para os aborígenes australianos, apenas dois pedaços de madeira que servem para fazer fogueira, cozinhar alimentos e gerar calor. Os aborígenes estão errados ou certos? E os cristãos? Certamente, ambos estão “corretos” dentro das suas meias verdades, nos seus paradigmas. Mas um cristão se sentiria profundamente ofendido se visse o aborígene queimando uma cruz. Poderia um cristão entender que este aborígene nunca ouviu falar de Cristo e que a madeira é um meio de sobrevivência para ele? Mas a PA.LA.VRA “CRUZ” os separam, faz o cristão sentir-se superior ao aborígene. Dessa forma, o uso das PA.LA.VRAS promovem uma

cruel “COMPARAÇÃO”, criando classes humanas superiores e inferiores. O que deveria ser apenas um símbolo, passa a ser verdade absoluta, defendida com armas e dentes.

Nas palavras, armazenamos experiências do passado, impregnamos uma memória nelas. A memória tolda nossa percepção, por conseguinte, a palavra também o faz. Esta atividade mental relacionada ao passado conduz-nos a duas formas de nos relacionarmos com o mundo, uma que nos bloqueia de vivenciar novas experiências e outra que nos torna indiferentes aos objetos. Na infância, normalmente, não gostamos de temperos de gosto marcante como a cebola. Crescemos então com a sugestão de não gostar de cebola. Quando adolescente, finalmente, resolvemos quebrar esse tabu, comendo uma cebola assada no churrasco da turma! Eis que aquele gosto amargo reforçou minha memória de não gostar de cebola! Daí em diante, decido que definitivamente cebola não fará parte do meu cardápio. Assim, quando escuto a PA.LA.VRA cebola, rejeito a vivenciar outra experiência com ela, perdendo a oportunidade de ter alguma experiência positiva. Passarei, a partir daqui, a assumir com ardor que a cebola é horrível, tornando um gosto em uma verdade absoluta. E, provavelmente, tendo restrições a pessoas que gostam.

A PA.LA.VRA não é a coisa a que ela se refere, como, por exemplo, a palavra árvore não é o fato. O fato passa a existir quando a pessoa toca a árvore, não por meio da palavra, mas em contato direto com a planta. Aí, a partir desse contato, ela se

torna realidade, significando que a PA.LA.VRA perdeu seu poder de impressionar as pessoas. As palavras são símbolos que servem para nossa comunicação, porém este reducionismo que fazemos dos objetos, dando nomes a eles, resulta em um vácuo, um vazio, um esvaziamento do sentir. Não experienciamos a existência incognoscível dos objetos, tornamo-nos indiferentes a tudo. Deixamos de perceber a natureza deles, porque estamos conectados às PA.LA.VRAS, aos símbolos, aos nossos conceitos de como foi nossa vivência com esse objeto no passado. Ao dar nomes aos nossos filhos e animais de estimação, cada nome é apenas uma palavra, porém, assume um “papel” muito importante, passa a compor sua identidade, deixa de ser um símbolo.

Já reparou que, quando conhecemos alguém, que tem o mesmo nome de um familiar seu, automaticamente criamos apego ou aversão à pessoa, porque aquele nome, uma PA.LA.VRA, representa uma pessoa que você ama muito, tem afinidades ou alguém que não curte. Assim, sem nem conhecer a pessoa, apegamo-nos às experiências que temos com a palavra do nome dela. Podemos dizer, então, que as PA.LA.VRAS nos escravizam, têm um poder impressionante nos nossos comportamentos, sem nos darmos conta.

No versículo 4:7-8, João disse: Quem não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor. As PA.LA.VRAS “Deus” e “amor” estão vazias de significado e impregnadas de conceitos. Em nome da PA.LA.VRA “Deus” os homens matam uns aos outros,

guerras e mais guerras surgiram e continuam separando os homens, definindo grupos religiosos superiores e inferiores. Então, diante do que conhecemos, como pode o significado desta palavra ser amor, uma PA.LA.VRA que deveria unir os homens separados. De acordo com Ken Wilber, as moléculas não odeiam, oprimem nem dominam os átomos, elas os incluem, abraçam-nos, ou seja, elas os amam. Ao encontrar esta definição de amor, encontrei um sentido para amar! Recorrendo novamente à etimologia, RE.LI. GL.ÃO: 1- Do latim “religare” – religar, ligar novamente, juntar; 2. União entre o homem e o divino. A religião tem, como função, contemplar e completar a realidade humana, assim como trazer um sentido para a existência, apaziguar os problemas existenciais, superar a angústia da consciência frente à finitude, dando, assim, um sentido à existência humana.

“Atualmente, usamos de outro recurso para expressar um pouco de emoção nos diálogos escritos, os emojis, que são tantas carinhas que, muitas vezes, perco-me no significado delas.”

O Afeganistão é um campo de batalhas desde a época em que Alexandre, o Grande, passava por lá, em meados de 300 a.C. Os grupos fundamentalistas radicais muçulmanos e não-muçulmanos têm conflitos desde então, chegando ao seu auge em 11 de setembro 2001, com centenas de mortes

fora do território afegão. Na Nigéria, os conflitos ocorrem entre cristãos e muçulmanos. No Iraque, os conflitos são entre xiitas e sunitas. Em Israel, os conflitos ocorrem entre judeus e muçulmanos. Em 1950, o Partido Comunista da China invadiu violentamente o Tibet, matando milhares de tibetanos e causando a destruição de quase seis mil templos. Essa perseguição religiosa ainda permanece. Ao longo da história da humanidade, a religião tem sido usada com estes propósitos. Pergunto aqui: Nos casos citados, a que seu significado se refere? Algumas vezes, já escutou ou leu algo do tipo, “converso com você pessoalmente”, ou “esta conversa só pessoalmente”. Por que alguns assuntos requerem o olho no olho? As palavras que serão utilizadas para abordar o tema não seriam as mesmas? O que, de diferente, tem em uma conversa pessoal para uma via meios de comunicação? Através dos meios de comunicação as palavras chegam “secas”, vazias de emoções que aguçam nossos órgãos sensoriais. Atualmente, usamos de outro recurso para expressar um pouco de emoção nos diálogos escritos, os emojis, que são tantas carinhas que, muitas vezes, perco-me no significado delas.

Ainda assim, eles conseguem expor um pouco nossos sentimentos em tempos de pandemia, em que os beijos estão proibidos.

Ao ler uma conversa, estamos estimulando apenas a visão, justamente usando as PA.LA.VRAS com suas limitações de conteúdo, que nos conduzem ao passado. Em uma conversa pessoal, estamos enriquecendo as PA.LA.VRAS

com a entonação da voz, com o olhar, com os gestos, com o cheiro. O despertar de outras sensações sensoriais completa a comunicação, permitindo um melhor entendimento entre as pessoas, antes de serem capturadas pelas palavras. Nosso desenvolvimento cognitivo evidentemente é dependente da PA.LA.VRA. A função da palavra é representar partes do pensamento humano e, por isto, ela constitui uma unidade da linguagem humana. Palavras não são fatos, mas apenas ideias sobre os fatos. É possível vincular as PA.LA.VRAS à existência incognoscível dos objetos? É possível usarmos as PA.LA.VRAS como pontes e não muros? É possível usarmos as PA.LA.VRAS como verdades relativas e não absolutas? É possível transcender as limitações que as PA.LA.VRAS causam em nós? Talvez, se, na alfabetização, empregássemos a etimologia da PA.LA.VRA “comparação” nos desenhos das letras e não entre as pessoas, poderíamos iniciar a construção de pontes entre a Ana e a Elaine, entre a Ana e o rio, entre a Elaine e o ipê e assim as leis e regras de bullying, discriminação racial, social, proteção ambiental e tantas outras necessárias para uma saudável convivência social, não seriam mais necessárias.





Aos trancos e solavancos, mas realismo esperançoso

Eleonora Santa Rosa é consultora, gestora e estrategista cultural. Foi Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais. De 2017 a 2019, foi diretora executiva do Museu de Arte do Rio – MAR, onde promoveu um extenso e abrangente processo de reposicionamento da instituição. É autora do livro “Interstício”.

► Eleonora Santa Rosa

Em meio à precariedade, espontaneidade, desorganização, informalidade e improviso, começamos, mesmo que de modo incipiente, a mensurar o tamanho do estrago trazido pelo coronavírus na Cultura e na Educação. Acontece em todo o mundo, e também no Brasil, situação aqui agravada pela ação deletéria de um governo contrário às artes, à educação, à ciência, ao meio ambiente, às humanidades em geral.

Números são apresentados, semana após semana, por organizações de respeitabilidade internacional na seara da educação, cultura e da economia criativa (abrangendo instituições museológicas e os mais diversos segmentos das indústrias criativas), sobretudo, em relação aos EUA e aos países europeus. Esses números impressionam pelo volume financeiro estimado de perdas, pelo contingente expressivo de corte de funcionários, demitidos e desmobilizados temporariamente, pelo radical redesenho institucional em curso, dentre outros fatores. O choque econômico nessas áreas, sob a ótica nacional, é ainda mais complexo e alarmante em função

das carências da nossa rede de ensino, da nossa extremamente raquítica infraestrutura cultural e das características do nosso ‘parque industrial’ específico.

No entanto, podemos tirar partido de nossa formação e singularidades comportamentais, intuindo novos caminhos e alternativas lastreados nas táticas e experiências de estruturação, sobrevivência e resiliência que marcam especialmente a esfera cultural, em que sempre faltou muito, sobretudo, apoio governamental consistente e contínuo.

“É importante destacar a profusão de ensaios e matérias especializadas, cujos pontos comuns residem na potência e significado dos impactos e profundas transformações trazidas pela pandemia no campo cultural, educacional, social.”

É importante destacar a profusão de ensaios e matérias especializadas, cujos pontos comuns residem na potência

e significado dos impactos e profundas transformações trazidas pela pandemia no campo cultural, educacional, social. Nesse sentido, vale destacar a recente entrevista do professor, cientista, consultor, empreendedor e visionário Silvio Meira, uma das mais brilhantes e provocadoras cabeças brasileiras, responsável pelo magnífico Porto Digital em Recife. Ele é responsável também por uma miríade de iniciativas de altíssima magnitude e complexidade, inclusive o C. E.S.A.R (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife). Uma entrevista caracterizada pela competência e sensibilidade das perguntas e pela inteligência e assertividade de suas respostas, que muito nos ajudam a compreender a complexidade dos impactos da pandemia em termos da aceleração da digitalização no país, dos novos empregos, desempregos, dos efeitos danosos da educação praticada no Brasil. E ainda em termos das potencialidades dos extratos mais jovens e o aprendizado da matemática, da crise social que advirá pelos tempos que não só se anunciam, mas já vigoram e das falhas maciças das políticas



públicas. Para quem tiver interesse em buscar a íntegra da matéria, segue o link: <http://youtu.be/zu36-X2D1YY> - Silvio Meira e o mundo digital pós-pandemia.

Sílvio, ao responder a última pergunta – “olhando para o futuro, temos mais motivos para ser pessimistas ou otimistas?” –, resgata a definição do escritor Ariano Suassuna, seu conterrâneo de Taperoá. Diz Suassuna: ‘o otimista é um tolo, porque acha que as coisas vão se resolver de alguma forma mágica, que ele nem sabe exatamente qual é, mas, por outro lado, o pessimista é um chato, porque acha que nada vai dar certo, independente do que todo mundo fizer, inclusive ele, e que, bom mesmo é ser um realista esperançoso’. Este realista esperançoso é aquele que entende a complexidade do mundo em que vivemos e que precisa compreender as dificuldades enfrentadas para mudar essa realidade; e que é crucial ter estratégias para transformar nossas aspirações em capacidades; e criar

capacidades e competências, por meio de estratégias adequadas.

“Este realista esperançoso é aquele que entende a complexidade do mundo em que vivemos e que precisa compreender as dificuldades enfrentadas para mudar essa realidade; e que é crucial ter estratégias para transformar nossas aspirações em capacidades...”

O momento presente demanda cada vez mais, nos segmentos referidos, a expansão e proliferação de grupos, associações e coletivos comprometidos com a solidariedade e a generosidade de ações voltadas para as localidades, e com o compartilhamento de ideias e iniciativas que envolvam inteligências aplicadas e dedicadas ao redesenho

das relações, dos modos de comunicação e integração, de proposição de experiências de inovação e de provocação de novos arranjos e interfaces entre educação, ensino, cultura, tecnologia e ciência.

Temos como atuar em nichos, em instâncias transversais nos mais diversos níveis, de forma a mover aquilo que parece impossível. Nessa temporada difícil, aos trancos e solavancos, mas com otimismo esperançoso, emerge, de fato, a oportunidade de repensarmos e reestruturarmos demandas, lutas, financiamentos, modus operandi, capacitação profissional, programas públicos, métodos educativos, formatos pedagógicos, plataformas digitais, atuações de organizações sem fins lucrativos, causas mobilizadoras, enfim, uma série de outros temas de igual relevo e fundamentais para esse novo mundo pós-epidemia. Mundo este desafiador, em que a cultura e a educação poderão servir de grandes bússolas.





A família brasileira e os laços afetivos

Jessica Lobato Ferreira é jornalista, mestre em estudos de linguagens, mãe e já atuou como professora de língua espanhola em escolas particulares.

▶ Jessica Lobato Ferreira

A família brasileira passou por diversas mudanças na contemporaneidade. A formação tradicional, constituída por um homem, uma mulher e seus filhos, está cada vez mais distante da realidade dos domicílios no país. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a família é “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. Segundo o Instituto, o total de famílias no Brasil é de, aproximadamente, 69 milhões e a sua formação tradicional representa 49,9% dos domicílios, sendo que outros tipos de família já somam 50,1%. Um exemplo de formação familiar crescente nos últimos anos é o de família monoparental, onde a mulher é a chefe da família. Segundo dados do último Senso Demográfico realizado no Brasil, já são mais de 11 milhões de famílias formadas por mulheres que têm como responsáveis os seus filhos de até 14 anos, representando, aproximadamente, 5% do total de arranjos domiciliares do Brasil (IBGE, 2018).

Atualmente, temos uma multiplicidade de interações afetivas, em que novos tipos de família estão sendo reconhecidos jurídica e socialmente. São exemplos dessas novas formações: a família monoparental, constituída apenas por um adulto, seja o pai ou a mãe, que tem a cargo filhos menores de idade; a família reconstituída, que é composta por dois adultos e, pelo menos, um filho de vínculo anterior; a família homoparental ou homoafetiva, que é formada por dois indivíduos do mesmo sexo e que possuem, ou não, filhos desta relação; a família interracial, constituída pela união de indivíduos de diferentes raças; e a família intercultural, que é composta pela união de indivíduos de diferentes culturas. As possibilidades de formações são múltiplas e se adaptam de acordo com o contexto histórico, social e cultural nos quais estamos inseridos. Um exemplo recente, em evidência na mídia, foi a relação do ator Paulo Gustavo, vítima da COVID-19, com o médico Thales Bretas e seus dois filhos pequenos, Romeu e Gael. As histórias de amor, dedicação, carinho e afeto, contados pela imprensa

e ilustrados por fotos, vídeos pessoais e depoimentos de amigos e familiares encantaram e inspiraram diversos lares brasileiros.

“As possibilidades de formações são múltiplas e adaptam-se de acordo com o contexto histórico, social e cultural nos quais estamos inseridos. Um exemplo recente, em evidência na mídia, foi a relação do ator Paulo Gustavo...”

A maneira como os indivíduos se organizam e dão significado à família é, fundamentalmente, cultural. Já é mais do que comprovado que a configuração dos laços afetivos e do desenvolvimento de pertencimento e identificação à família e seus membros é altamente complexa e possui diversos desdobramentos, não estando ligada à consanguinidade. Os sentimentos de amor e seus desdobramentos, que dizem respeito culturalmente às



“Apesar de existirem muitas narrativas comoventes sobre a vivência de laços afetivos profundos no ambiente familiar, esta ainda é uma realidade distante de muitos lares brasileiros.”

relações entre pais e filhos, são desenvolvidos de maneira única por indivíduo. Da mesma forma, o conceito de maternidade ligada ao amor incondicional também é uma construção cultural. A idealização do amor maternal como sacerdócio nasceu com o liberalismo e sua naturalização, na contemporaneidade, foi construída culturalmente.

Na minha experiência com a maternidade, descobri sentimentos profundos e sensações únicas, além de um amor indescritível pelo bebê, por mim, pelo pai da criança e pela nossa família. Ainda durante a gravidez, a vida já me cobrou muito, fui desafiada a lutar diariamente por nossa vida, a questionar decisões médicas e a encontrar dentro de mim uma força inabalável para acreditar no futuro e garantir a prosperidade de uma nova vida. Minha filha, hoje, é saudável, cresce bem, esperta e feliz, como toda criança deve

ser. Posso dizer que sinto por ela um amor incondicional, de uma magnitude indescritível, uma sensação de responsabilidade e dever imensos, em que, muitas vezes, priorizo seus desejos em detrimento dos meus.

Apesar de existirem muitas narrativas comoventes sobre a vivência de laços afetivos profundos no ambiente familiar, esta ainda é uma realidade distante de muitos lares brasileiros. Basta lembrarmos do recente caso do menino Henry, de 4 anos, que chegou morto a um hospital da Zona Oeste do Rio, na madrugada do dia 8 de março. Segundo investigação policial, as agressões frequentes do padrasto, com chutes e golpes na cabeça, levaram à morte o garoto. A mãe tinha conhecimento dos ataques e não fez nada a respeito.

A família brasileira passou por diversas transformações ao longo dos séculos. O modelo

tradicional do núcleo familiar, que engloba um pai, uma mãe e seus filhos, apesar de ainda ser a realidade para muitos indivíduos, é cada vez mais questionado e substituído por outras configurações familiares. O modelo pelo qual a família apresenta-se em nada tem relação com os sentimentos e as relações afetivas que são desfrutadas pelos integrantes do lar. Cabe-nos não só o papel de aceitar e respeitar as diferenças coletivas e individuais, como o dever de acolher as diferentes famílias com igualdade e respeito no ambiente escolar. Enquanto muitos preocupam com a forma e a aparência da estruturação familiar, o verdadeiro debate que merece a nossa atenção, o da violência doméstica, precisa ser enfrentado.





O modelo triádico de enriquecimento de Joseph Renzulli: como promover a autoconfiança e a criatividade dos alunos, favorecendo a aprendizagem

Profa. Dra. Lucília Panisset Travassos, psicopedagoga, palestrante. A Prática do Conhecimento Consultoria. Contato lupanisset@gmail.com

► Profa. Dra. Lucília Panisset Travassos

Nesses tempos em que educadores focam em inovações, para atrair e manter os alunos satisfeitos com a qualidade educacional das suas instituições, este artigo contribui com o Modelo Triádico de Enriquecimento de Renzulli, psicólogo, professor, diretor do Renzulli Center for Creativity, Gifted Education and Talent Development, uma organização de reconhecimento internacional.

Os estudos de Renzulli focam na valorização dos alunos não apenas pelo desempenho acadêmico ou pelo QI, mas também por elementos criativos e produtivos. Renzulli (1994, apud VIRGOLIM, 2014) desenvolveu importantes pilares educacionais, defendendo que os maiores objetivos da educação escolar devem ser: criar prazer no processo de aprendizagem, elemento responsável pelo comprometimento com as tarefas, desenvolver engajamento, o que leva a entusiasmo para cumprir as tarefas, e despertar entusiasmo para aprender, resultado do

prazer e do engajamento. Nas pesquisas e nas práticas de quatro décadas, Renzulli (2014, p. 540) tem observado que, quando esses objetivos são alcançados por professores e alunos, toda a cultura da escola muda: estar na escola passa a se tornar prazeroso, há criatividade produtiva e os resultados do desempenho ficam mais altos.

Percebendo que as rotinas pedagógicas da educação formal não têm conseguido alcançar esses objetivos, o pesquisador desenvolveu o Modelo Triádico de Enriquecimento, uma metodologia que, apesar de desconhecida da maioria das instituições educacionais brasileiras, já está em uso em muitos outros países há décadas. A essência da proposta é ter escolas sendo ambientes de prazer, engajamento e entusiasmo para aprender, o que só é possível se elas oferecerem oportunidades, recursos e incentivo a todos os estudantes, ampliando o potencial de cada um e contribuindo para que cada indivíduo tenha uma vida mais produtiva e gratificante.

Originalmente idealizado para estudantes com altas habilidades/superdotação, o Modelo tem se provado benéfico também para os alunos típicos (comuns) e com dificuldades específicas.

Esse modelo de enriquecimento (Fig. 1) foi planejado para incentivar a produtividade criativa dos estudantes e melhorar o seu desempenho acadêmico por meio de três tipos de atividades, que não são hierárquicas: o aluno pode executar qualquer tipo de atividade a qualquer momento.



Figura 1 - Modelo Triádico de Enriquecimento
Fonte: Renzulli (2014, p. 545).

O Enriquecimento Tipo I é composto por atividades exploratórias gerais, na sala de aula regular, para toda a turma. Virgolim (2014, p. 604) explica que elas dão oportunidade para que todos os alunos participem de alguma experiência curricular diferente, enriquecem a vida dos estudantes com experiências que não fazem parte do currículo regular e estimulam novos interesses. Para o Tipo I, o autor sugere que os alunos assistam filmes, shows e concertos, visitem parques, museus, bibliotecas, creches, lares de idosos e feiras, conheçam centros de pesquisas e universidades, participem de palestras, lives, oficinas e, na Internet, leiam revistas/jornais, assistam a demonstrações, simulações etc.

O Enriquecimento Tipo II destina-se à execução de treinamento em grupo, com atividades realizáveis na sala regular ou multifuncional e que variam em complexidade e sofisticação, de acordo com o nível de desenvolvimento de cada aluno. Elas oferecem treinamento cognitivo, afetivo e de como aprender e se voltam para procedimentos de pesquisa e comunicação escrita, oral e visual. O objetivo é desenvolver habilidades gerais de pensamento crítico, resolver problemas criativamente, desenvolver processos afetivos, sociais e morais, aprendizagens específicas de como fazer algo e, com materiais de referência, as habilidades avançadas para aprender. E ainda desenvolver habilidades de comunicação, para que a produção do aluno impacte públicos específicos. São exemplos dessas atividades: construir roteiros de entrevistas e pesquisas, coletar, classificar dados, fazer protótipos, usar ferramentas para geração, seleção, implementação e

avaliação de ideias, empregar técnicas avançadas de área específica e promover estudos e debates sobre valores éticos, estéticos e morais.

O Tipo III é o das investigações de problemas reais, realizadas (individualmente ou em pequenos grupos) por quem tem grande interesse em aprofundar-se em uma determinada área do conhecimento ou que esteja pronto para dedicar-se a aprender um conteúdo mais avançado ou participar de um treinamento mais complexo (VIRGOLIM, 2014, p. 605). Aqui os alunos atuam como se fossem profissionais especialistas no assunto pesquisado e há atividades de produção.

O primeiro passo para implementar esse Modelo de Enriquecimento é conhecer bem quem são os alunos. Logo, há necessidade de que seja feito um mapeamento da turma, que identifique os interesses do grupo, as suas características de personalidade, os pontos fortes de cada um e como os estudantes aprendem melhor, se por meio de projetos ou estudo independente, repetindo e decorando ou participando de discussões e jogos de aprendizagem, com aula comum ou ensino pelos colegas etc. Essa identificação é feita de forma flexível e a literatura oferece diversos modelos para serem usados (SMITH; RENZULLI, 1978; Renzulli, 2002; SCHADER; ZHOU, 2006; VIRGOLIM, 2014), sendo que entrevistas com familiares, orientadores educacionais, coordenadores, psicopedagogos e professores fazem parte do repertório. Feita a identificação descrita, chega o momento de planejar e selecionar as atividades adequadas, a partir de ideias que podem vir dos alunos, da comunidade educativa ou de

fora da escola também, desde que ligadas aos interesses e potenciais identificados no mapeamento da turma.

Como o foco do Enriquecimento Triádico é o desenvolvimento do potencial de todos os alunos, adotá-lo é ter um programa que funciona como um verdadeiro ímã para atrair o estudante comum, que favorece a inclusão de indivíduos com altas habilidades/superdotação e que é uma abordagem acolhedora para desenvolver os pontos fortes de cada aluno, inclusive daqueles com maiores dificuldades na escola.

No século passado, Dewey (1979, p. 43) já ensinava que todos os processos educacionais devem passar pelo aprender a pensar por meio da resolução de problemas da vida cotidiana. Na mesma linha, Renzulli (2020, p. 4) defende que, oferecendo oportunidades que desenvolvam o potencial de todos os alunos e com sensibilidade para criar programas visando à autorrealização dos alunos, as escolas serão realmente capazes de preparar líderes sensíveis às questões humanas e ambientais. O autor ainda argumenta que o maior desafio da educação é ampliar o investimento na produção do capital intelectual, não se preocupando apenas com os resultados quantitativos do desempenho acadêmico. Ele também trata a criatividade e o desenvolvimento das funções executivas e de liderança, para que o capital social possa ser alcançado desde idades precoces, pois só assim haverá um aumento significativo de pessoas que usarão seus talentos para a criação de um mundo melhor.





Interesse espontâneo ou forçado?

Humberto Bordoni Santana – Bioinforma / CTO da Startup BIAI - Bioinformática Aplicada a Inovação. Desenvolvedor de projetos para inovar no ambiente educacional. biai@biai.tech / humbertobordoni@hotmail.com

▶ Humberto Bordoni Santana

“Muitos professores reclamam das dificuldades em se fazer uma aula online atraente, mas será que essa aula era realmente interessante quando era presencial? Será que essa questão ficou mais evidente agora, quando os pais estão acompanhando seus filhos de forma mais próxima?” (J. Weigel, CEO da W Futurismo). Seguindo este pensamento, entrei em um debate de lógica e evidência com algumas pessoas de diversas áreas de conhecimentos. O resultado foi um questionamento sobre a existência dessa “atração”, que tentamos colocar no conteúdo on-line. Quando o ensino era presencial, o interesse que os professores instigavam com suas personalizadas metodologias para os alunos era espontâneo ou forçado? A minha percepção, embasada pelos meus conhecimentos de aluno, bioinformática e startups, é... em geral, 90% dos casos, forçado.

O que força o aluno? A instituição, o ambiente, o professor e a cultura imposta na sala de aula. Você já se perguntou se aquele aluno que o professor escolhe aleatoriamente para responder

quanto é 2+2, ou aquele que se voluntaria, se ele se voluntariaria em outro ambiente que não o forçasse? Ou pense em trabalho em grupo, se os mesmos grupos seriam formados, se não estivessem dentro da instituição de ensino? Vamos pensar na prática e pegar um professor de química, que se sobressai em metodologia ágil nas aulas... explicando no quadro a teoria da densidade molecular, fazendo diversas comparações com o cotidiano dos alunos e interagindo o suficiente para a turma ficar ligada na aula, nos últimos 10 minutos ele permite que os alunos vão ao laboratório e fiquem livres para explorar a prática do que lhes foi passado. Com a tutoria dele, todos misturam água e óleo e observam. Agora, vem a pergunta: Essa interação dos alunos seria a mesma sem a presença do professor no laboratório ou com os alunos tendo a possibilidade de ir embora dentro desse tempo de prática?

Outra comparação. O professor, agora gravando um vídeo, usando a mesma metodologia, só que o professor sabe que os alunos não vão responder suas

perguntas em tempo real, logo, ele deixa, na maioria, para os minutos finais da explicação e depois dá os 10 minutos para os alunos testarem na cozinha de suas casas. Quantos alunos assistirão o vídeo até o final? Quantos responderão essas perguntas não obrigatórias? Quantos farão os experimentos... Pera aí... sobre o experimento, foi pedido o acompanhamento dos pais? O que os pais vão pensar quando o aluno pedir para eles ajudarem-nos em um experimento de densidade molecular? “Caramba, deixa eu pesquisar aqui no google... que saco, tá atrapalhando meu trabalho” ou “filho, não temos nenhum laboratório aqui, responde aí, no app da escola, que não dá pra fazer”. Nesse cenário, percebemos que o domínio do professor deve ir muito além da sala e do aluno, e sofre inúmeras interferências.

“Você já se perguntou se aquele aluno que o professor escolhe aleatoriamente para responder quanto é 2+2, ou aquele que se voluntaria, se ele se voluntariaria em outro ambiente que não o forçasse?”



Eu posso escrever várias outras metodologias para instigar ainda mais a hipótese inicial, mas vou jogar para minha área de atuação: Startup. Vocês conhecem a técnica de compra de interesse chamada Pitch? Nada mais é que uma conversa de 30 segundos, em que seu objetivo é vender uma ideia ou, em outras palavras, “comprar o tempo” e interesse daquela pessoa. Existem muitas variações de pitches e complementos, mas a fórmula é a mesma: fazer o interlocutor ficar preso ao conteúdo exposto, fazê-lo não piscar de tão interessado ou piscar consecutivamente por conseguir entrar na ideia da

outra pessoa. Em resumo, a arte do pitch é fazer o pensamento técnico, lógico e complexo ser “atraente” ao ponto de a pessoa pagar para vê-lo em prática. E a aula não é isto?

“Quando o ensino era presencial, o interesse que os professores instigavam com suas personalizadas metodologias para os alunos era espontâneo ou forçado? A minha percepção, embasada pelos meus conhecimentos de aluno, bioinformática e startups, é... em geral, 90% dos casos, forçado.”

Assim, uma aula mal aplicada, seja presencial ou remota, não é complemento de um profissional ruim, mas sim um sinal que precisamos estar em constante aprimoramento. Um profissional é definido exclusivamente por sua dedicação, se ela está em falta ou sendo usada no lugar errado, isso é passível de julgamento, o resto é aprendizado. Vou deixar a conclusão em aberto...





Educação em sexualidade emancipatória: um caminho necessário

Anna Cláudia Eutrópio é educadora e psicóloga. Doutora em Educação pela UFMG, com pesquisa sobre as estratégias de formação de professores para o trabalho com educação em sexualidade. Coordenadora do @nosevozbh, que aborda temáticas de Psicologia, Educação e Sexualidade.

▶ Anna Cláudia Eutrópio

A discussão sobre a relação entre educação e questões da sexualidade não é nova. Várias estratégias já foram utilizadas para educar a sexualidade – ou suas manifestações – e transformá-la em algo tolerado/aceito socialmente. No Brasil, país com forte tradição cristã, marcado pelo patriarcado e pelo machismo, muitas iniciativas de abordagem da sexualidade na escola acabaram cooptadas por discursos moralistas e normativos. A educação sexual, muitas vezes, se tornou um espaço de doutrinação. Todavia, os movimentos sociais, marcadamente os movimentos feministas, das pessoas vivendo e convivendo com a AIDS e da população LGBTQIA+, têm pautado e lutado pelo reconhecimento dos temas da sexualidade nos currículos escolares – que muitas vezes já estão presentes, mas de forma que reitera preconceitos e subordinações – e pela democratização nas abordagens utilizadas no ambiente escolar, questionando as normas e dando visibilidade às sexualidades dissidentes. Com avanços e polêmicas, explicitando tabus, buscando metodologias e práticas transformadoras,

o campo da educação em sexualidade se constituiu e faz parte da rotina de inúmeros educadores.

Mas do que estamos falando quando dizemos que estamos abordando a sexualidade no espaço escolar? Uma primeira questão para discussão é a quantidade de jeitos de nomear esse campo. Educação em sexualidade, Educação Sexual, Orientação Sexual, Educação Afetivo-Sexual, Oficinas de Desenvolvimento Humano. São vários os nomes e termos que circulam em instituições de ensino que procuram dizer sobre o campo da sexualidade na escola. Temos optado pelo termo “educação em sexualidade”, como uma forma de diferenciar de uma abordagem que historicamente aconteceu e foi nomeada como educação sexual e que muitas vezes tinha como meta o controle dos corpos. Entendemos que as intervenções educativas na temática da sexualidade devem ser amplas, contemplando a luta por uma sociedade com menos desigualdades e menos hierarquias entre as diferentes formas de expressão da sexualidade. Assim, nossa

definição de educação em sexualidade refere-se a ações de ensino-aprendizagem sobre temáticas relacionadas à sexualidade que contemplem informações científicas, objetivas e livres de pré-julgamentos, discussão de valores, sentimentos e emoções e que estejam comprometidas com a transformação da sociedade rumo à equidade de gênero e à valorização da diversidade sexual.

“Entendemos que as intervenções educativas na temática da sexualidade devem ser amplas contemplando a luta por uma sociedade com menos desigualdades e menos hierarquias entre as diferentes formas de expressão da sexualidade.”

É importante ressaltar que não estamos falando de uma educação do desejo. Concordando com Chico Buarque, afirmamos que o desejo é aquilo “que me bole por dentro e me faz corar, que não tem remédio, nem nunca terá, que não tem governo”. Assim, dizer de uma educação em sexualidade não é propor uma prática que subjetivará todos e todas de uma mesma forma e “governar” aquilo que é da ordem do ingovernável, isto é, o desejo. Fazer educação em sexualidade significa oferecer aos estudantes espaços de reflexão e posicionamento para a transformação da sociedade.

Percebemos como os discursos vinculados à saúde encontraram aderência no universo escolar e, assim, educar sexualmente para construir o “sexo seguro, saudável e responsável” passou a ser algo que a escola se sente mais confortável para fazer do que discutir questões de equidade de gênero, aborto ou diversidade sexual. Essa permeabilidade do universo escolar ao discurso da saúde é algo que pode estar enraizado na diferença de prestígio entre os saberes em nossa sociedade. A educação se curva à saúde e retroalimenta um discurso normativo que especifica práticas e condições para que uma determinada sexualidade seja engendrada: a sexualidade saudável. É uma forma de deslocamento histórico e o discurso eugenista das primeiras décadas do século XX se transformam no discurso do “sexo bem-educado”, como definiu Maria Rita de Assis César, no livro “Gênero, Sexualidade e Educação: notas para uma Epistemologia”.

Um dos grandes limites dessa

forma de lidar com a sexualidade na escola é seu aspecto individualista. Depende-se uma energia enorme para formar “indivíduos mais felizes com a própria sexualidade”, desconsiderando um mundo que é constituído de opressões e discriminações. Nosso entendimento de educação em sexualidade não apenas busca sujeitos que tenham condições de viver sua própria sexualidade de uma forma mais feliz ou adequada; busca contribuir com uma nova sociedade em que todos e todas possam viver suas identidades e sexualidades sem serem excluídos/as ou discriminados/as.

Isso implica reconhecer que vivemos em uma sociedade marcada por hierarquias sociais de raça, classe, gênero, orientação do desejo sexual, território, faixa etária, entre outras. Cada diferença que nos marca foi historicamente transformada em uma desigualdade que coloca um polo como o espaço do prestígio e o outro como espaço da menos valia. Assim, a educação em sexualidade que preconizamos busca explicitar novas formas de representação e de possibilidades para os sujeitos tidos como “diferentes”, partindo de processos educativos que criem espaços de reconhecimento do processo perverso de construção das hierarquias e mobilizem alternativas de participação no processo de mudança. A educação em sexualidade emancipatória oferece lentes que permitem o engajamento com a construção de um mundo justo e com equidade.

Há ainda uma polêmica específica sobre a utilização dos termos “educação sexual” ou “orientação sexual” – termo

adotado nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Temos optado pela não utilização do termo “orientação sexual” para, entre outros motivos, evitar a ambiguidade que ele expressa: poder ser compreendido como um processo educativo em relação à sexualidade ou como uma orientação do desejo sexual – heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade. Além disso, o termo “orientação” contém uma conotação de passividade em que o/a orientando/a espera que o/a orientador/a sexual lhe dê as respostas adequadas.

“Nosso entendimento é que a educação em sexualidade, ao facilitar o engajamento das pessoas nas lutas pela transformação da sociedade e das diversas formas de opressão, promove uma forma de educação única.”

Esse histórico do papel do/a orientador/a sexual abordado acima se atualiza na opção dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo uso do termo, haja vista que a elaboração do documento foi delegada a especialistas – marcadamente psicólogos/as – com pouca ou nenhuma participação das professoras que buscavam

estratégias criativas no trato da sexualidade no ambiente escolar. Assim, é possível perceber, nos documentos oficiais, uma certa psicologização do trato com a sexualidade e uma alienação do trabalho docente, com a divisão entre concepção e execução: os técnicos concebem e os professores executam (TUCKMANTEL, Maisa Maganha. A educação sexual: mas qual? Diretrizes para formação de professores em uma perspectiva emancipatória. 2009).

Várias são as perspectivas e visões sobre os PCNs. De um lado, temos, com a sua publicação, uma abertura “oficial” para a inserção da educação em sexualidade nos currículos, criando uma possibilidade de discussão de uma temática historicamente negada no espaço escolar. Entretanto, o modo como essa discussão foi proposta é questionável. Existem várias críticas aos PCNs. Deteremo-nos em dois aspectos: sua tônica preventiva, equivalendo a discussão da sexualidade à prevenção de DSTs e gravidez e os limites na discussão das relações de gênero.

O discurso preventivo que os PCNs adotam já se manifesta na sua inserção junto a outros temas de “urgência social”. O que na sexualidade é uma urgência? Há, necessariamente, uma equivalência entre discutir sexualidade e fazer prevenção de DSTs – marcadamente a AIDS – ou prevenção à gravidez na adolescência? Entendemos essas demandas sociais e o modo como – de certa forma – facilitam a aceitação da discussão sobre a sexualidade no âmbito escolar. Mas é um risco restringir a educação

sexual ao discurso preventivo que soa como um “deja vu” histórico: se na década de 1930 a discussão sobre sexualidade e escola foi conduzida em nome do combate à epidemia de sífilis, agora o combate à epidemia da AIDS torna a educação sexual essencial para a adoção de “comportamentos seguros” em relação à sexualidade. Segundo Maisa Tuckmantel, os PCNs “revelam a intencionalidade de disciplinar a ação dos alunos e das alunas, de modo que ‘incorporem a mentalidade preventiva e a pratiquem sempre’.

“Existem várias críticas aos PCNs. Deteremo-nos em dois aspectos: sua tônica preventiva, equivalendo a discussão da sexualidade à prevenção de DSTs e gravidez e os limites na discussão das relações de gênero.”

Maria Rita de Assis César, no livro “Gênero, Sexualidade e Educação: notas para uma Epistemologia”, afirma que o grande limite dos PCNs está no conceito de gênero adotado pelo documento, já que limitar a compreensão de gênero aos papéis sexuais ou aos estereótipos de masculino e feminino significa silenciar todas

as relações de poder subjacentes ao tema. Também é uma forma de silenciar a discussão sobre as diferentes orientações do desejo sexual. A luta do movimento LGBTQIA+ vem pautando e questionando a forma como nossa sociedade cria um sistema heteronormativo no processo de subjetivação das pessoas. Percebe-se sempre uma busca da equivalência entre o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual. No entanto, cada vez mais ganham visibilidade as experiências não-hegemônicas na vivência da sexualidade. É importante entender os PCNs dentro de um momento histórico. Ao serem publicados, foram percebidos como um avanço, sobretudo no que concerne à discussão sobre a “orientação sexual”, não obstante todas as críticas já abordadas. Porém, é imprescindível que as discussões se atualizem, dado o novo contexto sócio-histórico no qual existem uma maior visibilidade e articulação dos movimentos sociais – especialmente do movimento LGBTQIA+ – que impactam a educação em sexualidade de maneira central. É preciso se descolar da tônica preventiva, ainda tão presente na educação em sexualidade, e promover ações que possam ser consideradas emancipatórias.



Planejamento financeiro estratégico para escolas

O planejamento financeiro é um dos pilares mais importantes para uma gestão escolar de sucesso. Afinal, com ele, é possível ter uma visão consistente sobre a saúde financeira do negócio, traçar as prioridades e tudo o que deve ou não deve ser feito em relação a gastos e orçamento em todo o ano letivo.

É um fator indispensável para todas as instituições de ensino, não apenas para aquelas que estão com a saúde financeira debilitada. Para essas, o planejamento permite identificar formas de reduzir gastos e inadimplência, bem como aumentar o faturamento. Já para escolas que estão com a saúde financeira em dia, ele auxilia no melhor direcionamento de recursos e investimentos.

Tendo em vista as consequências da pandemia no setor educacional, esse tema se mostrou ainda mais relevante. Pensando nisso, explicaremos, a seguir, o que é planejamento financeiro, qual é a sua importância e benefícios na gestão escolar e, ainda, de que forma ele pode ser implementado no dia a dia.

O que é e para que serve o planejamento financeiro nas escolas?

O planejamento financeiro pode ser definido como um conjunto de ações e ferramentas que buscam organizar e gerenciar os recursos financeiros, com o objetivo de cuidar da saúde financeira e potencializar os resultados das instituições de ensino, garantindo, de forma sustentável, o cumprimento das metas estipuladas para curto, médio e longo prazo.

Ao controlar o faturamento mensal da escola, por meio do planejamento financeiro, é possível ter uma visão ampla

sobre os gastos, despesas e investimentos que serão feitos em cada período. Assim, o gestor escolar gerencia as finanças para suprir todas as necessidades, sem deixar que falte dinheiro no caixa no fim do mês.

Qual é a importância e os benefícios do planejamento financeiro nas escolas?

Ter um planejamento financeiro consistente é um fator primordial para o sucesso de uma escola, pois impacta positivamente em todas as atividades essenciais ao bom desempenho da instituição, desde a área pedagógica até o setor de compras. Uma boa gestão financeira permite visualizar de maneira clara e objetiva toda a movimentação de caixa da instituição, como folha de pagamento dos professores, pagamento de fornecedores e muito mais. Assim, gestores escolares conseguem manter e alavancar o desenvolvimento de suas escolas sem passar por apuros ou sufocos financeiros quando ocorre o aumento da inadimplência ou em caso de qualquer outro imprevisto.

Listamos, abaixo, os principais benefícios de implementar um planejamento financeiro eficaz em instituições de ensino: auxilia na moderação e redução de custos; fornece um melhor direcionamento para tomada de decisões; minimiza possíveis erros na gestão; reduz os riscos de crises e sufocos financeiros; ajuda a controlar e implementar medidas para diminuição da inadimplência.

Como criar um planejamento financeiro estratégico na escola? Agora, vamos aos passos essenciais para criar um planejamento financeiro estratégico e garantir a competitividade da instituição no mercado.

1. Defina objetivos e metas

Como primeiro passo, é preciso definir objetivos e metas mensais para satisfazer as necessidades financeiras da escola e, claro, os imprevistos.

Entretanto, é essencial lembrar: as metas precisam ser realistas. Em outras palavras, os gestores escolares devem avaliar seus números e elaborar metas sustentáveis baseadas nesses resultados. Veja alguns exemplos de metas sustentáveis: estratégia para reduzir em 40% o número de inadimplentes; fazer uma pesquisa sobre a demanda por aulas extracurriculares; aumentar em 25% o número de novas matrículas para o próximo ano letivo.

2. Considere todos os tipos de cenário

Como forma de orientar suas metas e investimentos, que fazem parte do planejamento financeiro, os gestores escolares devem estar atentos aos diferentes cenários que podem impactar sua instituição, desde o melhor até o pior resultado.

Na maioria dos casos, é recomendado simular as projeções com base em três cenários, sendo eles: com base em resultados acima da média; com base em uma receita bem inferior ao que se imaginava; com base no que seria um cenário mais comum, de acordo com os últimos períodos. Ou seja, ao analisar cada uma dessas possibilidades e ter estimativas, torna-se mais fácil e viável preparar-se para enfrentar diferentes situações, principalmente se algo der errado ou sair diferente do planejado.

3. Faça um levantamento dos recursos disponíveis

Ter consciência e conhecimento sobre as condições financeiras



Com isaac, seu novo parceiro financeiro, o saldo é sempre positivo:

atuais é essencial para fiscalizar a possibilidade de gerar mais receitas. O mantenedor/gestor deve examinar as finanças e determinar uma quantidade regular e periódica reservada aos investimentos.

Portanto, para realizar determinada ação, a instituição deve reservar um valor específico e, enfim, destiná-lo à atividade proposta. Para isso, quanto mais atualizadas e organizadas as finanças estiverem, mais completo será o controle de receitas e despesas como um todo.

4. Tenha previsibilidade da receita

Por último, é fundamental ter previsibilidade da receita mensal para entender antecipadamente se o orçamento conseguirá cobrir todas as despesas e investimentos para alcançar as metas. Para ajudá-lo nesse desafio, você pode

contar com o isaac, o novo jeito de fazer a gestão financeira de instituições de ensino privadas, já presente em todas as regiões do Brasil, tornando a rotina dos gestores e dos responsáveis financeiros incrivelmente simples. Com o isaac como parceiro, as escolas garantem a renda mensal sem burocracia e livre de atrasos. O objetivo é descomplicar a rotina, garantir a previsibilidade financeira e possibilitar que os gestores tenham mais tempo e tranquilidade para focar no que realmente importa: educar. Para os responsáveis, o isaac oferece ainda mais meios de pagamentos e um atendimento humanizado, que conversa, compreende e sempre propõe a melhor solução para cada caso, de um jeito personalizado. O isaac fortalece os laços que já existem entre a escola e as famílias, além de sempre respeitar o que foi negociado previamente.

Conclusão

Em resumo, o planejamento financeiro auxilia em diversas frentes na gestão escolar e é de extrema importância para o crescimento da instituição. Além disso, ele pode ser realizado em passos simples e objetivos, mas que certamente tornarão a rotina do gestor da escola muito mais organizada e trarão resultados efetivos para a instituição de ensino.

Escolas que controlam seus recursos estão um passo à frente na concretização de seus objetivos, pois conseguem suprir suas necessidades, investir em melhorias e ter uma visão ampla sobre a saúde financeira da instituição. Desta forma, toda a comunidade escolar é beneficiada, desde os alunos até os responsáveis, professores, colaboradores e fornecedores.



share360

SOLUÇÕES SOCIOEMOCIONAIS

TUDO QUE A BNCC INDICA EM UMA SÓ PLATAFORMA

- Trilhas gamificadas para alunos, pais, professores e gestores pedagógicos
- Desafios semanais
- Relatórios evolutivos
- Formação e certificação socioemocionais

SUA ESCOLA QUER SAIR NA FRENTE?
MARQUE UMA APRESENTAÇÃO
COM A GENTE.

www.share360.com.br

contato@share360.com.br

(31) 99867-7723

